

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	13
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	21
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	22
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	26
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	27
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	28
1.10 Informações de sociedade de economia mista	30
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	31
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	32
1.13 Acordos de acionistas	33
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	34
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	35
1.16 Outras informações relevantes	36
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	37
2.2 Resultados operacional e financeiro	45
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	47
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	48
2.5 Medições não contábeis	49
2.6 Eventos subsequentes as DFs	52
2.7 Destinação de resultados	53
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	54
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	55
2.10 Planos de negócios	56
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	57
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	58
3.2 Acompanhamento das projeções	59

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	60
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	80
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	81
4.4 Processos não sigilosos relevantes	82
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	86
4.6 Processos sigilosos relevantes	87
4.7 Outras contingências relevantes	88
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	89
5.2 Descrição dos controles internos	90
5.3 Programa de integridade	94
5.4 Alterações significativas	98
5.5 Outras informações relevantes	99
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	100
6.3 Distribuição de capital	104
6.4 Participação em sociedades	105
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	106
6.6 Outras informações relevantes	107
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	108
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	110
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	111
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	112
7.4 Composição dos comitês	122
7.5 Relações familiares	131
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	132
7.7 Acordos/seguros de administradores	136
7.8 Outras informações relevantes	137
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	138

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	142
8.3 Remuneração variável	146
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	148
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	152
8.6 Outorga de opções de compra de ações	153
8.7 Opções em aberto	154
8.8 Opções exercidas e ações entregues	155
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	156
8.10 Outorga de ações	157
8.11 Ações entregues	158
8.12 Precificação das ações/opções	159
8.13 Participações detidas por órgão	161
8.14 Planos de previdência	162
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	163
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	165
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	166
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	167
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	168
8.20 Outras informações relevantes	169
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	170
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	171
9.4 Outras informações relevantes	172
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	173
10.1 Descrição dos recursos humanos	175
10.2 Alterações relevantes	176
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	177
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	179
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	180
10.5 Outras informações relevantes	181
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	182
11.2 Transações com partes relacionadas	183
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	184
11.3 Outras informações relevantes	185
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	186
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	187
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	188
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	191
12.5 Mercados de negociação no Brasil	192
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	193
12.7 Títulos emitidos no exterior	194
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	195
12.9 Outras informações relevantes	196
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	197
13.1 Declaração do diretor presidente	198
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	200
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	203

1.1 Histórico do emissor

1.1. Breve Histórico: descrever sumariamente o histórico do emissor

A Bionexo foi fundada em 2000, já com operações no Brasil e na Argentina, com a missão de trazer mais eficiência, transparência e inteligência para a cadeia de valor hospitalar. A Companhia começou suas atividades ligada a uma aceleradora chamada BtoBen que, financiada pelo banco Santander, reunia diversas verticais e *marketplaces* que prometiam transformar diferentes mercados, incluindo a Bionexo para o setor de saúde. Com a explosão, nos Estados Unidos, da bolha do ponto.com nos anos 2000, o Santander encerrou a iniciativa.

O CEO recém-contratado à época, Maurício Barbosa, com uma visão de que estas tecnologias seriam essenciais na modernização do setor de saúde, decidiu, conjuntamente com Marcelo Salinas, então responsável pelas operações na Argentina, adquirir a empresa. Na época, ela não passava, porém, de um mero projeto. Assim começou a história da Bionexo que conhecemos hoje.

Por meio de sua primeira solução, o *marketplace*, que leva o nome da Companhia, a Bionexo começou a construir um ecossistema para que hospitais pudessem digitalizar seus processos de compras, conectados na internet com uma ampla gama de fornecedores. Assim, eles poderiam ampliar a competitividade dos seus processos de compra e, consequentemente, reduzir custos, ao passo que aumentavam também a transparência dos seus processos.

Os primeiros anos de operação foram dedicados à construção e consolidação do *marketplace*. Os hospitais foram aderindo à tecnologia, e, por sua vez, convidaram seus fornecedores para venderem os produtos por meio da plataforma. Após ser testado e aprovado pelo mercado, o *marketplace* teve sua presença geográfica expandida até que, em 2013, passou a estar presente em todos os estados do país. Em 2009 e 2010, Colômbia e México, respectivamente, também passaram a contar com a presença da Bionexo. Essa expansão foi acompanhada pelo rápido aumento no número de clientes pagantes, que passou de 193 em 2005 para 903 ao final de 2010.

Ainda durante os primeiros anos de operação, em 2006, iniciou-se a criação da segunda solução da Companhia: o OPME_{enexo}. Com a Bionexo focada na gestão de compra de insumos mais básicos, como medicamentos e materiais médicos, restava a necessidade de se endereçar as solicitações dos clientes associadas às compras de itens de alto custo utilizados em cirurgias. Assim surgiu o OPME_{enexo}, com o propósito de regular o fluxo de aquisição de órteses, próteses e materiais especiais (“OPMEs”). Com este produto, que hoje abrange desde o agendamento da cirurgia à aprovação da compra dos insumos pela operadora de saúde, a Bionexo provou que era possível monetizar o seu ecossistema de clientes com a introdução de novos produtos digitais.

Ao final de 2010, a Companhia deu início a um movimento determinante em sua estratégia de crescimento, com a introdução de uma frente voltada aos fornecedores do seu *marketplace*. Até então, fabricantes e distribuidores operavam na plataforma de forma gratuita. À medida que a demanda dos hospitais aumentava, surgiu a oportunidade de criar funções computacionais (*features*) que gerassem mais valor também ao outro lado da cadeia. Funções como filtros avançados, integração, inteligência de preço, entre outras, permitiram à Companhia alcançar em 2024 a marca de 5,8 mil fornecedores pagantes, dentre os mais de 37 mil habilitados a operar na solução.

A Companhia teve um ciclo importante de crescimento entre 2010 e 2015.

Em 2012, a Companhia realizou a primeira rodada de investimento que fortaleceu sua estratégia de crescimento. A *Insight Venture Partners*, um fundo americano de investimento, investiu na Bionexo e possibilitou o avanço da profissionalização da Companhia, o crescimento do quadro de colaboradores e a evolução de sua governança corporativa.

Nesses 5 anos, a Companhia foi capaz de fortalecer seu posicionamento como agregadora de soluções em nuvem para o setor e expandir o número de clientes pagantes de 903 em 2010 para 1.964 em 2015.

O ciclo seguinte de expansão, entre 2015 e 2020, foi marcado pela ampliação do seu portfólio de ofertas e a consolidação da sua visão de se fortalecer como plataforma em nuvem capaz de agregar as melhores soluções *Software as a Service* (“SaaS”) do mercado.

Antes concentrada no processo de compras de insumos hospitalares, a Bionexo ampliou sua oferta de soluções por meio do desenvolvimento de novos produtos e de aquisições focadas na digitalização da cadeia de valor hospitalar. A Bionexo passou então a endereçar outras solicitações dos clientes, sejam elas relacionadas ao planejamento das compras, integração de fornecedores, rastreabilidade via identificação por radiofrequência (“RFID”), gestão do ciclo da receita e produtos financeiros, dentre várias outras.

Em fevereiro de 2017, a Bionexo passou por uma importante reestruturação societária, com a entrada da Prisma Capital, que adquiriu as participações da *Insight Venture Partners* e de outros sócios minoritários. Essa mudança impulsionou um novo direcionamento estratégico de longo prazo, com foco no crescimento da empresa.

1.1 Histórico do emissor

No final de 2018, a Orjen Investments Pte. Ltd, subsidiária da Temasek Holdings, investiu na Bionexo por meio de uma rodada predominantemente primária. Esse aporte permitiu a renovação da equipe de gestão e um aumento significativo no investimento em tecnologia.

Em 2021 e 2023, a Bionexo recebeu novas rodadas de investimento com a entrada da Bain Capital Private Equity - uma das principais firmas globais de private equity -, reforçando sua capacidade de crescimento e expansão.

Com estes investimentos a Bionexo conseguiu ampliar seu portfólio de soluções de forma orgânica (desenvolvimento interno) e também através de operações de aquisições de empresas (M&A). Entre 2017 e 2025, a Bionexo lançou a solução de planejamento e gestão de estoque Plannexo, fortaleceu a monetização de sua solução de Analytics e expandiu seu portfólio por meio da aquisição de dez empresas: Manager Saúde, Gtmed, Avatar, Clínica nas Nuvens, Beecare, Síntese, Tradimus, Overmind, Brasíndice e Tasy, expandindo sua atuação na cadeia de suprimentos da saúde, reforçando sua liderança no setor e ampliando sua atuação mediante oferta de soluções para clínicas e para gestão do ciclo da receita das instituições de saúde.

Além disso, a empresa investiu em sua infraestrutura tecnológica para garantir escalabilidade e segurança das suas operações. Estes investimentos também viabilizaram a entrega de uma plataforma Plataforma integrada que conecta todo o ecossistema de saúde na América.

Em dezembro de 2025, a Bionexo firmou um acordo com a Philips do Brasil Ltda para adquirir o Tasy, uma das principais plataformas de gestão hospitalar da América Latina, através da compra de 100% do capital social da Tucano do Brasil Sistemas de Informação Ltda. ("Tucano"). Em 30 de abril de 2026, foi concluída a transação entre Bionexo S.A. e Philips do Brasil Ltda, pelo preço de €161.000.000,00 correspondendo a R\$989.000.000,00. Essa aquisição representa um importante avanço estratégico para a Companhia, com potencial de redefinir padrões de eficiência, conectividade e geração de valor para todo o ecossistema de saúde na região. Sob a perspectiva estratégica, a aquisição posiciona a Bionexo como um dos principais players de tecnologia em saúde na América Latina, ampliando significativamente sua presença dentro dos hospitais e operadoras, fortalecendo o relacionamento com clientes e abrindo novas avenidas de crescimento e geração de valor. A transação também acelera a visão de longo prazo da companhia de consolidar um ambiente integrado de dados, no qual informações clínicas, financeiras e de suprimentos possam ser utilizadas de forma coordenada para melhorar desfechos assistenciais, reduzir custos e elevar a sustentabilidade do sistema de saúde.

Com essa série de aquisições e investimentos estratégicos, a Bionexo segue consolidando sua posição como líder em soluções digitais para a saúde, expandindo sua atuação em diversas áreas do setor e cumprindo sua missão de transformar a saúde com tecnologia, ajudando seus clientes a atender mais e melhor.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Sumário: descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia é uma empresa de tecnologia que oferece, através de um modelo de negócios Software-as-a-Service ("SaaS"), soluções digitais baseadas em nuvem para a cadeia de valor de saúde. Desde sua fundação em 2000, ela vem avançando na sua visão de usar tecnologia para transformar o setor, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência aos cerca de 100 mil usuários conectados em sua plataforma, sendo eles: instituições de saúde (incluindo hospitais, laboratórios, clínicas e outras instituições), operadoras de saúde e fornecedores (incluindo distribuidoras e fabricantes de insumos médico hospitalares). Suas soluções têm o objetivo de digitalizar e automatizar a cadeia de valor do mercado de saúde, abrangendo atividades como planejamento de compras, transação de insumos médicos, processamento de contas médicas e a relação entre hospitais e suas fontes pagadoras.

A Companhia apresenta indicadores operacionais e financeiros que mostram escala e crescimento com rentabilidade e recorrência. Seguem abaixo alguns dos indicadores de 31 de dezembro de 2025:

I. Escala:

- Usuários Ativos¹: 100 mil
- Valor Transacionado² (2025): R\$ 19,6 bilhões
- Receita Recorrente Anualizada ("ARR")³: R\$ 257,7 milhões

II. Crescimento:

- Crescimento do Valor Transacionado (2025-2024): 9,8%
- Crescimento da ARR (2025-2024): 22,2%

III. Rentabilidade:

- Margem Bruta: 72,2%
- Margem EBITDA Ajustado: 13,8%
- LTV / CAC⁴: 6,4

IV. Recorrência:

- Porcentagem de Receita Recorrente: 99,1%

A Companhia é detentora de um ecossistema com cerca de 100 mil usuários, composto por instituições de saúde (incluindo hospitais, laboratórios, clínicas e outras instituições), operadoras de saúde e fornecedores (incluindo distribuidoras e fabricantes de insumos médico-hospitalares) do Brasil, Argentina, Colômbia e México. São mais de 5 mil instituições prestadoras de serviço de saúde na América Latina. Do lado dos fornecedores para esse mercado, a Companhia contava, em 31 de dezembro de 2025, com aproximadamente 37 mil fornecedores ativos⁵. Durante o ano de 2025, os dois lados da cadeia transacionaram mais de R\$19,6 bilhões nas plataformas da Companhia.

O setor de saúde no Brasil e na América Latina em geral carece de uma integração eficiente e a relação entre os agentes ainda é feita majoritariamente de forma *offline*. A Companhia nasceu com o propósito de endereçar esses desafios e gerar ganhos de eficiência para todos os seus agentes. A Companhia acredita que suas soluções digitais aumentam a transparência e a visibilidade dos processos operacionais nas diferentes etapas da cadeia e apoiam a tomada de decisão de seus clientes. Do lado das instituições de saúde, isso resulta em ganhos de produtividade, como por exemplo através de economias por meio da ampliação do acesso à comunidade de fornecedores. Do lado dos fornecedores, o resultado é o aumento de eficiência no processo de vendas e o acesso a uma nova demanda pelos seus produtos, tudo em apenas um único ambiente.

¹ Usuários ativos são usuários cadastrados na plataforma e com acesso liberado às soluções da Companhia.

² Valor Transacionado corresponde a todo o valor transacionado na plataforma por parceiros e clientes da Companhia.

³ O ARR é uma métrica operacional que representa o valor de todas as taxas de assinatura fixa mensal de acordo com os contratos existentes com clientes no final de cada ano, anualizado para um período de doze meses. O ARR deve ser visto independentemente da receita GAAP ou IFRS e não se destina a ser uma alternativa ou substituto para a receita GAAP ou IFRS. Como os acordos podem ser rescindidos a critério de cada cliente, nosso ARR não é uma indicação ou garantia de resultados futuros. Nosso ARR em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 era maior do que nossa receita líquida nesses anos. Isso ocorreu principalmente porque a ARR é calculada com base (i) nos contratos em vigor em 31 de dezembro de cada ano e (ii) no valor bruto de todas as taxas de assinatura fixa mensal de acordo com esses contratos, sem levar em consideração quaisquer impostos sobre vendas e/ou eventuais descontos temporários aplicados aos clientes.

⁴ LTV/CAC consiste na divisão do LTV (Customer Lifetime Value) pelo Custo de Aquisição de Cliente (CAC ou Customer Acquisition Cost). O LTV por sua vez é calculado a partir do produto do ticket médio pelo *lifetime* médio (prazo médio de permanência do cliente como contratante da Companhia), líquido de impostos sobre receita e multiplicado pela margem bruta Companhia. Já o CAC é calculado a partir da divisão dos gastos totais com vendas e marketing no ano pelo número de novos contratos realizados no ano. Fornecedores ativos são clientes fornecedores cadastrados na plataforma e com acesso liberado às soluções da Companhia.

⁵ Consideramos como clientes ativos aqueles com acesso a algum produto Bionexo, sendo esses clientes pagantes ou não.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em abril de 2026 a Bionexo completou a aquisição do Tasy, que se insere na estratégia de ampliação e verticalização do portfólio de soluções da Companhia voltadas ao ecossistema de saúde. O Tasy, enquanto sistema de gestão hospitalar (HIS) de ampla penetração no mercado brasileiro, oferece funcionalidades complementares à plataforma de marketplace B2B operada pela Bionexo, de modo que a combinação dos ativos permite a oferta integrada de soluções que abrangem desde a gestão clínica e administrativa das instituições de saúde até a cadeia de suprimentos e serviços financeiros associados. Nesse contexto, a operação viabiliza a captura de sinergias comerciais relevantes, notadamente por meio de estratégias de venda cruzada (*cross-sell*) entre as bases de clientes das duas plataformas, potencializando a proposta de valor ao cliente final e reforçando o posicionamento competitivo da Companhia como provedora de soluções *end-to-end* para o setor de saúde.

EXPERIÊNCIA COMPROVADA

A Companhia tem um modelo de negócios vertical, ou seja, especializado na cadeia de valor do setor de saúde. Seu crescimento inicial foi em grande parte devido ao sucesso da solução de compras, Bionexo, que leva o nome da Companhia e que conecta compradores e fornecedores. Com o passar do tempo, criou-se um *marketplace* transacional dominante, presente, em todos os estados da federação, seguido da expansão para outros países da América Latina. À medida em que essa comunidade de clientes se fortaleceu, outras soluções passaram a compor a oferta de serviços digitais da Companhia, para além dos processos de compras, sempre com o objetivo de atender às necessidades de seus clientes. Assim, a partir de 2015, a Companhia passou a investir no desenvolvimento de novas soluções e hoje atua em diversas partes da cadeia desde o planejamento de compras até a gestão do ciclo de receita, com o apoio à tomada de decisão por meio da inteligência de dados. A Companhia foi assim capaz de criar uma marca com reconhecida neutralidade, capaz de prover ganhos para os diferentes elos da cadeia, sejam instituições de saúde, fornecedores ou fontes pagadoras.

A aceleração do crescimento atraiu a atenção de três importantes investidores, que se juntaram em momentos distintos ao capital social da Bionexo: Prisma Capital em fevereiro de 2017, Orjen Investments Pte. Ltd., uma subsidiária integral indireta da Temasek Holdings (Private) Limited ("Orjen"), em dezembro de 2018, e BNXO BCTO Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior - Responsabilidade Limitada ("Bain"), em outubro de 2021.

SOLUÇÕES QUE RESOLVEM AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DO CLIENTE AO LONGO DE TODA A CADEIA

A Companhia possui uma plataforma de computação em nuvem que vai além de um serviço específico. Ela abrange uma infraestrutura comum, baseada em micro serviços, preparada para disponibilizar às soluções atuais, novas ou adquiridas, a possibilidade de se beneficiarem de uma arquitetura flexível e escalável. Nos últimos anos, mas principalmente a partir de 2019 (a partir do capital aportado pela Orjen), a Companhia investiu de forma significativa em tecnologias de integração e inteligência de dados, segurança, gestão de servidores e disponibilidade, autenticação de usuários, dentre outras, para facilitar o desenvolvimento e garantir a escalabilidade de seus serviços.

A plataforma de tecnologia foi construída visando permitir o desenvolvimento de um ecossistema de desenvolvedores e aplicativos de terceiros conectados a ela. Isso permite flexibilidade e facilidade de crescimento do sistema, com segurança, disponibilidade de serviços e rápida integração com aplicações interligadas por meio de interfaces de programação (*Application Programming Interfaces*, "APIs").

No centro de toda esta estrutura em nuvem está um grande e complexo acervo de dados ("DataLake"), que foi, em 2025, alimentado por R\$ 19,6 bilhões em transações vindas das soluções de *procurement* (compras). Com a aplicação de aprendizagem de máquina e soluções de inteligência artificial, novos insights são gerados, em tempo real, para suportar a tomada de decisão aos usuários da plataforma.

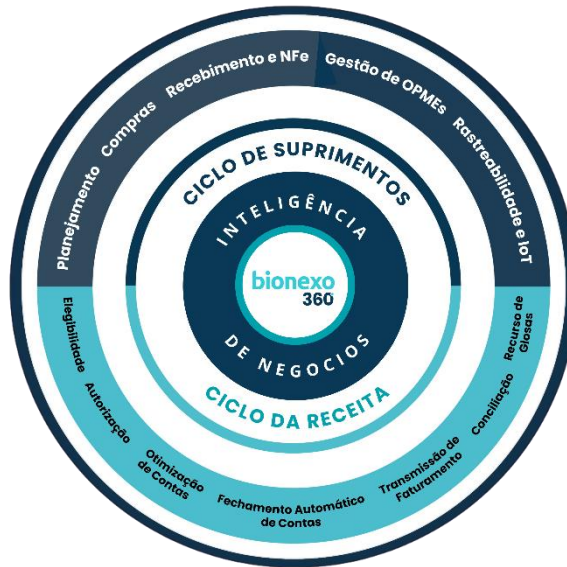
AS SOLUÇÕES BIONEXO

As soluções da Companhia buscam endereçar as principais necessidades da cadeia de valor do setor de saúde, resolvendo, em última instância, a falta de transparência, o aumento de custos, a alta dependência de processos *offline* e a falta de integração. A Companhia contribui com importantes reduções de custos ao sistema de saúde, liberando recursos que podem então ser alocados na extensão do cuidado aos pacientes e na qualidade dos atendimentos.

O modelo adotado pela sua principal solução - a solução Bionexo - funciona de forma simples e transparente. Do lado das instituições de saúde, o comprador tem acesso a uma ampla gama de fornecedores, por meio de cotações ou contratos comerciais de longo prazo. Do lado dos fornecedores, os vendedores encontram uma demanda crescente de seus produtos na medida em que o ecossistema de clientes da Companhia se expande.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Abaixo apresentamos as soluções que a Bionexo oferece aos seus clientes.



Para instituições de saúde: As soluções oferecidas são divididas em três grupos: (i) ciclo de suprimentos, (ii) ciclo de receita e (iii) ERP para Clínicas.

(i) Ciclo de Suprimentos:

a. **Módulo de Planejamento:** A solução de planejamento de demanda e gestão de estoques da Bionexo é projetada para otimizar os níveis de inventário e reduzir os custos operacionais nas instituições de saúde, garantindo a disponibilidade adequada de suprimentos essenciais e aprimorando o atendimento ao paciente. Com recursos avançados de previsão de demanda e automação de processos de compra e reposição, a plataforma economiza tempo e recursos, garantindo uma gestão eficiente dos estoques. Adaptável e escalável, atende às necessidades específicas de cada organização de saúde, proporcionando uma gestão mais ágil e inteligente dos recursos. Dentre os seus principais benefícios oferecidos, destacam-se a redução do excesso de estoque, aumento da produtividade e nível de serviço, e melhoria na tomada de decisão com informações precisas e atualizadas sobre o estoque e a demanda. Suas principais características são o uso de metodologias avançadas de previsão estatística, módulo de avaliação de fornecedores, automatização de acordos comerciais, follow-up automático de ordens abertas e integração com mais de um ERP para a mesma conta.

b. **Módulo de Compras:** A plataforma Bionexo oferece uma solução completa para digitalizar o processo de cotação e compra de suprimentos hospitalares, proporcionando transparência, redução de custos e segurança em todas as transações. Seu sistema simplifica desde a solicitação de cotações até a emissão de pedidos, facilitando a comunicação com fornecedores e a comparação de preços e produtos. Além disso, oferece recursos avançados de rastreamento e monitoramento para garantir a qualidade e a conformidade dos produtos. Dentre os seus principais benefícios oferecidos, destacam-se a redução de compras emergenciais, custos operacionais reduzidos, aumento no número e qualidade dos fornecedores, segurança da informação e rastreamento em tempo real. Suas principais características são a disponibilidade pioneira de cotações online, a maior comunidade de fabricantes e distribuidores hospitalares da América Latina e uma base única por fabricante com mais de 2 milhões de produtos cadastrados, entre outros recursos como integração web service e análise de preços.

c. **Módulo de Recebimento de NFe:** Oferece uma visualização centralizada e rápida das Notas Fiscais Eletrônicas (NFe) emitidas em relação ao CNPJ da instituição de saúde, possibilitando uma análise detalhada das transações comerciais e uma gestão financeira mais eficaz. Com isso, as instituições podem monitorar gastos, identificar erros e garantir conformidade com as regulamentações fiscais. Além disso, fornecemos ferramentas avançadas de relatório e análise para uma tomada de decisão mais informada. Dentre os seus principais benefícios destacamos o total controle das NFe's emitidas, a redução de tempo na conferência e o ganho de produtividade. Suas principais características são a apresentação das duplicatas para pagamento futuro, armazenamento seguro das notas fiscais, antecipação de divergências, download de pacotes de NFe's e integração com o sistema de gestão da instituição (ERP).

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

d. **Módulo de Gestão de OPMEs:** Essa solução foi projetada para atender às necessidades específicas de hospitais e operadoras de saúde, visando otimizar a aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs) e gerenciar cirurgias de alto custo em todas as etapas, do pré ao pós-cirúrgico. Com recursos avançados de gestão de estoque e planejamento cirúrgico, oferecemos uma abordagem abrangente para melhorar a eficiência operacional e reduzir os custos associados a esses procedimentos. Nossa solução proporciona uma visão detalhada do processo de compra de OPMEs, garantindo transparência e conformidade. Além disso, fornecemos ferramentas para o planejamento e agendamento de cirurgias, promovendo uma gestão mais eficaz dos recursos e uma melhor experiência para os pacientes. Dentre os principais benefícios oferecidos, destacamos a redução de atividades manuais, a diminuição de custos operacionais e o aumento da segurança, produtividade e auditabilidade no processo de gestão de cirurgias de alto custo. Suas principais características são mais de 3.000 fornecedores qualificados, integração com diversos ERP's, hospedagem em Oracle Cloud e conformidade com o HIPAA.

e. **Módulo de Rastreabilidade e IoT:** oferece uma solução exclusiva na América Latina, combinando hardware de radiofrequência a um software proprietário de última geração. Essa inovação garante rastreabilidade incomparável e automatização sem precedentes no controle de estoque para instituições de saúde. Ao adotar o Biotracker, as organizações podem eliminar erros manuais e inventários constantes, economizando tempo e recursos. Além de proporcionar uma visão em tempo real do estoque, permite uma gestão proativa e eficiente da cadeia de suprimentos. Com o Biotracker, as instituições de saúde podem operar com confiança, focando no melhor atendimento aos pacientes. Os principais benefícios oferecidos são redução do tempo de inventário, eliminação de perdas e diminuição de estoques satélite. As principais características dessa solução são o controle de temperatura, a rastreabilidade completa, a automatização de fluxos e a integração com sistemas de gestão hospitalar.

f. Solução de inteligência de dados é uma ferramenta para instituições de saúde, especialmente aquelas que utilizam a plataforma Bionexo. Coletando e analisando dados das transações no Bionexo, essa solução oferece insights que capacitam gestores a tomar decisões mais focadas e estratégicas. Com análises detalhadas sobre padrões de compra, tendências de mercado e desempenho dos fornecedores, as instituições podem identificar oportunidades de economia, otimizar compras e garantir melhor relação custo-benefício. Além disso, a solução ajuda a mitigar riscos, e preservar a conformidade regulatória e qualidade dos produtos. Com essa solução, os fornecedores têm capacidade de alcançar uma gestão mais eficiente e eficaz, impulsionando sucesso financeiro e operacional. Dentre os principais benefícios oferecidos destacamos a maior inteligência estratégica, a visibilidade de gaps nas operações de compras e a redução do trabalho operacional. As principais características dessa solução são o monitoramento de compras de urgência, os indicadores de inflação, a gestão de contratos, o controle de performance das equipes de compra e indicadores de *saving*.

(ii) Ciclo de Receita

No ciclo da receita hospitalar, cada etapa tem um impacto direto na previsibilidade financeira da instituição. A proposta da Bionexo é organizar esse fluxo por meio de módulos que atuam em pontos críticos do processo, desde a verificação inicial do paciente até a recuperação de valores negados pelos convênios. Os módulos do Ciclo de Receita são:

a. **Elegibilidade:** antes do atendimento, o sistema consulta automaticamente as bases das operadoras para confirmar se o paciente possui cobertura ativa. Trata-se de uma etapa relevante, pois falhas nessa checagem podem gerar inconsistências no faturamento. Esse módulo permite identificar plano ativo, tipo de cobertura, carências e regras contratuais. Na prática, contribui para a redução de glosas administrativas e para maior previsibilidade no atendimento.

b. **Autorização:** depois da elegibilidade confirmada, ocorre a etapa de autorização de procedimentos. O módulo automatiza a solicitação junto às operadoras, organizando documentos, códigos de procedimentos e justificativas clínicas. Em vez de múltiplos canais de comunicação, as informações ficam centralizadas. Como resultado, há redução no tempo de resposta e menor risco de realização de procedimentos sem autorização prévia.

c. **Otimização de Contas:** nesse módulo, o sistema revisa informações clínicas, materiais utilizados, medicamentos, taxas e procedimentos antes do envio para faturamento. Inconsistências como códigos incorretos, datas divergentes ou materiais não registrados podem ser detectados previamente. Trata-se de uma revisão preventiva, que tende a resultar em contas mais consistentes e com menor probabilidade de contestação pela operadora.

d. **Fechamento Automático de Contas:** esse módulo automatiza o encerramento das contas hospitalares com base em regras definidas pela instituição e pelos convênios e consolida os registros do atendimento (materiais, medicamentos, taxas e honorários), estruturando a conta final para faturamento. Além do ganho de tempo, reduz a dependência de conferências manuais repetitivas.

e. **Transmissão de Faturamento:** após o fechamento, as contas são enviadas às operadoras no formato exigido. Esse módulo padroniza e realiza a transmissão conforme *layouts* e protocolos estabelecidos (como TISS). Isso reduz a necessidade de ajustes manuais e o risco de rejeições por inconsistências estruturais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

f. **Conciliação:** esse módulo realiza a comparação automática entre valores enviados, pagos e pendentes. Divergências, pagamentos parciais ou descontos aplicados são identificados automaticamente, permitindo acompanhamento mais claro das informações financeiras.

g. **Recurso de Glosas:** quando há glosas parciais ou totais, esse módulo organiza o processo de recurso, identificando a glosa, reunindo evidências clínicas e administrativas e preparando a contestação para envio à operadora. Além disso, mantém o histórico das justificativas e taxas de sucesso, possibilitando análise e acompanhamento dos resultados.

h. **Índice de preços:** o Brasíndice é um benchmark neutro de preços utilizado por prestadores e operadoras de saúde para definir o “preço-justo” na negociação de medicamentos. O Brasíndice é distribuído via assinatura recorrente pré-paga, tanto em revista impressa quanto por plataforma web e é o índice mais reconhecido e antigo do Brasil, com mais de 60 anos de atuação.

(iii) ERP para Clínicas

a. Clínica nas Nuvens: Software de gestão para clínicas oferece uma solução abrangente, desde a organização da agenda até o controle financeiro detalhado. Com recursos integrados e intuitivos, a plataforma otimiza os processos e facilita a gestão das equipes, promovendo eficiência e eficácia. O software proporciona economia ao unificar ferramentas de controle financeiro, centraliza os processos de gestão da clínica em um único lugar e impulsiona a receita com agendamentos online e automatizados via chatbot de WhatsApp. O sistema clínica nas nuvens proporciona uma série de benefícios, incluindo a redução de custos com múltiplos sistemas, a automação de tarefas para otimizar a gestão de tempo e organização, e a centralização das informações dos pacientes em um único lugar, eliminando a necessidade de repetição de cadastros entre diferentes setores. Com mais de 35 mil profissionais de saúde utilizando o sistema, é um sistema flexível e personalizável para se adaptar à forma de trabalho de cada clínica. Além disso, oferece recursos como gerenciamento de múltiplas agendas, dashboards inteligentes com dados em tempo real, controle financeiro completo e integração com ferramentas de marketing.

Essas soluções proporcionam uma gestão financeira mais eficiente e segura para as instituições de saúde, promovendo uma significativa melhoria na operação e nos resultados financeiros.

Para Fornecedores:

Soluções do Ciclo de Suprimentos do mercado de saúde, direcionados aos fornecedores

a. Bionexo: Oferece acesso a um amplo mercado e visibilidade para produtos, simplificando o processo de compra e venda e melhorando a eficiência operacional. Com suporte dedicado, ajuda os fornecedores a atender regulamentações e maximizar oportunidades de negócio. Os principais benefícios oferecidos aos fornecedores são acesso à maior comunidade de compradores da saúde no Brasil, segurança da informação e alta disponibilidade. As principais características são acesso a relatórios abrangentes, filtros estratégicos de busca, integração com ERP e automação de respostas às cotações.

b. Bioanalytics: Solução SaaS de inteligência de mercado utiliza a vasta base de dados de compras digitais da Bionexo, oferecendo insights para decisões estratégicas no setor de saúde. Os principais benefícios oferecidos são acesso a análises de medicamentos e materiais médicos para identificar mercados potenciais, melhorar a margem de lucro e equilibrar a oferta do cliente com a demanda do mercado. As principais características são visão completa do mercado Bionexo, base para decisões estratégicas e visibilidade do mercado com informações comparativas.

c. Opmenexo: Solução completa para gestão e vendas de materiais de alto custo em procedimentos cirúrgicos. Os principais benefícios oferecidos são segurança da informação, aumento na capacidade de cirurgias com ampla rede de hospitais e operadoras cadastrados e negociação direta com as instituições de saúde. As principais características são ampla comunidade de fornecedores e instituições de saúde, solução SaaS de cotações, negociações diretas via chat interno, e alto padrão de segurança e compliance.

d. Biotracker: é uma plataforma da Bionexo que conecta fornecedores a hospitais para gestão remota de estoque consignado via RFID. A solução oferece rastreabilidade em tempo real, automação de reposição e alertas automáticos. Reduz perdas por vencimento, custos operacionais e necessidade de conferência manual. Proporciona visibilidade total do consumo por paciente, otimizando logística e antecipando recebimentos. Aumenta a fidelização de clientes estratégicos com atendimento ágil e confiável. É uma ferramenta essencial para fornecedores que buscam eficiência e parceria de longo prazo com instituições de saúde.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (“ASG”) NO DNA DA COMPANHIA

A Bionexo foi criada com o objetivo de gerar eficiência para o sistema de saúde hospitalar. A Companhia acredita que viabiliza milhões de reais em economias aos seus clientes, os quais podem ser direcionados para investimentos na melhoria dos cuidados de saúde para a população, por meio de atendimentos públicos ou privados. Em relação a atendimentos públicos, a Companhia encerrou o exercício do ano de 2025 atendendo indiretamente cerca de 55 mil leitos do Sistema Único de Saúde (“SUS”) por meio de hospitais clientes e 72 mil leitos privados. Além disso, estima-se que a Bionexo atuou de forma indireta em aproximadamente 9 milhões de pacientes ao longo do ano de 2025⁶.

Em 2020, com o início da pandemia do COVID-19, a Companhia participou do projeto Salvando Vidas (“Projeto”), idealizado pelo BNDES. Em uma ação pro bono, a Companhia operacionalizou a compra e o monitoramento de entrega de álcool gel, luvas, máscaras, aventais e toucas a mais de 605 hospitais filantrópicos. Até 31 de dezembro de 2021, foram realizados mais de R\$ 104 milhões em compras para o Projeto por meio da solução Bionexo.

A governança na Companhia é regida por um Conselho de Administração, e conta com um Comitê de Gente e Governança e um Comitê de Finanças, ambos com agendas fixas e com atualizações trimestrais feitas ao Conselho de Administração.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Como plataforma de referência no fornecimento de soluções integradas para o setor de saúde, a Companhia apresenta as vantagens competitivas listadas abaixo.

Efeito de rede do ecossistema de clientes e difícil replicabilidade

Partindo do conceito comumente conhecido como “Efeito de Rede”, a Companhia consegue se apropriar das vantagens trazidas com o aumento do número de clientes de forma virtuosa.

Como parte da natureza das operações, a adição frequente de novas tecnologias à plataforma permite a venda e a fidelização de novos clientes, assim como a contratação de soluções adicionais por clientes existentes. Na medida em que novos clientes são adicionados, incrementando o valor transacionado, a plataforma torna-se ainda mais atrativa para a entrada de futuros clientes.

Dessa maneira, a Companhia consegue acelerar as suas taxas de crescimento e, ao mesmo tempo, reduzir o custo de aquisição de novos clientes (*Customer Acquisition Cost*, “CAC”).

Essa dinâmica também corrobora o conceito de “Winner Takes Most” observado em alguns mercados de tecnologia. Com o ganho de escala oferecido pela plataforma, reduz-se o risco de perda de clientes. Em adição, a Companhia se fortalece como a plataforma dominante em seu mercado, inibindo o surgimento de concorrentes.

Além disso, a adição de novos clientes, sejam eles instituições de saúde ou fornecedores, só se faz possível pela neutralidade proporcionada pela Companhia, que promove uma proposta de valor “win-win”. As soluções da Companhia são neutras quanto à direção do fluxo de suprimentos e possibilitam ganhos para ambos os elos da cadeia.

Profundo conhecimento sobre as necessidades dos clientes, dinâmicas do mercado e oportunidades de crescimento

A Companhia é verticalizada na área da saúde e, em 31 de dezembro de 2025, conectou através das suas soluções, aproximadamente 100 mil usuários. Suas equipes de venda e relacionamento com clientes, compostas por mais de 100 profissionais, permitem a proximidade e contato com os clientes, auxiliando na identificação das principais oportunidades de negócio, de modo a endereçar as suas necessidades com o desenvolvimento de novas tecnologias.⁷

Além da dinâmica de relacionamento direto com a gestão dos hospitais e fornecedores, os dados coletados por meio das próprias soluções permitem entender dinâmicas de funcionamento e tendências do setor. Por exemplo, é possível analisar o crescimento de grupos econômicos, a necessidade de centralização da decisão de compras e de planejamento, as concentrações e distribuições de volumes e preços por região, dentre outros.

Esta leitura de mercado por meio de dados é fortalecida pela diversidade de perfis de clientes, que atuam em diferentes regiões geográficas e possuem diferentes portes e especialidades. Dessa forma, as análises contam com significância estatística para a geração de inteligência aos seus clientes.

⁶ Estimativa baseada no número de leitos da Bionexo, tempo médio de internação e taxa média de ocupação.

⁷ Estimativa baseada no número de leitos da Bionexo, tempo médio de internação e taxa média de ocupação.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O mesmo princípio pode ser observado em sua presença internacional, em importantes mercados da América Latina (Argentina, Colômbia e México), diversificando ainda mais a coleta de dados dos clientes.

A partir dos mecanismos acima, os times de Tecnologia e Novos Negócios da Companhia podem:

- Alimentar e priorizar o desenvolvimento e lançamento de soluções que apresentam maior potencial de crescimento e rentabilidade; e
- Orientar a estratégia de Fusões e Aquisições (“M&A”) com o objetivo de complementar o portfólio de serviços, por meio da aquisição de soluções digitais de alta qualidade.

Este grau de conhecimento do setor, construído ao longo de 25 anos de experiência da Companhia, foi essencial para a expansão das soluções Bionexo, de forma orgânica e inorgânica. Até 31 de dezembro de 2025, 10 aquisições foram concluídas, incluindo as aquisições recentes em 2025, como Brasíndice e Overmind, e foi celebrado o *Quota Purchase Agreement* junto a Phillips para a aquisição da Tucano do Brasil Sistemas de Informação Ltda. (“Tasy”), as quais contribuíram para o aumento da oferta de serviços da Companhia.

Modelo de negócios baseado em assinaturas com receitas recorrentes e alto índice de retenção de clientes

Conforme já mencionado anteriormente, as ofertas da Companhia possuem um modelo de receitas recorrentes (receitas originadas através de pagamentos de subscrições pelos seus clientes para uso das soluções), com pagamentos prioritariamente mensais. As suas soluções podem ser contratadas por meio de serviços e módulos com diferentes propostas de valor, o que permite o atendimento a diferentes perfis de clientes. Como resultado dessa estratégia, 99,1% da receita da Companhia obtida no exercício de 2025 foi recorrente.

Além do mais, a Companhia acredita que seu modelo de negócio cria o potencial de aumento do *ticket* médio por meio da introdução de novas funções aos serviços existentes, conforme indicado pelo *Net Retention Rate* de 100,7% entre 2024 e 2025.

Escalabilidade da plataforma tecnológica, suportada por uma cultura de desenvolvimento de novas tecnologias

Com estrutura tecnológica concentrada em nuvem e baseada em *Application Programming Interface* (“APIs”, em português “Interface de Programação de Aplicativos”), a Companhia tem 25 anos de experiência em construção de serviços digitais. Ela sempre teve como princípio disponibilizar suas ferramentas para operarem 100% *online*, permitindo o uso por clientes com baixa sofisticação tecnológica. Da mesma forma, a Companhia sempre possibilitou a integração de suas soluções com ofertas de terceiros e realiza integrações em sua plataforma através do uso de APIs. As APIs são uma forma ágil de integrar sistemas, possibilitando benefícios como a segurança dos dados, facilidade no intercâmbio de informações com diferentes linguagens de programação e a monetização de acessos, tornando-se capaz de atender as particularidades de seus clientes. A Companhia possui também inteligência capaz de realizar o recolhimento de dados das transações com base em um cadastro de itens centralizado com cerca de 2 milhões de Stock Keeping Units (“SKUs”) estruturados, o que permite identificar e relacionar os itens transacionados.

Este potencial vem sendo construído por meio de um investimento constante na melhoria das suas soluções e na sua infraestrutura tecnológica. Somente nos últimos cinco anos, mais de R\$ 207 milhões foram investidos na plataforma da Companhia, além de um financiamento de aproximadamente R\$ 23 milhões com o BNDES para investimentos em inovação no setor de saúde com uso de IA⁸. Isso tudo por meio de uma estrutura interna que privilegia a rápida tomada de decisão, com uma orientação de solução descentralizada (gerida e formada através da estruturação de *squads* de soluções).

O NPS da Companhia, que reúne as competências e dados necessários para avançar na qualidade dos serviços, considerando pontuação combinada entre as soluções, resultou na última apuração de 2025 em 48 pontos.

Base relevante de clientes ativos com alto potencial de cross-sell e up-sell

Com uma base de cerca de 42 mil clientes ativos distribuída em 4 países da América Latina, a Companhia se beneficia da complementariedade do seu portfólio na atração e retenção de diversos tipos de clientes. Dentre os dois principais grupos endereçados pelas soluções, estão: (i) instituições de saúde, entre os quais hospitais, laboratórios, clínicas e organizações de saúde diversas e que buscam ganhos de eficiência na gestão de processos por meio da automatização, redução de custos de compra e melhorias de estoque; e (ii) fornecedores, entre os quais fabricantes e distribuidores em geral (de material médico, OPME⁹, medicamentos, alimentação, limpeza, dentre outros) que buscam potencializar as vendas e digitalizar o processo de relacionamento com seus clientes com a centralização da demanda em uma só plataforma.

⁸ [https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/industria/Com-R\\$-23-mi-BNDES-financia-inovacao-no-setor-de-saude-com-uso-de-IA-da-Bionexo/](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/industria/Com-R$-23-mi-BNDES-financia-inovacao-no-setor-de-saude-com-uso-de-IA-da-Bionexo/)

⁹ OPME é a sigla utilizada para referenciar as Órteses, Próteses e Materiais Especiais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Após o cliente adquirir sua primeira solução em nossa plataforma, a Companhia impulsiona as suas vendas para esse cliente por meio de iniciativas de *up-sell* e *cross-sell*. Sua inteligência comercial agrega relacionamento e dados para desenhar as réguas de engajamento e geração de *leads* (oportunidade de negócio gerada através do interesse do potencial cliente em algum serviço ou solução) na base. O uso de mais de um serviço digital por parte do cliente traz vantagens relacionadas à inteligência de dados cruzada entre serviços e beneficia a Companhia na medida em que maximiza os níveis de fidelização.

Do lado das instituições de saúde, em 31 de dezembro de 2025, 15,3% dos clientes utilizavam mais de um serviço ofertado pela Companhia na gestão da cadeia de suprimentos. Estes contam com uma oferta de serviços ampliada há mais tempo do que os fornecedores, dentre os quais, em 31 de dezembro de 2025, 12,9% contratavam mais de um serviço, um crescimento de 2p.p. comparado a 2024, impulsionado pela solução OPME. As oportunidades de crescimento para as vendas horizontais são relevantes à medida que dispomos de pelo menos quatro diferentes serviços digitais para cada lado da cadeia. Este potencial está lastreado não somente na estratégia comercial da Companhia, mas também nas características dos serviços, que contam com a facilidade de integração em uma só plataforma.

Cabe ressaltar que o aumento da receita sobre a base de clientes não se manifesta somente por meio da venda de novos serviços. Dentro do mesmo serviço, há também os chamados “*in app sales*”, ou seja, funções novas da mesma solução que são disponibilizadas e justificam a adoção de um plano superior. Os contratos são em sua maioria reajustados à medida que as funcionalidades evoluem, além da correção de preços pela inflação anual. Fornecedores que utilizam a funcionalidade de integração a outros ERPs pagam taxa que é reavaliada anualmente de acordo com faixas de valor estabelecidas com base no volume transacionado na plataforma.

Esse potencial é corroborado pela penetração em diferentes geografias e perfis distintos de clientes. Isso resulta em previsibilidade de crescimento e protege a Companhia de oscilações em mercados específicos. Como exemplo, no ano de 2020 e 2021, apesar das dificuldades que os hospitais tiveram como resultado do combate à pandemia do COVID-19, fornecedores de alguns itens estratégicos tiveram crescimento significativo, de modo que nossos novos contratos com fornecedores tiveram crescimento de 80% em termos de valor.

Capacidade de crescimento via aquisições selecionadas

Como parte do processo de expansão, a Companhia possui histórico de aquisições bem-sucedido, o qual evidencia a capacidade de condução de processos de aquisições, mapeamento de potenciais ativos e a integração de companhias adquiridas, como pode ser evidenciado nas aquisições descritas abaixo:

- **Hospitalcenter:** plataforma de compras hospitalares pertencente ao Grupo M2 Tecnologia, adquirida em setembro de 2013;
- **Manager Saúde:** companhia de desenvolvimento de sistemas de integração, *workflow* de vendas e soluções de *Business Intelligence* (“*BI*”), adquirida em maio de 2018. Através da aquisição, a Companhia passou a oferecer soluções de integração e automação entre a sua plataforma e os diferentes sistemas de gestão de distribuidores e fabricantes de insumos hospitalares;
- **GTT Healthcare (GTMED):** empresa de soluções de rastreabilidade (*Internet of Things*, “*IoT*”) para itens de alto custo no setor de saúde, adquirida em julho de 2019. Através da aquisição, a Companhia deu origem às soluções BioTracker, que atuam na rastreabilidade de itens de alto valor;
- **Avatar:** companhia especializada no desenvolvimento de soluções inovadoras e automáticas para gestão do ciclo de receita em hospitais, adquirida pela Companhia em dezembro de 2020. Através da aquisição, a Companhia aumentou o escopo de atuação das suas soluções, passando a atuar no ciclo de receitas hospitalares;
- **Clínica nas Nuvens:** empresa detentora de software de gestão para clínicas e policlínicas. A companhia oferece solução completa para gestão de clínicas, atendendo através dos seus módulos, as principais atividades dos seus clientes. O software foi construído através de uma estrutura baseada em nuvem e que através de APIs permite a conexão entre o sistema e diversas soluções externas. Dessa forma, o cliente possui flexibilidade para usar diferentes ferramentas, concentrando as informações em uma única plataforma;
- **Tech Knowledge Support Informática (“TKS”):** através do software *Beecare*, a TKS oferece diversas soluções de gestão do ciclo de receitas para hospitais, laboratórios e clínicas. Essas soluções são ofertadas em um modelo SaaS e permitem que os clientes se conectem com as operadoras de saúde, realizando desde a verificação de elegibilidade de pacientes até a reconciliação de pagamentos e recursos de glosas. Com essa aquisição, a Companhia pretende complementar as suas ofertas de soluções de gestão do ciclo de receitas, que já eram oferecidas para clientes através dos produtos da Avatar, companhia adquirida em 2020;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- **Síntese B2B:** plataforma de compra e venda de insumos hospitalares através de modelo SaaS. A companhia foi fundada em 2001 em Recife, PE e possui modelo de negócios similar ao da plataforma de compras Bionexo. A Síntese B2B possuía 470 clientes no momento da sua aquisição, em outubro de 2022;
- **Tradimus:** Aquisição que amplia a atuação da Bionexo na oferta de soluções para gestão do ciclo da receita de prestadores de serviços de saúde. A Tradimus foi fundada em 2012 com o propósito de oferecer uma Solução completa voltada a serviços com foco em tornar hospitais, clínicas e laboratórios mais lucrativos através da eficiência operacional. A estratégia de aquisição da Companhia é baseada na identificação de empresas que ofereçam serviços em nuvem no mercado SaaS, de alta qualidade e com potencial de crescimento significativo, que possam ser alavancadas pelo canal comercial da Companhia e sua infraestrutura tecnológica. Dessa forma, a Companhia busca acelerar as suas taxas de crescimento por meio de novas iniciativas de *cross-sell*;
- **Overmind:** fundada em 2016, a Overmind é especializada no desenvolvimento de soluções de automação digital (RPA) para gestão do ciclo de receita de prestadores de serviços de saúde, com foco em elegibilidade e autorização de pacientes junto a operadoras de saúde. A Overmind possui uma plataforma proprietária de automação que substitui interações manuais por processos automatizados, cobrindo a jornada do paciente desde a verificação de elegibilidade até a autorização de procedimentos. Através da aquisição, a Bionexo pretende ampliar significativamente a sua cobertura de automações no ciclo de receita, complementando as soluções já oferecidas pelo Beecare;
- **Brasíndice:** companhia fundada em 1974, reconhecida como uma das principais e mais antigas referências nacionais em informações de preços de medicamentos para o mercado de saúde. Por meio de suas soluções, a empresa disponibiliza informações atualizadas sobre preços de medicamentos e materiais médicos, utilizados por fabricantes, distribuidores, hospitais, operadoras de saúde, e outros players nos processos de cotação, e principalmente, no processo de faturamento entre prestador e operadora de saúde. A aquisição teve como objetivo ampliar o portfólio de soluções voltadas à inteligência de dados da Companhia, fortalecendo sua atuação no ecossistema de saúde e promovendo sinergias com as ofertas já existentes de automação e integração de processos;
- **Tasy:** aquisição da Tucano do Brasil Sistemas de Informação Ltda., responsável pelo Tasy, um dos principais sistemas de prontuário eletrônico do paciente na América Latina. A operação representa um movimento estratégico relevante para a ampliação do portfólio da Companhia, ao incorporar soluções de gestão hospitalar (Hospital Information System – HIS) e prontuário eletrônico, fortalecendo a interface entre gestão clínica, administrativa, financeira e de suprimentos no ecossistema digital dos hospitais. A transação reforça a estratégia de consolidação da Companhia como plataforma tecnológica integrada para o setor de saúde, ampliando oportunidades de cross-sell e geração de valor para clientes.

As aquisições geralmente têm como alvo empresas que complementem o portfólio da Companhia, atuando em segmentos de clientes existentes, de modo que a força de vendas da Companhia consiga rapidamente incorporar os novos serviços aos processos existentes, impulsionado pela força da marca Bionexo perante os clientes. Adicionalmente, à medida que a solução adquirida é incorporada à nossa plataforma tecnológica, ela se beneficia de serviços computacionais comuns, como integrações nativas com ERPs do setor, captura de dados dos clientes, gestão de servidores, infraestrutura de dados e *analytics*, o que reforça a atratividade da própria solução e os retornos auferidos nas transações.

Administração experiente

A Companhia vem ao longo do tempo desenhando sua estrutura visando ao bom andamento do negócio, tanto no Brasil como nos demais países em que atua. A Companhia adota como parte da remuneração dos principais executivos um programa de incentivos de longo prazo, baseado em remuneração atrelada à valorização das suas ações (*phantom shares*) e sujeito a um período de *vesting* de 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía no Brasil 457 funcionários, sendo 144 focados em tecnologia e desenvolvimento de soluções, 95 em crescimento (novas vendas, retenção, rentabilização e marketing), 156 em estruturas de atendimento, implantação, suporte, infraestrutura e segurança, além de 62 nas frentes Corporativas e de Finanças.

Estratégia de Crescimento

Com o objetivo de sustentar o crescimento futuro, ampliar o escopo de atuação das soluções e oferecer aos clientes as melhores soluções em nuvem para a gestão de processos na área da saúde, a Companhia acredita na implementação das medidas estratégicas listadas a seguir.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Promover o crescimento de novos serviços (novos e atuais) na rede de clientes atual

Uma das principais estratégias da Companhia consiste no planejamento de medidas para capturar o aumento da penetração de seus serviços na base de clientes. Os principais aspectos para a implementação dessa estratégia são (i) capacidade de desenvolvimento de novos serviços e funcionalidades; (ii) relacionamento e proximidade com os clientes; (iii) o crescimento da rede de clientes e número de transações entre eles; e (iv) capacidade de monetizar os diferentes segmentos das cadeias, presentes nas soluções. Através desses aspectos, a Companhia acredita que será possível continuar a aumentar a sua capacidade de *cross-sell* e *up-sell*. Adicionalmente, a Companhia obteve expressivo crescimento no segmento de fornecedores ao longo dos últimos anos, passando de 797 clientes pagantes em 31 de dezembro de 2015 para 4.083 clientes pagantes em 31 de dezembro de 2025, o que mostra a capacidade de criar ofertas e monetizar os diferentes elos da cadeia de saúde.

Como resultado dos processos de *cross-sell* e *up-sell*, a Companhia acredita ser capaz de capturar uma fatia cada vez maior dos gastos com tecnologia de seus clientes (*share of wallet*).

Expandir a base de clientes por meio da captura de novos clientes nos diferentes mercados de atuação

Além da captação de clientes no Brasil, parte da estratégia de crescimento da Companhia também passa pela captura de novos clientes nos 4 países em que atua. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava presente em 5 mil instituições de saúde e possuía 4 mil clientes fornecedores pagantes. Como dois principais vetores para a captura de novos clientes, a Companhia possui: (i) os benefícios trazidos pelo “Efeito Rede” das soluções atuais, incluindo os ganhos de escala à medida que aumenta o seu ecossistema de clientes; e (ii) estrutura de vendas e *marketing* com processos segmentados e especialização de funções, composta atualmente por 95 profissionais que atuam de forma *online* e presencial.

Avaliar oportunidades de aquisições e parcerias estratégicas complementares no setor de atuação

A Companhia busca a expansão do seu escopo de atuação por meio de aquisições e parcerias estratégicas. Pela presença e conhecimento do setor, é possível identificar as oportunidades que adicionam valor para os seus clientes, seja pela ampliação do escopo de atuação, adição de capacidade técnica no desenvolvimento de novas tecnologias e funcionalidades ou potenciais verticalizações com os serviços já oferecidos. Os alvos almejados possuem, essencialmente, as seguintes características: (i) alta qualidade das soluções e serviços; (ii) modelos de receita baseados em recorrência ou com potencial para ser transformada em recorrente; (iii) tecnologia baseada em nuvem; e (iv) alto potencial de crescimento através da venda para a base de clientes Bionexo. Entre os segmentos mapeados nas atuais oportunidades, podemos citar os de gestão do ciclo de receitas hospitalares, suporte à gestão clínica, hotelaria hospitalar e *supply chain*. Acreditamos que os serviços das companhias adquiridas passam a se beneficiar da escalabilidade dos processos de venda da Companhia e da sua base de tecnologia, suportados pela força de sua marca perante hospitais e fornecedores.

As aquisições já realizadas endossam a estratégia de ampliação de portfólio, ainda voltado às instituições de saúde e fornecedores. Seja através de soluções financeiras ou monitoramento e entrega de estoques, a Companhia tem se engajado e continuará engajada fortemente na expansão da oferta de serviços aos seus atuais e futuros clientes, mantendo seu objetivo de fortalecer as conexões entre os agentes da cadeia de saúde, para aumento da transparência e eficiência, visando contribuir para um setor de saúde melhor.

PONTOS FRACOS, OBSTÁCULOS E AMEAÇAS

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada, especialmente aos cinco principais fatores de risco dispostos abaixo. Vide itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Segmentos operacionais: em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

(a) Produtos e serviços comercializados

O negócio da Companhia consiste no fornecimento de soluções digitais para a gestão de processos no setor de saúde, através de serviços de licenciamento de software. Portanto, a Companhia opera em um único segmento para fins de tomada de decisão.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita operacional líquida do emissor

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025		
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total
Receita operacional líquida	207.000	90,6%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2025		
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total
Resultado líquido	(8.092)	-3,9%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Segmentos operacionais: em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

(a) Características do processo de produção

A Bionexo é uma empresa especializada no desenvolvimento de soluções digitais para a gestão de processos na área da saúde. Com uma estrutura de Software as a Service (SaaS), a empresa pode personalizar suas soluções para atender às necessidades específicas de cada cliente. Por ser uma solução baseada em nuvem (Cloud), a Bionexo tem a flexibilidade de evoluir e adaptar suas soluções de forma ágil e contínua, de acordo com as demandas do mercado.

Desde o planejamento até a aquisição, negociação, contratualização e controle de estoque, passando pelos fluxos documentacionais de preparação de cirurgias, as soluções da cadeia de suprimentos da área da saúde abrangem e superam as necessidades processuais fundamentais para a integridade de todo o ecossistema de funcionamento do mercado. Essa abordagem transforma a maneira como as instituições operam, trazendo mais eficiência, transparência e inteligência para seus processos. Além disso, o fornecimento de dados estruturados permite *insights* e análises inteligentes que promovem uma melhor tomada de decisões.

O portfólio de soluções modulares da Bionexo é altamente adaptável, ajudando as instituições a aprimorarem seus processos de acordo com suas necessidades e níveis de maturidade. A constante expansão e criação de novas soluções, funcionalidades e produtos refletem uma estratégia que agrega valor a todo o ecossistema, possibilitando uma evolução contínua na cadeia de valor da empresa.

Público-Alvo:

Os clientes da Bionexo englobam uma extensa variedade de instituições no setor da saúde, compreendendo desde clínicas e serviços de assistência domiciliar até hospitais e operadoras, entre outras entidades relevantes. Adicionalmente, a empresa também presta serviços aos fornecedores que desempenham um papel fundamental no suporte às operações dessas instituições, fornecendo uma ampla gama de produtos e serviços essenciais, que incluem desde materiais médicos e medicamentos até itens de escritório e alimentos, entre outras necessidades.

Estrutura e Processos:

A estrutura e os processos de criação, evolução, suporte e capitalização dos produtos da Bionexo visam a geração de eficiência sistêmica, garantindo a melhor experiência para o cliente em todo o fluxo.

Processo de Desenvolvimento de Produtos:

O núcleo de gestão de portfólios no âmbito do produto desempenha um papel essencial na asseguuração da fluidez dos processos e no funcionamento eficiente da estrutura organizacional. Este setor não apenas supervisiona meticulosamente o orçamento, mas também antecipa proativamente riscos e oportunidades, compartilhando essas análises por meio de indicadores criteriosos e rotinas de acompanhamento estruturadas. Diante de desafios na execução, intervém com agilidade e precisão, visando manter o curso adequado do desenvolvimento.

Por sua vez, a área de Experiência do Usuário (UX) é incumbida da nobre tarefa de garantir a excelência e a aderência das soluções aos usuários, adotando o paradigmático modelo de design centrado no usuário (*User Centred Design*). A harmonia e a coerência das interações entre plataformas se revestem de uma importância incontestável para a eficácia do modelo SaaS, simplificando a adaptação e reduzindo a curva de aprendizado de maneira dinâmica e ininterrupta, sustentando, assim, a escalabilidade inerente às soluções desenvolvidas.

Produto:

A área de Produto fundamenta-se nas demandas do mercado para estabelecer e renovar a estratégia de longo prazo dos produtos, assegurando que as entregas imediatas estejam alinhadas com essa visão estratégica.

Por sua vez, a área de Desenvolvimento de *Software* assume a responsabilidade integral pelo ciclo de vida dos sistemas, englobando desde o desenvolvimento inicial até a concepção, análise, implementação e sustentação contínua. Além disso, zela pela qualidade em todas as etapas do processo, garantindo que as entregas atendam aos mais altos padrões de excelência.

Tecnologia:

O núcleo de Arquitetura é responsável por monitorar e aprimorar a tecnologia, os atuais produtos e soluções da Bionexo. Além de tecnologia própria, a empresa conta com terceiros para fins de infraestrutura do software e garantia de disponibilidade das soluções, com o uso de aplicações dos sistemas operacionais em nuvem nos servidores da *Oracle Cloud Infrastructure OCI* e *Amazon AWS*, administrada pelo time de arquitetura de dados.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A área de *Analytics* é responsável pela centralização, organização, transformação e tradução dos dados disponibilizados através do *Data Lake*, gerando leituras, estatísticas e insights estruturados, complementando informações com base em algoritmos e inteligência artificial, ao mesmo tempo que identifica incorreções dentro da base.

A área de *Cloud Services* é responsável por fornecer, monitorar e administrar a estrutura em nuvem nos sistemas operacionais da OCI e *Amazon AWS*, utilizados pelas aplicações e dados da Bionexo. Também otimiza os recursos, adequando o investimento ao contexto de cada operação. Fornece a infraestrutura tecnológica para conectividade, armazenamento e segurança da informação, com uso.

Processos:

Macro Rotinas de Produto:

Comitê de Produto - Reúne-se quinzenalmente para revisão do *roadmap* de curto prazo e avaliação de novas demandas que surgiram nesse intervalo. O comitê contempla colaboradores das áreas de negócio, tecnologia, engenharia e produto e tem como objetivo alinhar e criar consenso sobre os próximos passos do produto.

Contextualização de Produto - Trimestralmente revisita-se a estratégia de médio prazo do produto observando-se o contexto atual para discussão e alinhamento de uma nova realidade e assim necessidade de revisão no *roadmap* ou para reafirmar o caminho anteriormente proposto.

Fluxo de Desenvolvimento (SCRUM):

Visão - O desenvolvimento em Scrum começa com a definição de uma visão clara do projeto e uma descrição inicial do produto desejado. Esta visão inicial pode ser ampla e talvez focada mais no mercado do que nos detalhes técnicos do sistema, porém, ela será refinada e esclarecida à medida que o projeto avança. Este processo de refinamento contínuo ajuda a garantir que o produto final atenda às necessidades do cliente e do mercado-alvo.

Roadmap - A área de produtos é responsável por articular a visão de forma a maximizar os resultados da solução. Para isso, o Product Manager utiliza o roadmap, uma lista de requisitos funcionais e não funcionais que, quando implementados, traduzirão essa visão em produto tangível. O roadmap é priorizado de acordo com o potencial de geração de valor de cada item, garantindo que os mais importantes sejam abordados primeiro. Mudanças no Product Backlog refletem alterações nos requisitos de negócio e na capacidade do Time de transformar esses requisitos em funcionalidades.

Discovery e Design da Solução - Após a definição do escopo de uma entrega, o time de Experiência do Usuário (UX) assume a responsabilidade de garantir que a execução e o design atendam às necessidades dos usuários. Utilizando metodologias como Design Thinking, hipóteses de levantamento e testes de usabilidade, é possível compreender, testar e validar o produto antes do lançamento. Isso assegura que os casos de uso reais sejam compreendidos, resultando em qualidade de desenvolvimento e assertividade das entregas em um processo de evolução contínua.

Sprints - Todo o trabalho de transformação de itens do Backlog em funcionalidades ocorre dentro de Sprints. Sprints são intervalos de tempo, geralmente de duas semanas, nos quais o time se compromete a desenvolver uma quantidade específica de requisitos, gerando incrementos de funcionalidades. Cada Sprint é iniciado com uma reunião de planejamento, conhecida como Sprint Planning Meeting, e concluído com as reuniões de revisão e retrospectiva, ou Sprint Review Meeting e Sprint Retrospective Meeting. Durante o Sprint, o time realiza reuniões diárias de acompanhamento, chamadas Scrum Daily Meetings.

(b) Características do processo de distribuição

Canais de Distribuição

A estratégia de comercialização da Bionexo está fundamentada em um modelo que abrange 3 dimensões: vendas novas, cruzadas (*cross-sell & up-sell*) e combinadas (*bundles* e *combos*).

O processo de geração de demanda está estruturado para gerar, qualificar e distribuir *leads* (oportunidades de negócio gerada através do interesse de potencial cliente em algum produto, serviço ou solução) observando estas 3 dimensões. Não obstante, a estratégia de ida ao mercado está segmentada em 2 grupos de clientes ou potenciais clientes: (i) grandes contas; e (ii) pequenas e médias contas ("PME").

A responsabilidade por estes processos é da área de Planejamento & Gestão de Vendas, incluindo as funções de Administração de Vendas, Inteligência de Negócios, Ofertas/Precificação, Sales Development Representative ("SDR") e Engajamento. Estas funções dão suporte ao conceito de "monetização", ou seja, geração de valor com crescimento

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

orgânico, baseado em novos clientes e novos produtos para os clientes existentes. Esse processo é complementado pela expansão do portfólio, gerado pelo desenvolvimento de novos produtos e pela aquisição de produtos/empresas (crescimento inorgânico) que tragam sinergia técnica, comercial e operacional.

Para vendas novas, bases de dados internas e externas são usadas para identificar e enriquecer as oportunidades com notas de potencial de consumo e dados de contatos. Em casos de vendas para o segmento PME, cuja maior eficiência e eficácia é feita por ações com baixo nível de interação, estas oportunidades são inicialmente trabalhadas pela área de SDR, de forma a otimizar a conversão da oportunidade depois que esta é validada e encaminhada para os executivos de venda deste segmento. Para grandes contas, as oportunidades são encaminhadas diretamente aos Executivos de Vendas, profissionais com ampla experiência no segmento e no trato com compradores e vendedores de grande porte, com estruturas organizacionais e operações mais complexas. Trabalhando em conjunto, ainda que estruturada de forma independente, há o time de *Customer Success*, com executivos de relacionamento com igual nível de expertise dos executivos de vendas, mas cujo foco está em garantir a melhor experiência e resultado dos clientes, em todas as fases da sua jornada de negócios na Bionexo, abrangendo implantação, ativação, treinamento, engajamento, renovação e retenção.

Para vendas cruzadas e combinadas, todo o fluxo é também operado pela área de Planejamento & Gestão de Vendas, sendo na sequência encaminhado diretamente para os executivos de vendas, tanto para PME, quanto para grandes contas, com uma oferta (público, produto, preço, condições) já delineada para cada cliente. Retroalimentando os processos descritos acima, são realizados fóruns permanentes com os times de vendas, para validar e normalizar a eficiência das notas.

Concomitantemente, em diversos pontos e momentos, estes processos são comunicados, promovidos e sustentados por ações de marketing. A área de Marketing, que planeja e executa estas ações, está estruturada de forma a atender ambos os segmentos, com abordagens institucionais (*corporate branding*), de produtos (*product marketing*) e diretas (*demand generation*).

As abordagens institucionais e de produtos também são realizadas por ações corporativas externas, tais como assessoria de imprensa, eventos, patrocínios e estudos de mercado.

Toda esta estratégia e estrutura, é replicada em nossas operações internacionais (Argentina, Colômbia e México).

CRM e Geração de Demanda

As áreas de CRM e Geração de Demanda desempenham papéis complementares no ciclo de vida do cliente e no processo de vendas da Bionexo. A vertical de CRM gerencia todas as interações e relacionamentos com os clientes atuais e potenciais, dividida entre Rentabilização e Fidelização, utilizando software e tecnologia para coletar, organizar e analisar dados sobre os clientes, visando entender melhor seus perfis e fornecer um serviço mais eficiente. Equipes de vendas, atendimento ao cliente e marketing utilizam essas informações para acompanhar interações, monitorar vendas e resolver problemas rapidamente. Já a vertical de Geração de Demanda atrai, nutre e alimenta o funil de vendas com leads qualificados, utilizando diversas estratégias de marketing para identificar e atrair potenciais clientes, nutrindo-os com conteúdo relevante até que sejam transferidos para equipes comerciais para abordagem e fechamento de vendas.

Área de CRM

A área de CRM (*Customer Relationship Management*) da Bionexo é encarregada de gerenciar e aprimorar as interações com os clientes, utilizando dados para impulsionar vendas e o crescimento da Companhia. Isso inclui o acompanhamento do ciclo de vida do cliente, coleta e análise de dados, desenvolvimento de estratégias, implementação de tecnologias CRM e monitoramento de desempenho. A vertical de CRM se divide em duas sub-verticais: Rentabilização, que visa identificar oportunidades de negócio e melhorias para os clientes, e Fidelização, que busca fortalecer os laços entre a Companhia e seus clientes, utilizando métricas como o *Customer Health Score* (CHS) para avaliar a satisfação e identificar possíveis riscos. Mensalmente, são desenvolvidas ações para intensificar o relacionamento com os clientes e garantir sua satisfação, contribuindo para o sucesso do negócio.

Área de Geração de Demanda

A área de Geração de Demanda da Bionexo é responsável por criar e nutrir oportunidades de negócios para a área comercial, utilizando estratégias de marketing para atrair e qualificar leads. Suas funções incluem a identificação de potenciais clientes, geração e tratamento de leads, nutrição de leads através de conteúdo relevante e personalizado, e entrega de leads qualificados para a equipe comercial. Estabelece objetivos e métricas para avaliar o desempenho das campanhas, documentando aprendizados para guiar futuras ações. Essa área desempenha um papel essencial no preenchimento do funil de vendas, garantindo um fluxo contínuo de leads para impulsionar o crescimento do negócio.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Comunicação

Além dos canais de distribuição mencionados acima, a Bionexo conta com uma área de Comunicação responsável pela interação nos canais de comunicação (incluindo canais digitais) para divulgar informações sobre seu portfólio e abordar temas relevantes do mercado de saúde. As estratégias de conteúdo são implementadas em diversos canais, digitais e offline que tem capacidade de alcançar mais de 69 mil pessoas (incluindo clientes, atuais, novos clientes e fornecedores). Os principais canais de comunicação são:

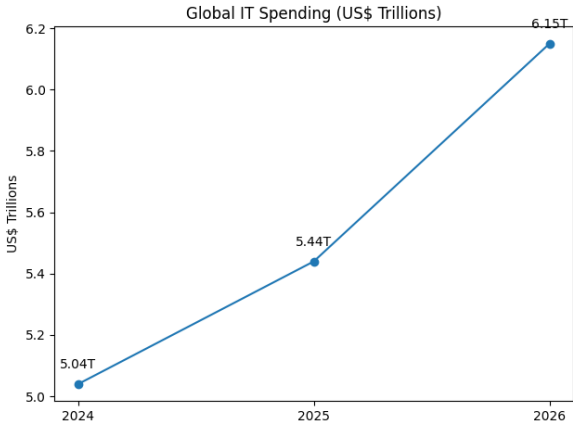
- (i) **Redes sociais:** A Bionexo alcança mais de 69 mil pessoas por meio de seu blog, LinkedIn, Instagram e Facebook;
- (ii) **Youtube:** A Bionexo possui um canal do Youtube com foco em atualizações de produtos e conteúdos institucionais; e
- (iii) **Site:** Também são geradas oportunidades de negócios por meio do site oficial da Bionexo, onde são disponibilizadas informações detalhadas sobre os produtos oferecidos.

(c) características dos mercados de atuação, em especial:

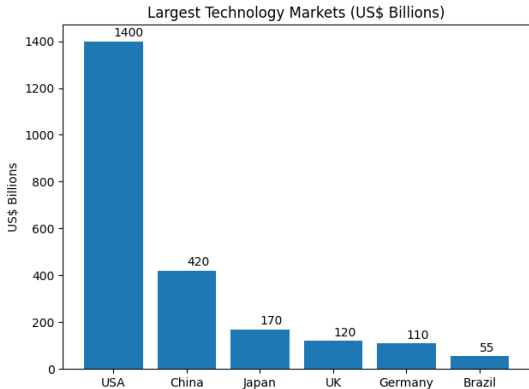
i. participação em cada um dos mercados

O setor global de tecnologia representa uma das maiores indústrias da economia contemporânea. A digitalização de processos produtivos, a adoção de computação em nuvem, o avanço da inteligência artificial e a expansão da conectividade global transformaram a tecnologia em infraestrutura essencial para praticamente todos os setores econômicos.

Estimativas da consultoria Gartner indicam que o gasto mundial em tecnologia da informação deverá atingir aproximadamente US\$ 6,15 trilhões em 2026, comparado a US\$ 5,44 trilhões em 2025.¹



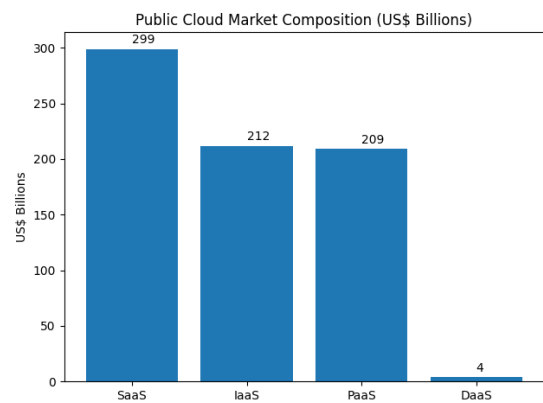
Entre os maiores mercados globais de tecnologia destacam-se os Estados Unidos, China, Japão e países da Europa Ocidental. O Brasil figura entre os dez maiores mercados de tecnologia do mundo e lidera a América Latina.²



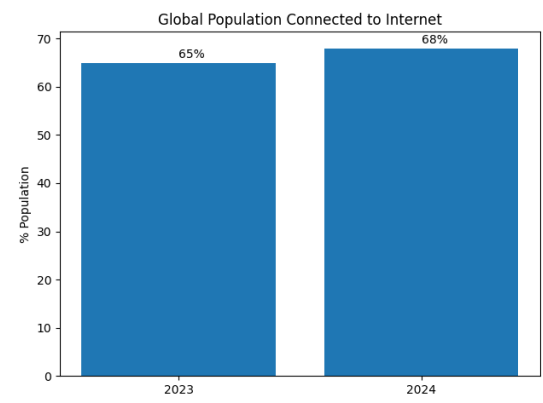
¹ <https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2026-02-03-gartner-forecasts-worldwide-it-spending-to-grow-10-point-8-percent-in-2026-totaling-6-point-15-trillion-dollars>
² Fonte: <https://www.statista.com/outlook/tmo/it-services/worldwide>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A computação em nuvem tornou-se um dos principais motores de expansão do setor. O gasto global com serviços de nuvem pública deverá atingir aproximadamente US\$ 723 bilhões em 2025.³

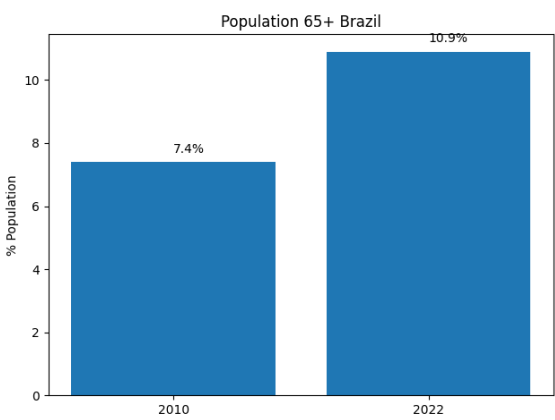


O crescimento do acesso à internet também impulsiona a expansão do mercado digital. Dados da União Internacional de Telecomunicações indicam que cerca de 68% da população mundial estava conectada à internet em 2024.⁴



As mudanças demográficas constituem outro vetor estrutural relevante para o crescimento da tecnologia, especialmente em setores como saúde e serviços públicos.

No Brasil, o Censo Demográfico de 2022 registrou aproximadamente 22,17 milhões de pessoas com 65 anos ou mais, representando cerca de 10,9% da população.⁵



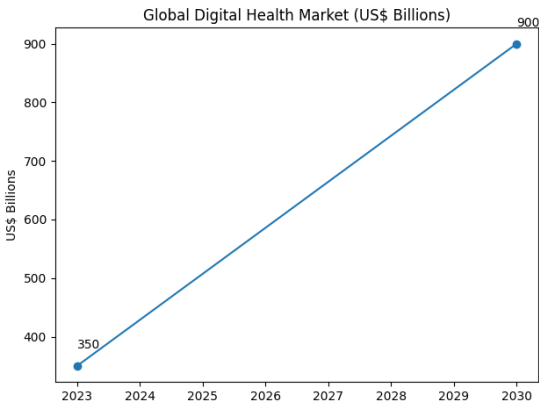
³ <https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2024-11-19-gartner-forecasts-worldwide-public-cloud-end-user-spending-to-total-723-billion-dollars-in-2025>

⁴ Fonte: <https://www.itu.int/itu-d/reports/statistics/2024/11/10/ff24-internet-use/>

⁵ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O avanço da tecnologia também impacta diretamente o setor de saúde. O mercado global de saúde digital deverá crescer significativamente na próxima década, impulsionado pela digitalização de sistemas hospitalares, telemedicina e uso de inteligência artificial.⁶



ii. Condições de competição nos mercados

Mercado global de tecnologia

O mercado global de tecnologia continua em expansão, mas com competição cada vez mais concentrada em poucos players com escala, capital e infraestrutura global. Segundo a Gartner, os gastos mundiais com TI devem somar US\$ 5,43 trilhões em 2025, alta de 7,9% sobre 2024. No recorte de nuvem pública, a IDC projeta que o gasto global ultrapassará US\$ 1 trilhão em 2026, com crescimento superior a 21%, e poderá dobrar até 2029. A mesma IDC indica que SaaS continuará respondendo por mais da metade do gasto global em nuvem pública, enquanto PaaS deve ser a camada de crescimento mais acelerado, com alta superior a 37% em 2026, puxada por IA, analytics e ambientes cloud-native. Os Estados Unidos seguem como o maior mercado mundial, com previsão de US\$ 647 bilhões em 2026, seguidos pela Europa Ocidental, com US\$ 255 bilhões.

A expansão, porém, não tornou o setor mais pulverizado. De acordo com a Synergy Research Group, o mercado global de cloud infrastructure services atingiu US\$ 330 bilhões em 2024, após movimentar US\$ 91 bilhões apenas no quarto trimestre. A própria Synergy mostra que a liderança global continua concentrada nos hyperscalers, com AWS, Microsoft e Google mantendo ampla dominância sobre o mercado. Em termos concorrenciais, isso significa que crescimento e concentração estão ocorrendo ao mesmo tempo: há mais demanda, mais investimento e mais adoção, mas as vantagens competitivas seguem fortemente ancoradas em escala técnica, ecossistema e capacidade de investimento.

Tecnologia no mercado global de saúde

No setor de saúde, a digitalização continua acelerando, sobretudo em telehealth, analytics, mHealth e infraestrutura de dados clínicos. Como esse mercado é medido principalmente por consultorias privadas, os números variam conforme a metodologia. Na série da Grand View Research para digital health, o mercado global foi estimado em US\$ 288,55 bilhões em 2024 e deve alcançar US\$ 347,35 bilhões em 2025, com projeção de chegar a US\$ 946,04 bilhões em 2030. No mesmo estudo, o segmento de tele-healthcare liderou o mercado em 2024, com 45,0% da receita global. Já no recorte específico de telehealth, a consultoria estima US\$ 123,26 bilhões em 2024, US\$ 151,08 bilhões em 2025 e US\$ 455,27 bilhões em 2030.

Esse movimento não é apenas comercial. A Organização Mundial da Saúde continua tratando saúde digital como frente estratégica para fortalecimento dos sistemas de saúde, com ênfase em integração de recursos financeiros, organizacionais, humanos e tecnológicos. Na prática, isso eleva a competição entre empresas de tecnologia em saúde: não basta mais oferecer software isolado; passa a contar mais a capacidade de interoperar, escalar, atender exigências regulatórias e gerar eficiência clínica e financeira ao mesmo tempo.

Mercado de tecnologia na América Latina

Na América Latina, a agenda de tecnologia segue ganhando relevância, impulsionada por nuvem, segurança, IA e modernização de processos. Em divulgação pública baseada em dados da IDC, o Mobile Time informou que o mercado latino-americano de TI corporativo chegou a US\$ 104 bilhões em 2025, alta de 10% frente aos US\$ 95,2 bilhões do ano anterior. O mesmo material destaca crescimento de 11,1% no Brasil em 2025, acima de México e Chile e próximo de Colômbia e Argentina. Ainda que essa referência tenha sido publicada por veículo de imprensa e não em release aberto da própria IDC, ela reflete a leitura mais recente disponível publicamente para o mercado B2B regional.

⁶ Fonte: <https://www.mordorintelligence.com/industry-reports/digital-health-market>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No Brasil, os números mais recentes da ABES com base em dados da IDC mostram um mercado de TI de US\$ 58,6 bilhões em 2024, alta de 13,9% sobre 2023, posicionando o país na 10ª colocação mundial em gastos com software, hardware e serviços. A entidade também projetou crescimento adicional de 9,5% em 2025. Isso reforça a relevância do Brasil como principal mercado de tecnologia da América Latina e indica um ambiente competitivo em que plataformas, modelos recorrentes, nuvem, ERP, IA e automação ganham peso crescente nas decisões de investimento corporativo.

Mercado brasileiro de saúde: demanda, cobertura e estrutura competitiva

No Brasil, a pressão estrutural sobre o sistema de saúde continua aumentando. Segundo o IBGE, o país tinha 22,17 milhões de pessoas com 65 anos ou mais em 2022, equivalentes a 10,9% da população. Na faixa de 60 anos ou mais, eram 32,11 milhões de pessoas, ou 15,6% da população. Em 2024, a expectativa de vida ao nascer chegou a 76,6 anos. Nas projeções mais recentes do próprio IBGE, a população brasileira atingirá seu pico em 2041 e, em 2070, 37,8% dos habitantes terão 60 anos ou mais. Esse quadro amplia a demanda por coordenação assistencial, capacidade hospitalar, produtividade operacional e soluções tecnológicas aplicadas à gestão do sistema.

Na saúde suplementar, o mercado segue grande, resiliente e em consolidação. A ANS informou que os planos de assistência médica encerraram dezembro de 2025 com 53.180.646 vínculos, enquanto os planos exclusivamente odontológicos somaram 35.581.920 beneficiários. Em janeiro de 2026, a própria ANS registrou 52.996.625 vínculos médico-hospitalares e 35.487.403 vínculos odontológicos. Na página de Dados Gerais, a ANS mostra taxa de cobertura de 24,4% para planos médicos em dezembro de 2025 e 24,9% em janeiro de 2026. O mesmo painel mostra que o total de operadoras com beneficiários caiu de 1.095 em dezembro de 2016 para 895 em janeiro de 2026. Esse movimento indica um mercado ainda grande, porém cada vez mais concentrado.

Os dados econômico-financeiros mais recentes reforçam essa leitura. Segundo a ANS, o setor de saúde suplementar registrou receitas totais de R\$ 391,6 bilhões e lucro líquido acumulado de R\$ 24,4 bilhões em 2025, com sinistralidade de 81,7%. A mesma divulgação destaca que três das maiores operadoras concentraram 49% do lucro agregado do setor. Em outras palavras, o mercado continua competitivo, mas a captura de valor está cada vez mais concentrada em grupos de maior escala e maior capacidade de gestão.

Em termos sistêmicos, o Brasil ainda combina demanda crescente com limitações de financiamento e oferta. A OCDE estima que o país gastou cerca de US\$ 1.700 per capita em saúde em 2022, menos de um terço da média da organização, de US\$ 5.300. No mesmo estudo, a OCDE aponta uma estrutura de financiamento em que 45% do gasto em saúde veio de esquemas compulsórios, 27% de seguros voluntários e 27% de desembolso direto das famílias. Já no lado da infraestrutura, a World Bank Data mostra o Brasil em torno de 2,5 leitos hospitalares por mil habitantes em 2021, enquanto a OCDE aponta média de 4,2 leitos por mil habitantes nos países-membros em 2023.

Sob a ótica concorrencial, esse contexto favorece empresas com escala, eficiência e integração. Em estudo setorial da Moody's Local, o setor de saúde no Brasil é descrito como um mercado com barreiras elevadas de entrada, incluindo relacionamento com operadoras e fornecedores, aprovações regulatórias, intensidade de capital e necessidade de reputação e escala operacional. A leitura é coerente com o movimento contínuo de consolidação, verticalização e busca por racionalização de custos, o que tende a favorecer plataformas integradas e operadores capazes de combinar tecnologia, governança e disciplina financeira.

(d) Eventual sazonalidade

Não aplicável, visto que não há sazonalidade no modelo de negócios da Companhia.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e resulta da prestação de serviços intelectuais por meio do licenciamento de *software*. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

O setor de atuação da Companhia é marcado pela concentração de poucos fornecedores com grande experiência e renome. Apesar da Companhia operar com tecnologia própria, devido às especificações técnicas da plataforma utilizada em sua operação, a Companhia conta com tecnologia de terceiros para fins de infraestrutura do *software*, com uso de suas aplicações nos sistemas operacionais em nuvem de terceiros. Atualmente, a Oracle OCI é o maior fornecedor da Companhia para os sistemas operacionais em nuvem. Desde 2023, a infraestrutura da Companhia permite que outros fornecedores sejam contratados a qualquer momento, se necessário.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia informa que não há significativa volatilidade nos preços.

1.5 Principais clientes

1.5. Clientes relevantes: identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não se aplica à Companhia. Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita operacional líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita operacional líquida total da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Regulação estatal: descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, incluindo, quando aplicável,

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Proteção de dados

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais setoriais, quais sejam:

- A Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), alterada em 2019, que estabeleceu, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

(i) A Constituição Federal, que assegura o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;

(ii) o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que disciplina a abertura de bancos de dados de consumidores e o acesso do consumidor às informações e respectivas fontes;

(iii) a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011), alterada em 2019, que estabelece direitos do cadastrado, incluindo informação prévia sobre o gestor, armazenamento e finalidade do tratamento;

(iv) o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que trata da proteção da privacidade e dos dados pessoais no ambiente online; e

(v) o Decreto nº 8.771/2016, que regulamenta o Marco Civil e define dados pessoais como aqueles relacionados a pessoa natural identificada ou identificável.

No entanto, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados (“**LGPD**”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

É importante esclarecer que a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção das suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) que somente puderam ser aplicadas a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia do COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tinha como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações de privacidade e proteção de dados, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o processamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece (i) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); (ii) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; (iii) prevê sanções administrativas para o descumprimento de suas disposições; e (iv) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais no Brasil.

É relevante esclarecer que a ANPD somente iniciou as suas atividades de fato recentemente. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, especialmente em casos de incidente de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, mas aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet.

Ademais, desde a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita, dentre outras sanções, à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) obrigação de divulgação de incidente; (d) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; e (e) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração;

(a) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; e

(b) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (h) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; e (i) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Ressaltamos que a Companhia adotou diversas medidas para a proteção de dados adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente. Apesar disso, por se tratar de um programa vivo, a Companhia mantém programa contínuo de privacidade e proteção de dados, o qual é permanentemente aprimorado em consonância com a evolução regulatória e com as orientações da ANPD, tendo como base uma estrutura de governança formalizada, com Comitê de Privacidade, escritório especialista em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais como encarregado independente nomeado e políticas internas aprovadas. O encarregado é identificado publicamente no Aviso de Privacidade da Companhia, disponível em <https://bionexo.com/pt-br/aviso-de-privacidade>, com canal de contato acessível aos titulares, em conformidade com o art. 41, §1º da LGPD e com a Resolução CD/ANPD nº 18/2024.

O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) da Bionexo tem a responsabilidade de monitorar a conformidade da organização com as disposições nacionais e internacionais de privacidade e proteção de dados pessoais. Ele também se dedica a promover internamente a cultura de proteção de dados. Além disso, o DPO atua como ponto de contato tanto para os titulares de dados quanto para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). A Companhia dispõe de Comitê de Privacidade e Proteção de Dados com reuniões periódicas, Política de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação atualizada conforme a Resolução CD/ANPD nº 15/2024, Aviso de Privacidade externo atualizado, treinamento de onboarding implementado em plataforma LMS e ferramentas de gestão de dados pessoais. O programa encontra-se em processo de aprimoramento contínuo, especialmente no que tange à atualização do registro de operações de tratamento (ROPA) e à integração de análise de privacidade ao desenvolvimento de novos produtos e serviços.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Licenças e Autorizações

A operação normal das unidades da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e alvará do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão.

Em relação a todos os locais ocupados pela Companhia para o exercício de suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Com relação a licenças ambientais, as atividades desenvolvidas pela Companhia não estão sujeitas ao licenciamento ambiental, pois não são consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ao meio ambiente, tratando-se de meros escritórios, com atividades administrativas.

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

As atividades da Companhia não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente, motivo pelo qual a Companhia não possui política ambiental implementada e não incorre em custos para o cumprimento da regulação ambiental.

Apesar disso, realizou a compensação de sua “pegada de carbono”, por meio da aquisição de créditos, nos últimos quatro anos. Para maiores informações, vide item 1.9 deste Formulário de Referência.

Até a data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei da Propriedade Industrial”) dispõe que a titularidade de uma marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil.

Após a aprovação do registro, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo no Brasil, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

É relevante mencionar que, durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e/ou (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Na data deste Formulário de Referência, somos titulares, em nome próprio, de marcas registradas e pedidos de registro de marca junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, tais como “Bionexo”, “PLANnexo” e “OPMEnexo”. Também somos titulares de registros de marcas no exterior.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("**DNS**"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Os principais nomes de domínios de internet quais são utilizados como canais de informação ao público são:

bionexo.com.br, bionexo.com.cobionexo.co, bionexo.combionexo.com.mx, bionexo.mx, bionexotasy.com.br, bionexotasy.com, clinicanasnuvens.com.br e brasindice.com.br.

Softwares Próprios

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. Um software pode ser definido, ainda, como "expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados", nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.609/98 ("**Lei de Software**").

No Brasil, os softwares são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/75 e a Lei nº 9.610/98 ("**Lei de Direitos Autorais**") em conjunto com a Lei de Software, de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro.

No entanto, o registro de software concedido pelo INPI é a forma mais segura de garantir a propriedade de software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui o registro de 7 softwares próprios junto o INPI.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. Em favor de partidos políticos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de partidos políticos.

iii. Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não efetuou contribuições financeiras visando a tal finalidade.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Países de atuação: em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, 91,9% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, 8,1% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior.

Região/País	Receita operacional líquida em 31/12/2025 (em milhares de Reais)	Porcentagem na Receita operacional líquida
Brasil	190.361	91,9%
Exterior	16.639	8,1%
Colômbia	8.832	4,3%
México	1.187	0,9%
Argentina	5.990	2,9%
Total	207.000	100,0%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Países estrangeiros: em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não aplicável, visto que a Companhia não considera a receita operacional líquida obtida em países estrangeiros como sendo relevante de forma individual. Para maiores informações, vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. ASG: em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

(a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Atualmente, a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade ou documento similar. No entanto, a Companhia entende que para continuar oferecendo produtos de qualidade e com foco em saúde e bem-estar, precisa estar engajada na promoção da sustentabilidade. Desta maneira, os seus negócios são desenvolvidos observando as questões ESG na realização de suas atividades.

(b) Metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(f) Se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade.

(i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. A não divulgação de informações ASG

A Companhia esclarece que neste momento não divulga publicamente informações ASG, no entanto, entende que para continuar oferecendo produtos de qualidade e com foco em saúde e bem-estar, precisa estar engajada na promoção da sustentabilidade. Desta maneira, os seus negócios são desenvolvidos observando as questões ASG na realização de suas atividades. A Companhia esclarece que neste momento não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

ii. A não adoção de matriz de materialidade

A Companhia esclarece que neste momento não adota matriz de materialidade, visto que não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo.

iii. A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia esclarece que neste momento não adota indicadores-chave de desempenho ASG, visto que não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

iv. A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia esclarece que neste momento não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

v. A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia esclarece que neste momento não considera os ODS ou recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, visto que não divulga publicamente informações ASG, no entanto, faz parte de seu planejamento estratégico a implementação de ações relacionadas a este tema no médio prazo. As etapas iniciais da estratégia ASG da Companhia já vem sendo percorridas a fim de que seja elaborado reporte nos próximos exercícios.

vi. A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia esclarece que neste momento não realiza inventários de emissão de fases do efeito estufa, no entanto, a Companhia esclarece que firmou o compromisso de neutralizar e reduzir voluntariamente emissões dos gases de efeito estufa e, desde 2019, já compensou 1.266 toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq), referentes à sua pegada de carbono administrativa, o que equivale a 1.266 créditos de carbono.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Economia mista: indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Operação não usual nos negócios: indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 1.12 deste Formulário.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Operações relevantes: indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Abaixo são indicadas as operações da Companhia realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Incorporação da Tradimus S.A.: foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de março de 2025, a incorporação de ações da Tradimus S.A. sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.325.433/0001-70, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, 1.375, 10º andar, parte, bairro Pinheiros, CEP 05.423-180, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.562.836, nos termos e condições previstos no “Protocolo e Justificação de Incorporação da Tradimus S.A.” com versão do patrimônio para a Companhia;

Aquisição da Overmind: foi aprovada, em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de setembro de 2025, a aquisição, pela Companhia, de participação societária representativa de 100% do capital social da Overmind Consultoria e Serviços em Informática Sociedade Empresarial Ltda, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.938.145/0001-80 (“**Aquisição Overmind**”);

Aquisição da Andrei: foi aprovada, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de outubro de 2025, a aquisição, pela Companhia, de participação societária representativa de 100% do capital social da Andrei Publicações Médicas, Farmacêuticas e Técnicas Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.958.491/0001-35 (“**Aquisição Andrei**”); e

Aquisição da Tucano Ltda.: foi aprovada, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2025, e ratificada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2026, a aquisição de 100% do capital social da Tucano Brasil Sistemas da Informação Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.610.157/0001-96 (“**Aquisição Tucano**”).

Informações mais detalhadas sobre tais operações podem ser encontradas nos respectivos documentos, disponíveis na página da CVM e no site de relações com investidores da Companhia, através do seguinte endereço: <https://bionexo.com/ri>.

Não houve operações de fusão, cisão ou redução de capital envolvendo a Companhia no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Acordo de acionistas: indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

A Companhia possui acordo de acionistas vigente entre Maurício de Lazzari Barbosa e Prisma Bazar Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, no âmbito da Bionexo Internacional, celebrado em 31 de agosto de 2018 e, posteriormente, aditado em 1º de outubro de 2018, 19 de dezembro de 2018, 10 de fevereiro de 2019 e 2 de abril de 2026 (**"Acordo de Acionistas entre Maurício e Prisma"**). Em 2 de abril de 2026, o referido acordo foi aditado para refletir, dentre outros temas, a adesão de Bazar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada e de Maurício de Lazzari Barbosa como partes signatárias, bem como alterações relacionadas à governança e às regras de indicação para o conselho de administração da Companhia. A íntegra do Acordo de Acionistas entre Maurício e Prisma pode ser encontrada no site da CVM e na página de relações com investidores da Companhia em bionexo.com/ri/.

A Companhia possui acordo de acionistas vigente entre Orjen Investments Pte. Ltd., Apus Participações S.A., Maurício de Lazzari Barbosa, Prisma Bazar Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, Bazar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada e BN XO BCTO Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior – Responsabilidade Limitada, no âmbito da Bionexo S.A., celebrado em 23 de novembro de 2021 e posteriormente aditado em 2 de abril de 2026 (**"Acordo de Acionistas entre Orjen, Apus, Maurício, Prisma, Bazar II e Bain"**). O referido aditamento refletiu, dentre outros temas, o aumento de capital da Companhia e a entrada da Bain como acionista controladora, bem como alterações nas regras de governança, direitos de veto e composição do conselho de administração. A íntegra do Acordo de Acionistas entre Orjen, Apus, Maurício, Prisma, Bazar II e Bain pode ser encontrada no site da CVM e na página de relações com investidores da Companhia em bionexo.com/ri/.

Adicionalmente, a Companhia possui acordo de voto vigente entre Orjen Investments Pte. Ltd., Apus Participações S.A., Maurício de Lazzari Barbosa, Prisma Bazar Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Bazar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada, celebrado em 23 de novembro de 2021 e posteriormente aditado em 2 de abril de 2026 (**"Acordo de Voto"**). O referido aditamento refletiu, dentre outros temas, a atuação conjunta dos acionistas minoritários como bloco para exercício de direitos de voto e de indicação no âmbito da governança da Companhia. A íntegra do Acordo de Voto pode ser encontrada no site da CVM e na página de relações com investidores da Companhia em bionexo.com/ri/.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Condução dos negócios: indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Contratos não usuais: identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em complementação aos itens 1.7 e 1.8 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, 8,1% da receita operacional líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior, a qual não é considerada individualmente relevante, conforme divulgado na tabela abaixo.

Região/País	Receita operacional líquida em 31/12/2025 (em milhares de Reais)	Porcentagem na Receita operacional líquida
Brasil	190.361	91,9%
Exterior	16.639	8,1%
Colômbia	8.832	4,7%
México	1.187	0,7%
Argentina	5.990	2,7%
Total	207.000	100,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com: (i) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão disponíveis no site da Companhia (<http://www.bionexo.com/ri> e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras de mesma rubrica entre um período e outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais Visão Geral

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Nossas atividades estão sendo suportadas pelos recursos captados ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como pela geração de caixa com as atividades e crescimento orgânico da Companhia. Tal entendimento está embasado nos indicadores apresentados a seguir:

Caixa Líquido

O Caixa Líquido da Companhia é calculado a partir do Caixa e Equivalentes de Caixa subtraído da Dívida Bruta (a soma de empréstimos circulante e não circulante). A tabela a seguir apresenta o Caixa Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Caixa Líquido (em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	102.062	143.893
(-) Empréstimos	(7.019)	(2.901)
Caixa Líquido	95.043	140.992

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos circulante e não-circulante da Companhia eram de R\$ 2,9 milhões. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 143,9 milhões e o Caixa Líquido totalizava R\$ 141,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos circulante e não-circulante da Companhia eram de R\$ 7,0 milhões. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 102,1 milhões e o Caixa Líquido totalizava R\$ 95,0 milhões.

A variação da posição financeira líquida bancária da Companhia entre os exercícios analisados, de redução de R\$ 46,0 milhões, decorre especialmente do fluxo de caixa das atividades de investimento negativo em R\$ 64,6 milhões.

Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, tiveram as seguintes variações, conforme tabela abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índices de Liquidez (em %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Índice de Liquidez Geral		
(Ativo Total/Passivo Total)	3,38	5,28
Endividamento Total		
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	0,42	0,23

O Índice de Liquidez Geral (Ativo Total/Passivo Total) ficou em 3,38x e 5,28x em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O Índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

O Índice de endividamento total foi de 0,42x vezes em 31 de dezembro de 2025 (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) contra 0,23x em 31 de dezembro de 2024, demonstrando as obrigações de curto e longo prazo em relação ao patrimônio líquido.

(b) Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 251,7 milhões, comparada a R\$ 260,5 milhões em 31 de dezembro de 2024. O patrimônio líquido sofreu um decréscimo de 3,4% em 31 de dezembro de 2025 comparado com 31 de dezembro de 2024 explicado pelo prejuízo do exercício de 8,0 milhões.

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresenta uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	105.853	60.868
Capital próprio (patrimônio líquido)	251.722	260.521
Capital total (terceiros + próprio)	357.575	321.389
Parcela de capital de terceiros	29,6%	18,9%
Parcela de capital próprio	70,4%	81,1%

O padrão de financiamento da Companhia é basicamente composto por empréstimos destinados às necessidades de capital de giro.

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Além disso, a administração da Companhia acredita que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permita o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era superior ao seu endividamento em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o que demonstra a capacidade da Companhia para honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Índice de liquidez corrente calculado pelo somatório do Ativo Circulante dividido pelo somatório do Passivo Circulante resultou em 2,3x em 31 de dezembro de 2025 e 4,37x em 31 de dezembro de 2024. Esse indicador avalia a capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações de curto prazo, representando a saúde do caixa.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; (iii) aportes de capital pelos sócios; e (iv) celebração de contrato de hedge. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação; (ii) necessidades de capital de giro; (iii) exigências de pagamento de seu endividamento; (iv) aquisições de empresas; e (v) investimentos para expansão do negócio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 24,8 milhões ante R\$ 29,0 milhões no mesmo período de 2024, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis pelo consumo de R\$ 1,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e de um consumo de R\$ 26 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em função dos pagamentos de empréstimos, arrendamentos e aquisições, sendo que em 2025 o valor de pagaemntos de aquisições foi inferior e houve captação de novo empréstimo.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos empréstimos circulante e não-circulante da Companhia era de R\$ 7,0 milhões (R\$ 2,9 milhões em 31 de dezembro de 2024). O Caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 102,1 milhões em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 143,9 milhões em 31 de dezembro de 2024). Desta forma, a Companhia manteve saldo de Caixa Líquido nos montantes de R\$ 95,0 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 140,0 milhões em 31 de dezembro de 2024.

(em milhares de Reais, exceto %)	Características	Taxa de Juros (% ao ano)	Em 31 de dezembro de 2025
BND	Capital de giro	2,20%	7.019

Além do endividamento bancário mencionado acima, a Companhia possui obrigações de pagamento em razão de suas aquisições.

Em razão da aquisição da empresa Overmind, a Companhia possui saldo a pagar no valor de R\$ 5,1 milhões, corrigido pela variação positiva do CDI até 31 de dezembro de 2025, a ser pago em 15 de setembro de 2026. Adicionalmente, em razão da aquisição da empresa Brasíndice, a Companhia possui saldo a pagar no valor de R\$ 4,3 milhões, corrigido pela variação positiva do CDI até 31 de dezembro de 2025, a ser pago em 30 de setembro de 2026.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos da Companhia no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2025:

(em milhares de Reais)	Valor contábil	Valor total	2026	2027
Vencimento	7,0	7,0	0	0

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Todos os contratos de empréstimos da Companhia nos exercícios de 31 de dezembro de 2025 estão especificados na tabela descrita no item “f”, acima.

BNDES

CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 25.9.0043.1

Em 9 de junho de 2025. A companhia formalizou com o BNDES o contrato de financiamento nº 25.9.0043.1, cujo o valor nominal é de R\$23,2 milhões, com o prazo de uso do crédito em até 36 meses após a concessão. A taxa de juros acordada entre as partes foi de 2,20% ao ano acima da Taxa Referencial 226.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica à Companhia.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2025 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos de financiamento contêm cláusulas que permitem ao credor declarar o vencimento antecipado do financiamento em determinadas hipóteses, as quais incluem *cross default*, *cross acceleration* e outras como: (i) processo de reorganização societária; (ii) a transferência de controle societário; (iii) a modificação do objeto social; (iv) requerimento ou decretação de falência, assim como qualquer processo de recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia; (v) alienação de ativos relevantes, entre outras.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utilizou a totalidade dos recursos decorrentes dos financiamentos descritos nesse item.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2025	AV	Exercício social encerrado em 31/12/2024	AV	AH
Receita operacional líquida	207.000	100,0%	176.858	100,0%	17,0%
Custos dos serviços prestados	-57.594	-27,8%	(51.427)	-29,1%	12,0%
Lucro Bruto	149.406	72,2%	125.431	70,9%	19,1%
Despesas com Vendas	(40.698)	-19,7%	(39.166)	-22,1%	3,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(66.033)	-31,9%	(55.088)	-31,1%	19,9%
Despesas Gerais e Administrativas, excluindo Amortização e Depreciação	(44.261)	-21,4%	(34.484)	-19,5%	28,4%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2025	AV	Exercício social encerrado em 31/12/2024	AV	AH
Amortização e Depreciação	(21.772)	-10,5%	(20.603)	-11,6%	5,7%
Despesas com pesquisas e desenvolvimento	(43.617)	-21,1%	(40.880)	-23,1%	6,7%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.644)	-1,3%	(4.337)	-2,5%	-39,0%
Outras (receitas) despesas	18	0,0%	3.264	1,8%	-99,4%
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(3.568)	-1,7%	(10.775)	-6,1%	-66,9%
(Despesas) receitas financeiras líquidas	3.949	1,9%	9.289	5,3%	-57,5%
Receitas financeiras	19.945	9,6%	19.853	11,2%	0,5%
Despesas financeiras	(15.996)	-7,7%	(10.564)	-6,0%	51,4%
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência	-	-	-	-	-
Resultado antes dos impostos	381	0,2%	(1.486)	-0,8%	-125,7%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(3.097)	-1,5%	(870)	-0,5%	256,0%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(5.324)	-2,6%	(5.273)	-3,0%	1,0%
Prejuízo Líquido do Exercício	(8.040)	-3,9%	(7.629)	-4,3%	5,4%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 207,0 milhões comparativamente a R\$ 176,9 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 30,1 milhões ou 17%. Este aumento é puxado pelo aumento no ticket médio anual obtido com: (i) monetização da base de clientes, através da oferta de soluções complementares; (ii) reajuste inflacionário; e (iii) mudanças na precificação; além da contribuição das novas empresas adquiridas no período.

A receita operacional líquida para os exercícios de 2025 e 2024 foi composta da seguinte forma:

(em milhares de Reais, exceto %)	Países	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2025	2024	Var.%
Bionexo S.A.	Brasil	182.320	158.174	15%
Tradimus S.A.	Brasil	589	799	-26%
Bionexo Colômbia S.A.S.	Colômbia	8.832	8.794	0%
Bionexo de México S.A. de C.V.	México	1.817	1.889	-4%
Bionexo.Com S.A.	Argentina	5.992	6.802	-12%
Overmind Ltda	Brasil	5.572	-	-
Brasíndice Ltda	Brasil	1.880	-	-
Receita Operacional Líquida		207.000	176.858	17%

Desta forma, a receita operacional líquida obteve o crescimento de 17% advinda dos seguintes mercados: (i) o mercado brasileiro cresceu 31,4 milhões (19,7%), representando 92,0% da receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 57,6 milhões comparativamente a R\$ 51,4 milhões no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de R\$ 6,2 milhões ou 12%. O custo dos serviços prestados representou 27,8% e 29,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A relação entre os custos e receita líquida reduziu, com aumento na eficiência operacional na estrutura dos times e no consumo de hosting, cujos investimentos cresceram abaixo da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

receita. Esta redução é resultante de ações estruturantes que vêm sendo executadas desde anos anteriores como esforços de melhoria na estabilidade, da migração de ambiente para maior eficiência nos anos seguintes e da incorporação de recém-adquiridas no serviço de mesmo nível de qualidade.

Lucro bruto

Devido aos fatores acima, o lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 149,5 milhões comparativamente a R\$ 125,4 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 24,0 ou 19,1%. Este aumento é atribuído principalmente pelo aumento das receitas em 17% e redução na representatividade dos custos dos serviços prestados em relação à receita. O lucro bruto representou 72,2% e 70,9% da receita operacional líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

Despesas operacionais

Despesas com Vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 40,7 milhões comparativamente a R\$ 39,2 milhões no mesmo período de 2024, o que representou aumento de R\$ 1,5 milhões ou 3,9%. Despesas com vendas representaram 19,7% e 22,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Esta redução está relacionada à revisão da estrutura comercial e de prestações de serviços, que pôde aumentar a receita da companhia em maior escala.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas são compostas por: (i) Despesas Gerais e Administrativas, excluindo Amortização e Depreciação; e (ii) Amortização e Depreciação. Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 66,0 milhões comparativamente a R\$ 55,1 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 11,0 milhões ou 19,9%. Despesas gerais e administrativas representaram 31,9% e 31,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

As Despesas Gerais e Administrativas excluindo Amortização e Depreciação no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 44,3 milhões comparativamente a R\$ 34,5 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 9,8 milhões ou 28,4%. Despesas gerais e administrativas excluindo Amortização e Depreciação representou 21,4% e 19,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O aumento na representatividade destas despesas em relação à receita reflete principalmente os valores de despesas não recorrentes, que não fazem parte da operação habitual da empresa. No exercício de 2025 os valores não recorrentes classificadas dentro de Despesas Gerais e Administrativas foram de R\$ 9,2 milhões, frente a R\$0,6 milhão no exercício de 2024. O que representou uma variação de R\$8,6 milhões. Estes valores não recorrentes incluem processos de due diligence sobre as aquisições realizadas e a realizar, provisões e pagamentos de programa de incentivo a longo prazo baseado em ações (phantom share) e processos litigiosos. Excluindo estas despesas não recorrentes, o valor gasto em 2025 foi de R\$35,1 milhões comparativamente a R\$33,9 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$1,2 milhões ou 3,5%. Despesas Gerais e Administrativas excluindo Amortização, Depreciação e despesas não recorrentes representou 16,9% e 19,2% em relação à receita líquida de cada exercício. Uma diminuição na representatividade destas despesas em relação a receita reflete principalmente a eficiência operacional ao se analisar as despesas recorrentes da operação.

Amortização e Depreciação somaram, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, R\$21,8 milhões comparativamente a R\$20,6 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 1,2 milhão ou 5,7%. Representando 10,5% e 11,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A variação se deve principalmente à amortização dos gastos com desenvolvimento de software capitalizados, que somaram R\$ 17,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparativamente a R\$ 16,3 milhões no exercício de 2024, resultando em um aumento de R\$1,0 milhão e 6,2%.

Despesas com pesquisas e desenvolvimento

Despesas com pesquisas e desenvolvimento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 43,6 milhões comparativamente a R\$ 40,9 milhões no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de R\$ 2,7 milhões ou 6,7%. Despesas com pesquisas e desenvolvimento representaram 21,1% e 23,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à reestruturação das áreas de desenvolvimento e otimizações na arquitetura e infraestrutura das soluções, resultando em maior ganho de eficiência em pesquisa e desenvolvimento. Os gastos com desenvolvimento compreendem: folha de pagamento, encargos e benefícios dos empregados dedicados integralmente ao desenvolvimento de software, além de serviços de terceiros relativos à consultoria para desenvolvimento de softwares.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2,6 milhões comparativamente a R\$4,3 milhão no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de -R\$ 1,7 milhão ou -39,0%. Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber representou 1,3% e 2,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A redução na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber decorre, principalmente, do aprimoramento dos processos de cobrança da Companhia, aliado à melhoria na qualidade da carteira de clientes, resultando em maior eficiência na recuperação de recebíveis e consequente redução da exposição à inadimplência no período.

Outras (receitas) despesas

Outras (receitas) despesas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi no valor credor de R\$ 18 mil comparativamente a um valor credor de R\$3,3 milhão no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de -R\$3,3 milhões ou -99,4%. Outras (receitas) despesas representaram 0,0% e +1.8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O montante registrado em 2025 decorre do fato de que o exercício de 2024 foi impactado por receitas não recorrentes que elevaram o saldo do período de forma atípica.

Resultado antes das despesas financeiras e impostos

Em razão do acima exposto, o resultado antes das despesas financeiras e impostos totalizou um prejuízo de R\$ 3,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a um prejuízo de R\$10,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de prejuízo de R\$ 7,2 milhões segue principalmente o aumento de R\$30,1 milhões na Receita Líquida, que compensou o aumento de custos e despesas apresentados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Despesas e receitas financeiras líquidas

Despesas e receitas financeiras líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 4,0 milhões comparativamente a R\$ 9,3 milhões de receitas financeiras no exercício de 2024, o que representou uma variação negativa de R\$ 5,3 milhões nas despesas e receitas financeiras líquidas no período, em razão dos motivos expostos nas seções “receitas financeiras” e “despesas financeiras” abaixo.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 19,9 milhões comparativamente a R\$ 19,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um leve aumento de R\$93 mil ou 0,5%. Receitas financeiras representaram 9,6% e 11,2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Esta queda é atribuída a maior performance de receita líquida, visto que os valores de receitas financeiras permaneceram em constância quando comparados os exercícios sociais de 2024 e 2025.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 16,0 milhões comparativamente a R\$ 10,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R\$5,4 milhões ou 51,4%. Despesas financeiras representaram 7,7% e 6,0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao processo de *hedge* MTM (*Mark to Market*) referente a aquisição da *Tucano (Tasy)*.

Resultado antes dos impostos

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 0,4 milhões positivos comparado ao prejuízo de R\$ 1,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma variação de R\$ 1,9 milhões ou 125,7% alterando de prejuízo para lucro.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 8,4 milhões comparativamente a R\$ 6,1 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 2,3 milhões ou 37,1%. Imposto de renda e contribuição social representou 4,1% e 3,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Este aumento é principalmente atribuído a aumentos nos resultados financeiros, na Argentina, Colômbia e México além das inclusões de Overmind e Brasíndice no grupo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Prejuízo líquido do exercício

Prejuízo líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 8,0 milhões comparativamente a R\$ 7,6 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 0,4 milhões ou 5,4%. Prejuízo líquido do exercício representou 3,9% e 4,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Esta redução de prejuízo é atribuída substancialmente à melhora na receita líquida que supriu os aumentos de custos, despesas (operacionais e financeiras) e impostos.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Demonstrações de fluxo de Caixa (em R\$ mil, exceto %)	31 de dezembro de		
	2025	2024	Var.%
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	24.809	29.024	-14,5%
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(64.669)	(8.133)	695,1%
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(1.212)	(26.036)	-95,3%
Efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa	(759)	4.022	-118,9%
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(41.831)	(1.123)	3624,9%

Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R\$24,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a um consumo de R\$29,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa diminuição de R\$4,2 milhão no fluxo operacional, ou 14,5%, A redução no fluxo de caixa operacional no período foi influenciado pelo pagamento de bônus realizado no exercício de 2025, superior ao 2024 atrelado a maiores atingimentos de metas, além de todos os fatores explicados acima.

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 64,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$8.1 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento de R\$56,6 milhões, ou 695,1%, é justificado pelos seguintes pontos: (i) investimento de R\$56,4 milhões em operações de aquisições de subsidiária; e (ii) aumento de R\$0,2 milhões na aquisição de ativos intangíveis, associado a projetos de melhoria de sistemas internos.

Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$1,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a consumo de R\$26 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de R\$24,8 milhões no consumo de caixa, ou 95,3%, é um reflexo das seguintes movimentações: (i) recuo nos desembolsos relacionados à aquisição de participação societária, que passaram de R\$ 12,8 milhões para R\$ 2,7 milhões, totalizando uma variação positiva de R\$ 10,1 milhões; (ii) redução nos pagamentos de empréstimos e financiamentos, que passaram de R\$ 10,7 milhões para R\$ 2,9 milhões, representando uma variação positiva de R\$ 7,8 milhões; (iii) captação de novos empréstimos no montante de R\$ 6,9 milhões.

Efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa

O efeito dos movimentos nas taxas de câmbio sobre o caixa totalizou um consumo de R\$0,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao acréscimo de R\$4,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de R\$4,8 milhões, ou 118,9%, é substancialmente justificada pela variação que reflete o comportamento das moedas nos países onde a Companhia possui operações — Argentina, Colômbia e México —, cujas oscilações cambiais frente ao Real foram menos favoráveis no exercício de 2025 em comparação ao período anterior, resultando em um menor impacto positivo na conversão dos saldos de caixa mantidos nessas moedas.

(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa

Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$41,8 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a uma redução de R\$1,1 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de R\$ 40,7 milhões, ou 3624,9%, é justificada pelas aquisições de subsidiárias que em 2025 somaram o valor de R\$56,4 milhões frente a R\$5,0 milhões em 2024.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultados: os Diretores devem comentar

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

Os diretores reportaram que a receita da Companhia e suas subsidiárias são voltadas basicamente para um único segmento, o de prestação de serviços, conforme especificado no item 1.3 deste Formulário de Referência. Desta forma, o reconhecimento de receita com prestação de serviços considera os contratos estabelecidos com os clientes.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foi de receitas da Companhia provenientes da prestação de soluções digitais baseadas em nuvem para instituições de saúde, fabricantes e distribuidores de insumos médico-hospitalares, incluindo, principalmente, receitas recorrentes na forma de mensalidades pagas pelo acesso às soluções providas pela Bionexo, além de receitas não recorrentes referentes a prestações de serviços de implementação das soluções ofertadas pela Companhia ou consultorias pontuais.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram o crescimento dos contratos com clientes e a aquisição de novas subsidiárias. A receita é mensurada com base na contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A Companhia celebra contrato de prestação de serviços com a totalidade de sua base de clientes. Este contrato determina os termos e condições relativos à prestação dos serviços e passa a vigorar no momento de sua assinatura e consequente disponibilização da plataforma ao cliente (obrigação de desempenho).

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores (i) variação dos custos de serviços de terceiros em razão de variação cambial; (ii) inflação; (iii) rotatividade de colaboradores, gerando custos com rescisões e contratações; (iv) variações de taxas de juros e níveis de endividamento; e (v) desenvolvimento de novas tecnologias e produtos.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os contratos da Companhia com clientes/prestadores de serviço são reajustados anualmente pela inflação por meio do índice IPCA. Portanto, variações no IPCA afetaram a receita da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, sendo o índice IPCA de 4,26% e 4,83%, respectivamente.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A variação cambial pode impactar os custos dos serviços prestados considerando que parte dos serviços de terceiros são contratados em dólar, principalmente serviços de infraestrutura tecnológica.

Conforme descrito no item 2(f) acima, parte de nossos empréstimos possui juros pré-fixados, porém outra parte possui juros pós-fixados, atrelados à variação da taxa CDI.

A tabela a seguir demonstra as principais variações em indicadores que podem impactar nos resultados operacionais da Companhia:

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Inflação - IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado-FGV	-1,05%	6,54%
Inflação - IPCA	4,26%	4,83%
CDI - Anbima	14,32%	10,89%
TJLP - Banco Central	9,07%	7,43%
Taxa de câmbio - R\$ por US\$ 1,00 - Banco central	5,50	6,18

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Práticas contábeis: os Diretores devem comentar

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, considerando que não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações nos campos 2.1 e 2.2 acima.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia no último exercício social foram emitidos sem opiniões modificadas, ênfases ou ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, considerando que não houve e não foi divulgada a introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Incorporação da Tradimus S.A. ("Tradimus")

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de março de 2025, a administração da Companhia aprovou a incorporação da Tradimus, sociedade adquirida integralmente pela Companhia em 01 de outubro de 2024.

Incorporação da Overmind.

Em 15 de setembro de 2025, a administração da Companhia aprovou a incorporação de 100% da participação societária representativa do capital social da Overmind Consultoria e Serviços em Informática Ltda. ("**Overmind**")

A Overmind é uma empresa de tecnologia voltada ao setor de saúde (*healthtech*), especializada no desenvolvimento de soluções de automação aplicadas à gestão do ciclo da receita. Suas plataformas atuam na verificação de elegibilidade de pacientes e na autorização de procedimentos junto às operadoras de saúde, contribuindo para a eficiência operacional e a previsibilidade financeira de hospitais e demais instituições de saúde. Com isso a Bionexo busca dar escala à sua vertical de soluções para o Ciclo de Receita das instituições provedoras de saúde – atuando na redução de glosas, do tempo de recebimento e consequentemente no aumento da receita hospitalar.

A aquisição foi efetivada pelo montante total de R\$ 61,3 milhões, o pagamento será realizado em três etapas: (i) R\$ 54,5 milhões no ato da operação; (ii) R\$ 1,8 milhões referente ao ajuste de preço em 29 de dezembro de 2025; e (iii) R\$ 5,0 milhões a serem pagos em 15 de setembro de 2026, os valores sofrem atualização através do CDI. Em 27 de fevereiro de 2026, a administração da companhia aprovou a incorporação da Overmind.

Aquisição da Andrei Ltda.

Em 1º de outubro de 2025, a administração da Companhia aprovou a aquisição de 100% da participação societária representativa do capital social da Andrei Publicações Médicas, Farmacêuticas e Técnicas Ltda. ("**Andrei**").

A Andrei é uma empresa do segmento editorial técnico-científico, especializada na produção e distribuição de publicações médicas e farmacêuticas, incluindo guias de referência como o Brasíndice, utilizados por profissionais da área da saúde e instituições públicas e privadas. Com isso a Bionexo passa a contar com maior acesso a dados estratégicos sobre preços de medicamentos e insumos hospitalares, fortalecendo sua oferta de soluções tecnológicas e de inteligência de mercado disponível a seus clientes, se consolidando como a principal plataforma de dados para saúde no Brasil.

A aquisição foi efetivada pelo montante total de R\$ 11,1 milhões, o pagamento será realizado em duas etapas: (i) R\$4,3 milhões no ato da operação; (ii) R\$ 6,9 milhões a serem pagos em 30/09/2026, os valores sofrem atualização através do CDI.

Aquisição da Tucano

Em 30 de dezembro de 2025, a administração da Companhia aprovou a aquisição de 100% da participação societária representativa do capital social da Tucano Brasil Sistemas de Informação Ltda. ("**Tucano**").

A Tucano é especializada no desenvolvimento e comercialização de software e detentora do software de sistema de prontuário eletrônico do paciente (Electronic Medical Record) denominado Tasy. Com isso, a Bionexo se consolida no setor de tecnologia de saúde na América Latina, incorporando o sistema que atende cerca de 2 mil clientes, incluindo grandes hospitais como Sírío-Libanês e Rede D'Or¹.

Em 30 de abril de 2026, foi concluída transação entre Bionexo S.A. e Philips do Brasil Ltda para aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Tucano do Brasil Sistemas de Informação Ltda., pelo preço de €161.000 correspondendo a R\$989.000.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável, considerando que não houve eventos ou operações não usuais.

¹ <https://pipelinevalor.globo.com/negocios/noticia/bionexo-compra-tasy-da-philips-por-r-1-bi.shtml>

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos dois últimos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de Reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receita Recorrente Líquida (“Receita Recorrente”)	207.000	176.858
% de crescimento	17,0%	10,0%
EBITDA	18.203	9.828
Margem EBITDA %	8,8%	5,6%
EBITDA Ajustado	28.655	12.182
Margem EBITDA Ajustado	13,8%	6,9%

Receita Recorrente

A receita líquida recorrente consiste em uma métrica financeira utilizada para medir o desempenho de contratos que possuem uma relação de prestação de serviços contínua, pagos com uma frequência pré-determinada, em geral mensalmente, podendo ser encerrados pelos clientes a qualquer tempo, mediante notificação com 90 dias de antecedência.

A Receita Recorrente da Companhia é proveniente da subscrição pelos clientes de suas soluções.

A Companhia celebra contrato de prestação de serviços com a totalidade de sua base de clientes. Dado que os contratos com clientes podem ser encerrados unilateralmente pelos clientes, investidores não devem tomar nossa Receita Recorrente como uma indicação ou garantia de resultados futuros.

A Receita Recorrente da Companhia compõe a receita operacional líquida conforme demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA consiste no resultado líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº Resolução CVM 156.

O EBITDA e a Margem EBITDA são utilizados como medidas de desempenho pela administração da Companhia por serem medidas práticas para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos e com outras companhias, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados, portanto, não são medidas alternativas aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas

2.5 Medições não contábeis

anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas normas internacionais de Relatório Financeiro - *International Finance Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o resultado líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto para o fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do resultado líquido com o EBITDA Ajustado, vide item 2.5.b desse Formulário de Referência.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida, conforme especificado no item 2.5.b.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado por certas despesas consideradas pela Companhia como despesas operacionais auxiliares em 2025 e em 2024, incluindo: (i) Programa de incentivo a longo prazo baseado em ações; (ii) Processos litigiosos; (iii) Processos de due diligence de M&A.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas Receita Recorrente

(Em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2 024
Receita Operacional Líquida	207.000	176.858
(-) Receita Não Recorrente(1)	1.975	695
RECEITA RECORRENTE	205.553	176.163
% de crescimento(2)	16,7%	9,6%

(1) A receita não recorrente refere-se a prestações de serviços de implementação das soluções ofertadas pelo Grupo e consultorias pontuais.

(2) O cálculo é baseado na diferença entre as receitas faturadas nos períodos analisados. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A receita é apresentada líquida, sem contemplar impostos.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

(Em milhares de Reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(8.040)	(7.629)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	8.421	6.143
(+) Resultado Financeiro	(3.950)	(9.289)
(+) Depreciação e Amortização	21.772	20.603
EBITDA	18.204	9.828
Receita Operacional Líquida	207.000	176.858
Margem EBITDA %	8,8%	5,6%
Outras despesas não recorrentes(i)	10.451	2.353
EBITDA Ajustado	28.655	12.182
Margem EBITDA Ajustado %	13,8%	6,9%

2.5 Medições não contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Receita Recorrente

A Companhia entende que a medição da Receita Recorrente seja útil para medir o desempenho dos contratos com clientes cuja relação de prestação de serviço é contínua, além de acompanhar indicadores como taxa de renovação dos clientes.

Além disso, considerando a previsibilidade da receita líquida mensal por assinatura, a Companhia consegue prever igualmente investimentos em inovação e novas tecnologias ampliando o portfólio de soluções para atender as necessidades dos clientes.

EBITDA e Margem EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas alternativas que contribuem para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, porque mostram o lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social. Tais indicadores são utilizados pela Companhia para avaliar seu resultado sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis que não têm efeito no seu fluxo de caixa, sendo usados internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia.

A Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são uma ferramenta de comparação importante, que ajuda a Administração a tomar decisões. Além disso, a Administração usa o EBITDA para estabelecer as metas de desempenho, enquanto muitos investidores, agências de classificação e analistas financeiros consideram o EBITDA um indicador de desempenho.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é uma medida prática para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, sem a interferência de certos eventos de exercícios anteriores e itens não recorrentes, porque demonstra o desempenho da operação pelas atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia.

O EBITDA Ajustado considera a dedução de itens não recorrentes e/ou sem impacto caixa, que totalizaram R\$10,5 milhões em 2025, compostos por: (i) provisão não caixa do programa de incentivo de longo prazo baseado em Phantom Shares no valor de R\$7 milhões; (ii) despesas não recorrentes com litígios de R\$2,1 milhões e (iii) despesas não recorrentes de due diligences relacionadas a atividades de M&A R\$1,4 milhão.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 31 de março de 2026, apresentaram o seguinte evento subsequente:

Em 27 de fevereiro de 2026, foi concluída a incorporação da Overmind Consultoria e Serviços em Informática Sociedade Empresarial Ltda. ("Incorporada"), conforme ato devidamente escriturado. Os efeitos contábeis da incorporação serão reconhecidos conforme os requisitos aplicáveis do CPC 15 Combinação de Negócios, incluindo a mensuração dos ativos identificáveis e passivos assumidos a valor justo na data da aquisição e CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

Conforme divulgado por meio de Fato Relevante em 30 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou o "*Quota Purchase Agreement*", cujo objeto é a aquisição pela Bionexo de quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Tucano, empresa especializada no desenvolvimento e comercialização de software que, no fechamento da potencial operação, será detentora do software de sistema de prontuário eletrônico do paciente (*Electronic Medical Record*) denominado Tasy, pelo preço de €161.000.000,00 correspondendo a R\$1.041.799.000,00 na data da celebração do acordo. A companhia informa ainda que o contrato de derivativos mencionado nesta Demonstração Financeira referem-se, exclusivamente, a esta transação. A Operação permanece sujeita à conclusão da *due diligence* e ao cumprimento de condições precedentes além da aprovação pelo CADE que ocorreu em 13 de março de 2026. Até a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras, tais condições estavam em processo de implementação, inexistindo outros impactos contábeis a serem reconhecidos.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

	2025	2024
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos e Expansão”, cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o seu saldo somado à reserva legal não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.	
(a.i) Valores das retenções de lucros	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	N/A	N/A
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

iii. Contratos de construção não terminada

Não se aplica à Companhia.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica à Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.10 Planos de negócios

2.10. Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

(a) Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos para 2026.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos para 2026.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

ii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Embora já desenvolva iniciativas ligadas às temáticas ASG, a Companhia entende que o conceito de “oportunidades ASG” implica a necessidade de inovações dentro do seu próprio negócio. Assim, atualmente, a Companhia ainda não inclui oportunidades ASG estruturadas para divulgação.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou a reputação da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado, pelos impactos da COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da materialização de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação. Riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item “4.1. Fatores de Risco” e no item “4.3. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”.

(a) Emissor

As perspectivas de negócios da Companhia e seu crescimento dependem da capacidade da Companhia de antecipar e adaptar-se à evolução de novas tecnologias, tendências do mercado, demandas dos clientes e padrões da indústria.

A fim de manter os negócios existentes e atingir as suas metas de crescimento, a Companhia precisa, continuamente, desenvolver novos serviços para atender às necessidades de seus clientes, o que exige tempo e recursos significativos. O negócio da Companhia é altamente dependente da sua capacidade contínua de desenvolver soluções e tecnologias adequadas.

O negócio da Companhia depende da capacidade de (i) adaptação a rápidas mudanças nas tecnologias; (ii) adaptação a mudanças nas necessidades e exigências de seus clientes e nas tendências do mercado em que atua; (iii) introdução frequente de novos serviços, bem como de sua reação quanto a incertezas sobre o ciclo de vida dos seus serviços existentes; e (iv) adaptação à evolução das normas aplicáveis e desenvolvimentos tecnológicos imprevisíveis.

Novos serviços baseados em tecnologias novas ou melhoradas ou novos padrões da indústria podem tornar os serviços existentes da Companhia obsoletos. Citamos, como exemplo, a nossa solução digital BioNFe, para controle e gestão de notas fiscais, que poderá se tornar obsoleta caso as autoridades fiscais desenvolvam e disponibilizem aos contribuintes soluções digitais gratuitas que funcionem como ferramentas integradas de controle de notas fiscais, de tal forma que nossos clientes venham a dispensar a contratação da BioNFe.

O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de *softwares* e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e frequentes introduções de novos serviços e aperfeiçoamentos nos serviços já existentes. Caso a Companhia não consiga prever e desenvolver novas tecnologias, aperfeiçoar e incrementar seus serviços em tempo hábil, posicionar ou precificar seus serviços de modo a atender a demanda do mercado, ou ter a capacidade de integrar os novos serviços adquiridos aos seus atuais serviços, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir seus serviços ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Quaisquer atrasos no desenvolvimento e lançamento de serviços novos ou melhorados ou atrasos para manter o ritmo das contínuas evoluções tecnológicas podem afetar adversamente a capacidade da Companhia de preservar a base de clientes existente e de atrair novos clientes, o que pode afetar material e adversamente os negócios, resultados financeiros e funcionamento da Companhia.

Ademais, os padrões de protocolos de rede e internet, bem como os demais padrões adotados pelo setor de atuação da Companhia, estão em constante evolução, não podendo a Companhia garantir que os padrões utilizados no desenvolvimento de suas soluções permanecerão aptos a assegurar eficiência na exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua. Qualquer destes eventos pode afetar negativa e substancialmente a receita e a geração de caixa da Companhia.

A Companhia e seus fornecedores estão sujeitos a falhas e interrupções em seus serviços, sistemas e software, incidentes de segurança cibernética, e outros eventos similares, o que poderá impactar adversamente a Companhia.

O setor de atividade da Companhia exige uma estrutura tecnológica altamente complexa e depende da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas, incluindo os sistemas de *software*, nuvem pública, internet, telecomunicações e sistemas de terceiros. Adicionalmente, no curso normal de seus negócios, as atividades da Companhia estão vinculadas à gestão e análise de uma vasta gama de dados confidenciais de seus clientes (incluindo dados cadastrais, financeiros e comerciais de seus clientes nos países onde opera). A Companhia está sujeita a falhas e interrupções totais ou parciais em seus serviços, sistemas e *softwares*, bem como aqueles de fornecedores terceiros, inclusive em decorrência de eventos que estão fora de seu controle, tais como: (a) falhas elétricas ou de telecomunicações; (b) colapsos nos sistemas abastecedores; (c) falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos que afetem terceiros com os quais são realizados negócios; bem como (d) eventos atípicos relacionados a problemas sociais, políticos e desastres naturais, tais como greves, enchentes, abalos sísmicos, crises de abastecimento, bloqueio de vias de acesso, instabilidades geopolíticas, entre outros. A ocorrência de qualquer um dos referidos eventos poderá resultar em possíveis ações indenizatórias impostas por seus clientes, custos adicionais, paralisação das operações, imposição de multas contratuais e perdas de receita e clientes, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

A segurança de suas redes e sistemas de tecnologia, a não interrupção de tais redes e sistemas, a transmissão segura de informações confidenciais, o armazenamento seguro de tais dados, bem como o tratamento e a manutenção desses dados constituem elementos essenciais para as operações e estratégias de negócios da Companhia.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware*, *phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança de dados da Companhia poderão impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a litígios significativos (que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenização), multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes e/ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia. Tal violação pode se caracterizar também como uma violação ao direito de privacidade, proteção de dados e outras normas aplicáveis e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas. Indisponibilidades ou interrupções dos sistemas de informação também podem comprometer o sistema de cobrança da Companhia.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou serem insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo pela Companhia a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser identificada toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediá-lo. A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Nossas aplicações são desenvolvidas nos sistemas operacionais em nuvem da Amazon AWS, da Oracle Cloud Infrastructure e da Azure, que operam em diversos países do mundo, inclusive aqueles em que operamos, além de outros como Estados Unidos, Canadá, África do Sul, França, Reino Unido, Japão, Coreia do Sul, entre outros, interligados por meio de uma rede global, podendo ser vulneráveis a ações externas e sujeitas a danos advindos de diferentes fontes, incluindo desastres naturais, falhas nas telecomunicações ou na rede, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança, de modo que as medidas preventivas adotadas pela Companhia podem não ser suficientes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia determinados sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a Companhia a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

Eventuais erros cometidos pela Companhia na parametrização de indicadores, na programação de sistemas, na elaboração de códigos, na utilização de algoritmos, poderão levar os clientes a tomar decisões que afetem adversamente seus resultados, podendo resultar em responsabilização da Companhia perante os clientes e demandas indenizatórias por eles movidas contra a Companhia, além de rompimentos contratuais, com consequências financeiras adversas e impactos negativos para sua imagem perante o mercado, podendo os clientes buscar reparações por eventuais perdas decorrentes de tais falhas na esfera judicial.

Podemos não ser capazes de implementar com sucesso nossa ambiciosa estratégia de crescimento.

A execução bem sucedida de nossa estratégia de crescimento depende da superação de riscos substanciais, incluindo, mas não limitados a, riscos relacionados à nossa capacidade de (i) atrair novos clientes em uma indústria competitiva e em rápida evolução, (ii) desenvolver novos produtos e funcionalidades; (iii) aprofundar nosso relacionamento e proximidade com os clientes existentes e oferecer produtos e serviços adicionais a eles; (iv) aumentar nossa rede de clientes, inclusive em mercados internacionais onde temos experiência operacional mais limitada e enfrentamos tanto a concorrência local quanto os desafios macroeconômicos e políticos; (v) rentabilizar todos os componentes de nossa cadeia de valor; e (vi) identificar e executar com sucesso fusões e aquisições geradoras de valor.

Podemos não ser capazes de obter capital de giro adequado para financiar nossa expansão, como pretendemos, ou podemos não dispor dos recursos operacionais ou técnicos para executar nossa estratégia de crescimento da maneira planejada. Podemos não ter pessoal e *know-how* suficientes para implementar nossos planos de crescimento, e podemos enfrentar desafios regulatórios ou legais ao fazê-lo, particularmente à medida que nos expandimos em novos mercados geográficos e/ou integramos novas operações e funcionalidades tanto através de fusões e aquisições como organicamente.

Se experimentarmos estes ou outros problemas relacionados à nossa expansão e ao desenvolvimento de nossas atividades, nossa capacidade de fornecer resultados financeiros e operacionais em linha com nossas projeções pode ser prejudicada e, conseqüentemente, o preço de nossas ações ordinárias pode sofrer. Todos esses fatores teriam um efeito adverso material sobre nós e um investimento em nossas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de suas soluções digitais.

A Companhia oferece soluções digitais tecnicamente complexas que, quando introduzidas no mercado pela primeira vez ou lançadas como novas versões, podem conter falhas cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de falhas, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de contratos; (ii) atrasos na coleta de recebíveis; (iii) não aceitação das soluções digitais oferecidas pela Companhia no mercado; (iv) desvio de recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos serviços; (v) possíveis ações indenizatórias; e (vi) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a reputação, os resultados e a condição financeira da Companhia.

Nossas estratégias comerciais são baseadas em projeções e suposições que podem ser comprovadamente imprecisas, e podemos não ser lucrativos por um número indeterminado de anos.

Nossas estratégias comerciais baseiam-se em nossas atuais premissas e expectativas relacionadas a eventos e tendências futuras, e essas premissas estão sujeitas a incertezas econômicas, competitivas, políticas, regulatórias e operacionais, contingências e riscos, entre outros fatores fora de nosso controle. Assim, não podemos assegurar que nossas projeções, estimativas e premissas estejam corretas, especialmente porque os setores médico e de saúde continuam a evoluir rapidamente como resultado da pandemia da COVID-19, que persistentemente afeta de forma severa e negativa o Brasil e os outros países latino-americanos onde operamos.

Podemos não ser capazes de alcançar rentabilidade e, se o fizermos, não poderemos assegurar que seremos capazes de sustentar tal rentabilidade no futuro. Nosso fracasso em alcançar ou sustentar a lucratividade e/ou nossa ocorrência de escassez de fluxo de caixa pode nos afetar materialmente adversamente. Não podemos assegurar que as suposições que fizemos em conexão com o desenvolvimento de nossa estratégia comercial estejam corretas e que seremos capazes de atingir nossas projeções. Os custos reais, despesas, receitas, fluxos de caixa, margens de lucro e o nível de risco de nossas operações podem ser significativamente diferentes daqueles nos quais nossas estratégias estão baseadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e legislações similares de outros países em que opera e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Em 18 de setembro de 2020, entrou em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - “LGPD”) que regula, de forma geral, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais e o direito à privacidade e proteção de dados, prevendo os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais), as obrigações relativas a incidentes de segurança de informação envolvendo dados pessoais e compartilhamento de dados pessoais.

Além disso, a LGPD prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação da exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa ou proibição do tratamento de dados pessoais. Especificamente para dados pessoais sensíveis, a LGPD prevê rol reduzido de bases legais capazes de justificar o tratamento e estabelece obrigações adicionais a serem observadas.

A LGPD instituiu a Autoridade Nacional de Proteção de Dados como a autoridade nacional responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais no Brasil. A estrutura regimental e os cargos necessários à sua instalação foram aprovados pelo Decreto nº 10.474/2020. Posteriormente, a Autoridade foi transformada em autarquia de natureza especial pela Lei nº 14.460/2022, com autonomia técnica e decisória, patrimônio próprio e sede e foro no Distrito Federal. Mais recentemente, a Medida Provisória nº 1.317/2025, convertida na Lei nº 15.352/2026, passou a dispor sobre a “Agência Nacional de Proteção de Dados” (ANPD), mantendo sua natureza de autarquia de natureza especial, agora vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e dotada de autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, nos termos da LGPD.

A aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD (art. 52, 53 e 54) entrou em vigor em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sujeitando a Companhia a sanções administrativas, como advertências, multas e suspensão ou proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas da LGPD, falhas na proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pela Companhia e o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos, a partir da sua entrada em vigor, (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Além disso, diversos artigos da LGPD possuem previsão de regulamentação por parte da ANPD. Eventuais novas regulamentações podem impor obrigações adicionais sobre atividades de tratamento de dados pessoais atualmente realizadas pela Companhia.

Ainda, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por outros agentes de tratamento com os quais compartilhe dados pessoais, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Por possuir clientes em outros países da América Latina, a Companhia também está sujeita a regras similares de proteção de dados em tais países, incluindo Argentina, México e Colômbia. A Companhia poderá ser alvo de efeitos adversos similares aos descritos acima caso haja violação à legislação de proteção de dados existente nessas jurisdições.

Desta forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais, bem como a inadequação à legislação aplicável e outras leis similares aplicáveis pelos respectivos poderes judiciários e outras autoridades regulatórias (e.g., Senacon, Procons, Ministérios Públicos dos estados, dentre outros), podem acarretar multas elevadas, divulgação de incidentes para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base da Companhia e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente sua reputação e seus resultados e, consequentemente, o valor de suas ações.

A falha ou incapacidade em proteger os seus direitos de propriedade intelectual poderá ter impactos negativos nos negócios da Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente de sua capacidade de proteger e defender os seus direitos de propriedade intelectual, inclusive os seus segredos comerciais. A Companhia não consegue garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou não se apropriarão indevidamente dos seus direitos de propriedade intelectual.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a processos baseados em alegações de violações dos direitos de propriedade intelectual de terceiros devido, em parte, ao recente aumento do apetite por proteção de tais direitos. Nesse sentido, determinadas melhorias tecnológicas, aperfeiçoamentos, incrementos e desenvolvimentos de novas soluções digitais pela Companhia, com padrões semelhantes a soluções já desenvolvidas e protegidas por outras empresas do setor de tecnologia da informação podem expor a Companhia a processos judiciais e arbitrais por violação de direitos de propriedade intelectual que poderão impactar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia utiliza e comercializa *softwares* próprios em suas atividades, os quais são desenvolvidos internamente por seus empregados e/ou por terceiros desenvolvedores. Não obstante a Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, conforme alterada (“**Lei do Software**”), disponha que, salvo estipulação em contrário, os direitos sobre *softwares* desenvolvidos como resultado de contrato de trabalho ou de prestação de serviço pertencem ao empregador/contratante, a Companhia pode estar sujeita a ações ajuizadas por empregados ou prestadores de serviço reivindicando a titularidade sobre esses programas de computador. O risco de condenação à abstenção de uso dos *softwares* e ao pagamento de indenização nesses casos é reduzido, porém pode se materializar caso seja considerado que a propriedade intelectual desenvolvida esteja fora do escopo do contrato e tenha sido desenvolvida sem utilização de recursos do contratante ou que seja provado que houve outro tipo de acordo entre as partes.

A Companhia pode ser forçada a revisar, total ou parcialmente, produtos que eventualmente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, *royalties* ou licenciamento pelo uso de direitos de propriedade intelectual de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de terceiros poderá afetar adversamente os resultados operacionais, imagem e a demanda pelos serviços da Companhia, bem como forçar a Companhia a remodelar produtos e serviços.

Ainda, eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marca da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“**INPI**”) ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado de marcas registradas por terceiros podem diminuir o valor das marcas ou afetar a reputação da Companhia. Há também o risco, ainda que por omissão, da Companhia não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas em tempo hábil ou de que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas.

Adicionalmente, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual, quando realizado, demanda esforços e recursos significativos. Além disso, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares que atendam ao mesmo mercado da Companhia. Litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia e, se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Ademais, é possível que terceiros consigam copiar, obter ou utilizar indevidamente, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia e reduzir o valor de suas marcas e produtos. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

A Companhia pode não ser capaz de manter as licenças para uso de tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos seus serviços.

A Companhia depende do licenciamento de certas tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos serviços por ela prestados, incluindo licenciamentos de plataformas tecnológicas. No entanto, a Companhia não pode garantir que o acesso a licenças de código aberto (*open source*) e gratuitas utilizadas pela Companhia não será restringido no futuro ou, ainda, para as licenças obtidas de terceiros de forma onerosa, que conseguirá renovar tais licenças no futuro ou que tais licenças continuarão disponíveis para uso da Companhia em termos comercialmente razoáveis.

Em caso de interrupção ou impossibilidade de uso das licenças tecnológicas utilizadas pela Companhia, a Companhia pode não conseguir substituir tais tecnologias por outras com o mesmo padrão de qualidade e performance ou pode incorrer em custos adicionais para tal substituição, o que poderia causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados operacionais da Companhia. Além disso, caso a Companhia seja impossibilitada de manter as licenças de uso, mas, ainda assim, siga utilizando a tecnologia de terceiros, os titulares das referidas tecnologias podem ajuizar ações judiciais em face da Companhia, demandando-lhe a abstenção de uso e o pagamento de indenização.

O balanço patrimonial da Companhia inclui montantes significativos de ativos intangíveis. A redução do valor recuperável de uma parte significativa desses ativos pode afetar negativamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os ativos de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil e testados para redução ao valor recuperável (*impairment*) quando há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. A Companhia efetua a avaliação de *impairment* com base em premissas, respaldadas em estimativas com relação ao futuro. Por definição,

4.1 Descrição dos fatores de risco

as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estas premissas e estimativas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos da Companhia, dependendo do cenário de cada projeção.

Por exemplo, a Companhia utiliza estimativas de previsibilidade de receita, custos e despesas ao longo da projeção dos fluxos de caixa, além de taxas de desconto, que levam em conta fatores como risco país, inflação, taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco do investimento e custo do endividamento, entre outros. Estas estimativas podem, portanto, sofrer mudanças e ocasionar a redução substancial do valor recuperável de um ativo, sendo a Companhia, então, obrigada a ajustar seu balanço patrimonial e reconhecer uma perda por *impairment* no demonstrativo de resultados, afetando seu lucro contábil líquido.

Uma redução no valor recuperável (*impairment*) de uma parte significativa dos ativos intangíveis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A recuperabilidade deste valor depende da geração de lucro tributável, que inclui a utilização de premissas, julgamentos e estimativas relevantes, como a taxa de crescimento das receitas, dos custos e das despesas, bem como a necessidade de capital de giro e investimento de capital.

A Companhia poderá não ser bem-sucedida na execução de aquisições de empresas e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis, em razão da conclusão de transações de aquisição de empresas, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.

A execução bem-sucedida de fusões e aquisições é um elemento crítico para a estratégia de expansão da Companhia. A Companhia pode incorrer em custos significativos nas transações para aquisição ou incorporação de empresas ou ativos e, ainda assim, poderá não conseguir concluir tais operações ou, se conseguir concluí-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis; (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis; e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos. Além disso, outros participantes do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que poderá aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de *softwares*, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que diligenciará corretamente e que identificará as contingências e os passivos das empresas adquiridas anteriormente às aquisições. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, aos seus administradores, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis nos processos de auditoria legal com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

Além disso, eventuais indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, eventuais garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se ou serem afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Quaisquer dos fatores acima podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira e aos negócios futuros da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Perdas não cobertas pelos seguros contratados podem resultar em prejuízos para a Companhia, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados ou de danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas apólices existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em indenização menor que a esperada.

Ainda, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocá-la em uma situação de risco, em que o dano não será passível de indenização pela seguradora.

Ainda, há riscos para os quais a Companhia não possui cobertura de seguros adequada, incluindo riscos que não são administrados pelo *backup* dos sistemas e pelos planos de contingência. Além disso, a Companhia não pode assegurar que conseguirá manter as apólices de seguro ou que poderá renovar as apólices de seguro por preços razoáveis ou em termos aceitáveis ou contratá-las com as mesmas Companhias seguradoras ou com Companhias seguradoras similares. Desta forma, caso ocorram eventos para os quais a Companhia não está devidamente segurada ou cujas condições não estejam enquadradas em suas apólices vigentes, os mesmos eventos podem, individualmente ou em conjunto, afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia e comprometer parte significativa dos recursos da Companhia para cobrir eventuais perdas.

A Companhia e seus administradores podem ficar sujeitos a resultados desfavoráveis em processos administrativos, judiciais ou arbitrais que poderão afetar negativamente os resultados e situação financeira da Companhia.

A Companhia, seus administradores e seus acionistas controladores são e poderão se tornar réus em processos administrativos, judiciais (incluindo processos penais e/ou ações civis públicas) e arbitrais ou fazer parte de investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, regulatória, dentre outras, cujos resultados não se pode garantir que lhes serão favoráveis. As provisões constituídas pela Companhia, quando existentes, podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despendar valores significativos ou que afetem sua imagem perante o mercado, inclusive contingências decorrentes de alegações de fraude em processos licitatórios. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais. Da mesma forma, a condenação de administradores e/ou acionistas da Companhia em processos ou seu envolvimento em investigações podem afetar negativamente a Companhia, seja em termos de imagem, seja pela impossibilidade de seus administradores continuarem a exercer suas atividades na Companhia.

Para mais informações sobre processos relevantes da Companhia vide itens 4.4 ao 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita às leis anticorrupção, antifraude, contra lavagem de dinheiro e antitruste nas jurisdições em que operamos.

A Companhia está sujeita e é regida pelas leis e regulamentos anticorrupção como a Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013). De modo geral, essas leis anticorrupção proíbem as empresas e seus funcionários, acionistas ou administradores de fazer pagamentos indevidos a funcionários públicos, direta ou indiretamente, com o objetivo de obter ou manter negócios e/ou outros benefícios. A Companhia não pode garantir que seus acionistas diretos e indiretos, conselheiros, diretores, funcionários e outros terceiros (incluindo agentes, fornecedores e prestadores de serviços) e as empresas para as quais são terceirizadas algumas operações de negócios cumprirão essas leis e políticas anticorrupção, de modo que a Companhia pode ser responsabilizada por eventuais violações. Além disso, nossas políticas anticorrupção podem não ser suficientes para prevenir violações legais, particularmente em relação a normas anticorrupção não brasileiras.

O Brasil e os demais países da América Latina em que as subsidiárias da Companhia atuam ainda possuem uma imagem de elevado risco de corrupção nas esferas pública e privada, o que pode, até certo ponto, deixar a Companhia exposta a possíveis violações de leis anticorrupção, incluindo a brasileira.

Se a Companhia, seus acionistas diretos ou indiretos, conselheiros, executivos, funcionários ou outros terceiros não cumprirem as leis anticorrupção, antifraude, contra lavagem de dinheiro, antitruste, dentre outras que regem a conduta de negócios com entidades governamentais, a Companhia pode estar sujeita a penalidades criminais, administrativas e cíveis. As sanções podem incluir multas, perdimento de bens, diretos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, publicação extraordinária da decisão condenatória, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a imposição de referidas sanções em caso de violação, pela Companhia ou por seus administradores, acionistas, funcionários e terceiros agindo em nome da Companhia, às leis antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro, antitruste ou a quaisquer leis similares pode prejudicar a reputação da Companhia e ter um impacto material adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos, descritos ao longo dos itens 5.1 ao 5.5 deste Formulário de Referência, implementados em abril de 2021, podem não ser eficazes e seus controles internos podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por Ações permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determine que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, inclusive em razão de contratos de empréstimo ou financiamento que restrinjam a distribuição de dividendos pela Companhia. O não recebimento de dividendos pode ser decorrente inclusive dos prejuízos acumulados contabilizados no balanço patrimonial da Companhia nos últimos exercícios, bem como de outros prejuízos caso a Companhia mantenha esse padrão. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pode ficar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária.

A Companhia pode ter que emitir novos valores mobiliários para captar recursos, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no seu capital social.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e pode optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social. Além disso, uma diluição da participação dos acionistas em ações ordinárias da Companhia pode ocorrer no caso de uma fusão, consolidação ou qualquer outro evento societário de efeito similar em relação a empresas que a Companhia possa adquirir no futuro.

A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento (“Covenants”) em determinadas dívidas e o descumprimento de tais Covenants pode causar o vencimento antecipado das dívidas.

A Companhia está sujeita a *Covenants* existentes nos contratos de empréstimos firmados com Instituições Financeiras, quais sejam, cláusulas de vencimento antecipado caso, em cada exercício fiscal avaliado, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a Dívida Líquida da Companhia em relação ao EBITDA não seja menor que 1,0 vez em 2023, 1,0 vez em 2024 e 1,0 vez em 2025.

Caso a Companhia não seja capaz de atender referidos *Covenants*, as dívidas poderão vencer antecipadamente e a Companhia deverá realizar o pagamento do valor principal acrescido de juros, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de Empréstimos existentes. Para mais informações, vide seção 2.1.f deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e em sua situação financeira.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos e valores mobiliários no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a implementação da sua estratégia de crescimento, uma vez que os fluxos de caixa advindos de suas operações podem não ser suficientes para atender às suas necessidades de capital. A Companhia pode não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos e valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras. O índice de endividamento calculado pelo Passivo Circulante adicionado pelo Passivo Não Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido totalizou 0,42x em 31 de dezembro de 2025 e 0,23x em 31 de dezembro de 2024.

Os mercados de dívida local e de capitais podem ser impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e por pandemias (como foi o caso da COVID-19). Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos e valores mobiliários nos mercados de capitais ou refinar seu endividamento quando necessário e não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide itens 2.1(f) deste Formulário de Referência.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem divergir ou ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

A Companhia é controlada por um grupo de acionistas signatários de um acordo de acionistas. Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, sujeito a determinadas exceções, determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência da assembleia geral de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, especialmente aquelas descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressaltadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Adicionalmente, quaisquer dos acionistas controladores da Companhia poderão optar por vender parcela significativa ou a totalidade de suas respectivas participações a terceiros. Caso não haja um acionista controlador, os acionistas da Companhia poderão não gozar da mesma proteção conferida pela Lei das Sociedades por Ações contra abusos praticados e, em consequência, poderão ter dificuldade em obter a reparação dos danos causados. Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

Caso surja um novo grupo de acionistas agindo em conjunto ou vinculado por acordo de voto e este grupo passe a deter o poder decisório da Companhia, esta pode sofrer mudanças repentinas e inesperadas de suas políticas corporativas e estratégias, inclusive através de mecanismos como a substituição dos seus administradores. Além disso, é possível que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e aos conflitos daí decorrentes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Possuímos receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 11.2 deste Formulário de Referência. Não podemos garantir que nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (descrita no item 11.1 deste Formulário de Referência) seja eficaz para evitar situações de potencial conflito de interesse entre as partes e que nossos acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, à observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado, em cada transação em que, de um lado, a parte contratante seja a Companhia ou sociedade por ela controlada, e, de outro lado, a parte contratada seja uma sociedade que não seja controlada pela Companhia e tenha como acionistas os acionistas controladores ou administradores da Companhia.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, causarão impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários da Companhia. Adicionalmente, caso transações com partes relacionadas em caráter não comutativo sejam celebradas, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas minoritários da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

(c) Controladas e coligadas

Resultados negativos de Sociedades Controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

Uma vez que a Companhia possui participação direta em diversas sociedades, parte de seu resultado pode ser influenciado pelo desempenho destas investidas, se controladas ou coligadas, especialmente em razão de aplicação do método de equivalência patrimonial. Por essas razões, eventuais resultados insuficientes dessas sociedades, ou mesmo a piora das condições setoriais e mercadológicas aplicáveis aos negócios por elas desenvolvidos, poderão afetar desfavoravelmente o resultado operacional da Companhia.

Além disso, a tributação de lucros e dividendos instituída pela Lei 15.270/2025, em vigor desde 1º de janeiro de 2026, poderá reduzir o valor líquido dos dividendos recebidos por determinados acionistas. A nova regra prevê a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre lucros e dividendos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos a um mesmo acionista pessoa física residente no Brasil, quando o montante ultrapassar R\$ 50.000,00 no mesmo mês, bem como a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, independentemente do valor.

(d) Seus administradores

A perda de membros da alta administração e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados pode causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte dos esforços e da capacidade da alta administração, que é formada por executivos-chave. A perda dos membros da alta administração, por qualquer motivo, poderá afetar de modo adverso e relevante os negócios e, consequentemente, os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, a Companhia pode não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los. O sucesso da Companhia também depende da sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia da informação, *marketing* e serviços aos clientes. A competição por tais executivos altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados.

Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

(e) Seus fornecedores

A Companhia poderá sofrer demandas judiciais de compradores e fornecedores que sofram prejuízos decorrentes da compra e venda de produtos por meio da plataforma digital da Companhia, podendo causar danos à sua imagem, marcas e resultados financeiros.

Por meio da plataforma digital da Companhia, compradores e fornecedores se tornam usuários cadastrados e podem efetuar compra e venda de produtos do setor de saúde. Por meio deste modelo, fornecedores vendem os seus produtos e os compradores adquirem produtos de acordo com as suas necessidades e especificações, utilizando a plataforma

4.1 Descrição dos fatores de risco

digital da Companhia como uma ferramenta para identificação de oportunidades para compra e venda de produtos, não estando sob o controle da Companhia o cumprimento das obrigações e responsabilidades havidas por compradores (obrigação de pagar o preço negociado) e fornecedores (obrigação de entregar o produto com qualidade e dentro das especificações acordadas). Caso algum fornecedor não cumpra com suas obrigações perante os compradores ou caso algum comprador não pague pelos produtos negociados, a Companhia pode sofrer demandas judiciais de fornecedores ou compradores que tenham sofrido prejuízos em negociações fomentadas por intermédio da plataforma. A Companhia pode ainda correr o risco de responsabilização por compradores que tenham adquirido produtos defeituosos, irregulares, vencidos ou falsificados e que procurem imputar à Companhia a responsabilidade pela qualidade dos produtos oferecidos por fornecedores cadastrados na plataforma, bem como em relação a produtos que infrinjam direitos de propriedade intelectual ou de distribuição.

Eventuais alegações contra a Companhia referentes à qualidade dos produtos ofertados por fornecedores em sua plataforma poderão causar um efeito material adverso em sua reputação, imagem, atividades e situação econômica, além de poder gerar uma obrigação de indenizar e, conseqüentemente, impactar negativamente os resultados da Companhia.

A companhia realiza a análise dos documentos que são anexados à plataforma de compras pelos clientes fornecedores, de acordo com a categoria que eles pretendem comercializar, previamente à sua disponibilização aos clientes compradores. Dessa forma, sinaliza a estes a eventual falta ou divergência de documentos na tela de resposta das suas cotações. Essa análise prévia não garante a idoneidade dos clientes fornecedores, sendo necessária a avaliação dos documentos e produtos comercializados pela área regulatória dos compradores. Dessa maneira, a Companhia não pode descartar o risco de que compradores que venham a sofrer prejuízos decorrentes da aquisição de produtos com vícios, falhas ou vencidos, busquem responsabilizar a Companhia por eventuais prejuízos sofridos em decorrência de aquisições realizadas nessa situação.

A Companhia depende de prestadores de serviços de back office e de tecnologia da informação para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá impactar adversamente seus negócios e sua situação financeira.

Os sistemas de *back office* e de tecnologia da informação da Companhia, quais sejam *links* de internet para clientes, telefonia fixa e móvel, aplicativos e diversos *softwares* de operação da produção da Companhia, banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (*cloud services*), sistema de manutenção dos servidores remotamente, entre outros, são complexos e fornecidos por terceiros.

As operações e, conseqüentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou *software* que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais e custos adicionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

Determinados serviços oferecidos pela Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais termos dessas licenças podem atrasar o lançamento de serviços ou sujeitar a Companhia ao pagamento de taxas de licenciamento mais altas, o que poderá afetar sua reputação, sua condição financeira e seus resultados.

A Companhia não pode garantir que as licenças necessárias para uso de *softwares*, linguagens de programação e/ou plataforma de terceiros serão mantidas ou renovadas. Alterações nos termos das licenças de terceiros podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que os serviços se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, o que poderá obrigar a Companhia a aumentar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento ou contratar outros terceiros para assegurar a continuidade do desempenho de seus serviços, o que levará tempo e importará em custos eventualmente superiores aos incorridos atualmente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A perda de acesso a dados de fontes externas pode prejudicar a capacidade da Companhia de fornecer seus serviços a seus clientes, o que poderá afetar sua rentabilidade, sua reputação e resultados.

A Companhia depende de certos dados que são de fontes externas, tais como: relatórios de vendas diárias, relatórios de estoques diários, pedidos de compras e notas fiscais eletrônicas. Tais dados são fornecidos por varejistas, distribuidores, indústrias, parceiros tecnológicos, fontes governamentais e de registro público para o desenvolvimento de seus programas de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e para a prestação de seus serviços.

Caso: (a) um número substancial de fontes de dados (tais como parceiros tecnológicos, redes de varejo, distribuidores e registros públicos) não possam fornecer dados para a continuação e desenvolvimento de programas de gerenciamento e necessários à sincronização da cadeia de suprimentos oferecidos pela Companhia; (b) o acesso aos dados for perdido devido à regulamentação governamental, tal como inadequação dos contratos à LGPD, ou leis similares de outros países em que operamos; (c) o direito exclusivo ao uso de dados for perdido; ou (d) a coleta, a divulgação ou o uso de dados ficar acima do orçamento da Companhia; a capacidade da Companhia de fornecer serviços aos clientes pode sofrer um impacto negativo significativo, resultando na diminuição da receita e danos a sua reputação. Além disso, os atuais provedores de dados da Companhia podem optar por disponibilizar tais informações aos concorrentes da Companhia.

Por fim, não há garantia de que será possível obter dados de fontes alternativas se as fontes atuais e/ou futuras ficarem indisponíveis e/ou ficarem disponíveis a custos elevados, a ponto de inviabilizar a continuidade de seu uso nas atividades da Companhia, o que poderá impactar adversamente seus resultados.

Para informações sobre outros riscos relacionados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição e sobre o enquadramento do tratamento desses dados com as disposições da LGPD, vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

(f) Seus clientes

Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes ou que impliquem o armazenamento ou gerenciamento de seus dados ou dados de terceiros (especialmente pacientes). Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

A incapacidade da Companhia de manter as relações comerciais de longo prazo com seus clientes nos mesmos volumes, ou em volumes maiores, e/ou de renegociar tais relações em termos favoráveis à Companhia poderá afetar negativamente a sua capacidade de crescimento e adversamente sua competitividade e seus resultados operacionais.

A Companhia possui relacionamentos de longo prazo com seus clientes, que podem, a qualquer momento, rescindir unilateralmente os contratos que celebraram com a Companhia, reduzindo substancialmente o volume de negócios e a receita líquida da Companhia. A possibilidade de rescisão unilateral decorre da relação contratual existente entre a Companhia e todos os seus clientes, que permite a rescisão a qualquer momento, por meio de notificação enviada à Companhia pelo cliente com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência. Além disso, o encerramento das relações comerciais com tais clientes pode conceder oportunidades de negócios aos concorrentes da Companhia, prejudicando sua posição no mercado e enfraquecendo sua marca, o que poderá afetar negativamente seus negócios futuros e causar impactos relevantes e adversos em seus resultados financeiros e operacionais.

A estratégia de crescimento da Companhia depende em grande parte de sua capacidade de aumentar a penetração dos produtos e serviços oferecidos à sua base de clientes existente. Consequentemente, a perda de clientes em volumes relevantes impediria tal estratégia e as perspectivas de crescimento da Companhia em geral.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou renovar os contratos existentes com seus clientes nem recuperar valores devidos por clientes ou parceiros de negócios inadimplentes. A perda de um ou mais clientes ou parceiros de negócios de longo prazo ou renegociações com tais clientes e parceiros em termos comerciais desfavoráveis à Companhia poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo.

A Companhia atua em um mercado global, regional e local de *softwares* e serviços a eles relacionados, com forte presença de fornecedores de *softwares* de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de *softwares* que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e *startups* de tecnologia. Alguns desses competidores atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em uma gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

Adicionalmente, atuais clientes da Companhia podem desenvolver soluções próprias que substituam as que atualmente adquirem da Companhia ou contratar profissionais especializados que supram a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia e, portanto, poderão deixar de consumir os serviços da Companhia, resultando em impacto adverso e relevante na receita da Companhia.

Ademais, alguns dos concorrentes da Companhia podem optar por vender produtos e/ou serviços que competem com os da Companhia a preços mais baixos, aceitando margens e lucratividade mais baixas, ou podem vender produtos e/ou serviços a preços mais baixos, individualmente ou como parte de pacotes, modelos mais avançados ou técnicas melhores ou com mais funcionalidades, com maior facilidade de implantação junto a clientes, ou economias de escala. Todos os fatores acima poderão impactar negativamente as margens e resultados operacionais da Companhia, bem como prejudicar sua capacidade de obter novos clientes em condições favoráveis.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

A perda ou redução de benefícios fiscais conferidos pela Lei do Bem poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia não usufruiu de benefícios fiscais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 mas poderá usufruir de benefícios fiscais decorrentes da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), caso cumpra os requisitos estabelecidos para fruição de tal benefício. Em relação a esses benefícios federais instituídos no âmbito da referida Lei e dirigidos ao incentivo da inovação tecnológica, a sua fruição é permitida contanto que os requisitos impostos pela legislação sejam observados pelo beneficiário. Nesse sentido, procedimentos contábeis e obrigações acessórias de natureza fiscal precisam ser devidamente confirmados e validados em conformidade com as delimitações contidas na legislação em vigor sobre o tema. Para maiores informações a respeito do impacto financeiro nos negócios da Companhia decorrentes dos incentivos fiscais, vide item 1.4 deste Formulário de Referência.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 pelo fato da Companhia ter apurado prejuízos fiscais, não houve aproveitamento destes benefícios fiscais. A revogação ou perda de tais benefícios fiscais poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

Não podemos assegurar que este benefício fiscal será mantido ou renovado. Para garantir a continuidade desse incentivo durante seu prazo de vigência, a Companhia deverá cumprir uma série de requisitos que podem ser contestados, inclusive em juízo. Caso a expectativa de usufruir deste benefício não se concretize, ou seja, se esse benefício fiscal não for renovado ou for modificado, limitado, suspenso ou revogado, os negócios, as atividades e a condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária ou efeitos no seu fluxo de caixa a longo prazo.

A revogação ou perda de tais benefícios fiscais poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

Alterações nas legislações tributárias podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia.

As autoridades tributárias vêm frequentemente influenciando a realização de alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e criação de tributos, temporários ou permanentes, que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios e, portanto, afetar de forma adversa e relevante sua lucratividade. Dentre as mudanças

4.1 Descrição dos fatores de risco

que podem afetar materialmente os negócios da Companhia, estão, principalmente, a reforma tributária do consumo, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS e bem como a reinstituição da tributação de dividendos.

A instituição de um imposto sobre valor agregado, positivado na espécie da Contribuição sobre Bens e Serviços e do Impost sobre Bens e Serviços, com provável alíquota elevada, pode resultar em uma maior tributação a ser aplicada sobre as atividades desenvolvidas pela Companhia, com impacto adverso sobre a estratégia de composição de preços e custos.

Já a Lei Complementar nº 224/2025 promoveu a redução de uma série de incentivos fiscais federais, abrangendo o PIS e a COFINS, o IPI e a Contribuição Previdenciária Patronal, o que pode acarretar o aumento da carga tributária aplicável à Companhia.

Além disso, a reinstituição da tributação do imposto de renda incidente sobre a distribuição de dividendos pagos pela Companhia a acionistas pessoas físicas, nos termos da Lei 15.270/25, vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, irá aumentar as despesas tributárias associadas a distribuição de dividendos, o que poderá impactar a capacidade da Companhia de pagar e receber futuros dividendos ou distribuições em dinheiro.

(i) Países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia pode enfrentar dificuldades no que diz respeito à expansão de seus produtos em mercados estrangeiros.

Atualmente, a Companhia possui clientes em outros mercados além do brasileiro, que representaram 8,04% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e suas estratégias de longo prazo incluem expansão adicional nesses mercados. A Companhia pode enfrentar dificuldades relacionadas aos mercados estrangeiros ou aos mercados em que atualmente opera ou operará no futuro, dentre outras: (i) mudanças regulatórias imprevistas; (ii) incapacidade de atrair pessoal e gerir operações fora do Brasil; (iii) mudança da legislação tributária; (iv) mudanças das políticas e regulamentos comerciais e de investimento; (v) dificuldades no registro e proteção de marcas e *softwares*; (vi) adoção de medidas de proteção, subsídio e outras formas de favorecimento governamental a concorrentes originários de tais mercados estrangeiros; (vii) condições gerais políticas, sociais e econômicas; e (viii) barreiras culturais e linguísticas.

Enfrentamos riscos relacionados aos mercados internacionais em que operamos, incluindo principalmente: (i) interferência dos governos locais nas políticas econômicas; (ii) taxas de câmbio instáveis e desvalorização das moedas locais; (iii) deterioração das condições econômicas; (iv) inflação e taxas de juros; (v) controles cambiais e restrições às remessas ao exterior, incluindo remessa de dividendos; (vi) política fiscal e regime tributário; (vii) política de comércio exterior, incluindo impostos e tarifas; (viii) liquidez nos mercados financeiros, de capitais e de crédito; e (ix) outros riscos políticos, sociais e econômicos que afetam os mercados em que operamos.

Estamos sujeitos a crises econômicas internacionais e ao declínio da renda per capita nos países em que operamos, especialmente na Argentina e na Colômbia, onde nossas operações no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025 representaram 2,89% e 4,27% de nossa receita operacional líquida, respectivamente. Os governos da Argentina e da Colômbia têm historicamente exercido influência substancial sobre suas respectivas economias, com frequentes mudanças nas políticas monetária, fiscal e regulatória, que provavelmente continuarão a ter um efeito significativo sobre as empresas que operam nesses países, incluindo nós. Não podemos prever quais políticas os governos desses países irão adotar e, conseqüentemente, não podemos assegurar que futuros desenvolvimentos nas políticas governamentais ou nas economias desses países não nos afetarão adversamente.

A economia argentina tem experimentado uma volatilidade significativa nas últimas décadas, incluindo numerosos períodos de crescimento baixo ou negativo e níveis altos e variáveis de inflação e desvalorização da moeda. No ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, o PIB do país diminuiu 1,8%, já no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, o PIB argentino cresceu 3,3% no terceiro trimestre. A inflação anual ficou bem abaixo dos 117,8% registrados no ano findo em 31 de dezembro de 2024, encerrando o ano de 2025 com inflação de 31,5%. Entre outras variáveis, o BADLAR (Buenos Aires Deposits of Large Amount Rate) dos bancos privados da Argentina permaneceu em patamares elevados ao longo de 2025, conforme publicado pelo Banco Central local, o peso argentino acumulava desvalorização de 27,4% em relação ao dólar americano em 8 de setembro de 2025. A economia argentina também é sensível aos desenvolvimentos políticos locais. O país vem enfrentando desafios singulares em matéria macroeconômica, a tensão social e política e os altos níveis de pobreza e desemprego persistiram, e a atividade industrial e o consumo diminuíram consideravelmente. A deterioração da economia aumentou significativamente a agitação social e política, incluindo tumultos civis, motins, protestos em todo o país, greves e manifestações de rua.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No ano quarto trimestre do ano que terminou em 31 de dezembro de 2025, o PIB da Colômbia cresceu 2,3% comparado ao igual período do ano findo em 31 de dezembro de 2024. Como resultado da contração esperada das receitas do governo, devido à recessão causada pela pandemia da COVID-19 e pela política anticíclica, o governo aumentou a meta de déficit fiscal e alcançou 6,3% do PIB em 2025. Além disso, o Banco Central da Colômbia manteve a taxa básica de juros em 9,25% ao longo de grande parte de 2025. Ainda, o peso colombiano experimentou uma volatilidade significativa, que resultou em uma valorização frente ao dólar de 18,94% até dezembro de 2025. Quaisquer mudanças nas leis e regulamentos fiscais, e suas interpretações, podem afetar nossa carga tributária, aumentando as taxas e impostos, criando novos impostos, limitando deduções fiscais e eliminando incentivos baseados em impostos e renda isenta de impostos. Tais mudanças legislativas podem ter um impacto adverso sobre nossa condição comercial e financeira.

Nenhuma garantia pode ser dada de que a economia argentina e colombiana crescerão ou de quando os países sairão da recessão, especialmente à luz de eventos recentes, como a pandemia da COVID.

Além disso, as taxas de inflação nos países em que operamos têm sido historicamente altas, e não podemos garantir que a inflação permanecerá ou voltará a níveis elevados. As pressões inflacionárias podem afetar adversamente nossa capacidade de acesso aos mercados financeiros estrangeiros, levando a efeitos adversos em nossos planos de gastos de capital. As pressões inflacionárias podem reduzir o poder de compra dos consumidores ou levar os governos a instituir certas políticas anti-inflacionárias, tais como o aumento das taxas de juros. As pressões inflacionárias podem nos afetar adversamente.

Caso um ou mais desses riscos se materializarem e a Companhia não seja capaz de superar essas dificuldades, a Companhia poderá ficar incapacitada de implementar sua estratégia de expansão internacional.

(j) Questões sociais

Até a data deste Formulário de Referência, não identificamos a existência de riscos sociais para as atividades desenvolvidas pela Companhia.

(k) Questões ambientais

Até a data deste Formulário de Referência, não identificamos a existência de riscos ambientais para as atividades desenvolvidas pela Companhia.

(l) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar as mudanças climáticas, podem afetar negativamente os negócios ou operações da Companhia.

Há uma preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera como o aumento das temperaturas globais, mudança dos padrões de tempo e a maior frequência e gravidade dos climas extremos e desastres naturais. As expectativas públicas para redução das emissões de gases de efeito estufa poderão resultar em aumento do custo da energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias e/ou sociais. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Surto de doenças transmissíveis, pandemias ou outras emergências de saúde pública podem afetar adversamente os negócios, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

A ocorrência de surtos de doenças transmissíveis, epidemias, pandemias ou outras emergências de saúde pública, como exemplificado pela pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, pode ensejar a adoção de severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais incluindo limitações à circulação de pessoas, restrições a atividades econômicas, interrupções em cadeias de suprimentos e alterações no funcionamento de estabelecimentos e instituições públicas e privadas. Tais medidas podem impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia, seus colaboradores e clientes, afetando a demanda por seus produtos e serviços.

Adicionalmente, eventos dessa natureza têm alto potencial de provocar desaceleração ou ressecção econômica, aumento da inadimplência, dificuldades financeiras de clientes e parceiros comerciais, restrições de acesso a crédito e volatilidade nos mercados financeiros. Esses fatores podem resultar em (i) aumento do inadimplemento dos clientes

4.1 Descrição dos fatores de risco

da Companhia; (ii) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências; (iii) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito; e (iv) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia e, conseqüentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros.

Nesses cenários, não é possível prever se as autoridades governamentais colocarão em prática mais medidas restritivas que, se implementadas, podem levar a mudanças significativas e potencialmente ao encerramento das operações dos clientes da Companhia. Assim, haja vista os efeitos econômicos sabidos causados pela pandemia da COVID-19, novas pandemias ou emergências de saúde pública podem afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, bem como ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “4.1. Fatores de Risco”.

A forte influência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sobre a economia brasileira e a conjuntura econômica e política brasileira.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

Ainda, decisões judiciais envolvendo temas como governança corporativa, reorganizações societárias, oferta pública de aquisição de ações, aproveitamento de ágio, relações de trabalho, terceirização, desconsideração da personalidade jurídica, recuperação judicial e tributação podem alterar expectativas econômicas, afetar a avaliação de ativos, gerar aumento de passivos contingentes, elevar custos de compliance e reduzir a previsibilidade regulatória. A eventual ampliação de entendimentos jurisprudenciais ou mudanças de orientação das cortes superiores pode afetar adversamente o ambiente de negócios e a segurança jurídica.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- racionamento de água e energia;
- políticas sanitárias;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a pandemia de COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas, regulatórias ou jurisprudenciais cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, conseqüentemente, os resultados operacionais, podendo afetar adversamente o preço de negociação de ações da Companhia.

Instabilidade política, ciclos eleitorais e incertezas institucionais no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia e suas controladas.

O ambiente político e institucional pode apresentar períodos de volatilidade, especialmente em contextos de investigações envolvendo agentes públicos, tensões entre Poderes, mudanças relevantes na agenda legislativa ou regulatória e ciclos eleitorais. A proximidade das eleições presidenciais de 2026 pode intensificar debates sobre política econômica, fiscal, tributária e regulatória, gerando incertezas quanto à continuidade ou alteração de diretrizes governamentais.

Ainda, o potencial resultado de investigações em andamento envolvendo agentes públicos e grandes entidades privadas é incerto, porém já se notam impactos negativos sobre a imagem e reputação dos envolvidos, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Além disso, manifestações sociais, paralisações ou outros eventos decorrentes de tensões políticas podem afetar o ambiente de negócios no país e, conseqüentemente, afetar adversamente as operações da Companhia. Não é possível prever o desfecho de processos políticos e institucionais em curso, tampouco o impacto de futuras decisões governamentais sobre a economia brasileira.

Por fim, diante das eleições presidenciais de 2026, eventuais mudanças na condução das políticas monetária, fiscal, tributária ou regulatória, bem como dificuldades do Poder Executivo em formar maioria legislativa ou aprovar reformas estruturais, podem resultar em instabilidade econômica, aumento da volatilidade nos mercados financeiros, elevação de taxas de juros, depreciação cambial e retração de investimentos. Esses fatores podem impactar a confiança de consumidores e investidores, afetar a atividade econômica e, conseqüentemente, influenciar a demanda pelos produtos e serviços da Companhia.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. Em 2025, o índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, indicador oficial de inflação no Brasil, encerrou o ano em 4,26% abaixo do teto da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, representando o melhor resultado desde 2018. Ainda que o índice tenha permanecido dentro do intervalo de tolerância, pressões relevantes foram observadas em determinados segmentos, como serviços e energia elétrica, evidenciando a persistência dos desafios inflacionários.

As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluem a condução de política monetária restritiva pelo Banco Central, por meio da definição da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Ainda que haja expectativa de início de ciclo de redução de juros ao longo de 2026, a autoridade monetária já indicou que poderá manter postura cautelosa e juros elevados por período prolongado, a depender do comportamento das expectativas inflacionárias e da atividade econômica.

A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, incluindo alterações na taxa básica de juros, intervenções no mercado cambial ou mudanças na condução da política fiscal, podem produzir efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuir para a volatilidade do mercado de capitais do Brasil, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Caso o Brasil enfrente novo ciclo de aceleração inflacionária, a Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos seus clientes os aumentos de custos decorrentes da inflação, o que poderá pressionar suas margens operacionais. Além disso, eventual elevação das taxas de juros poderá aumentar o custo de captação e custo da dívida da Companhia, bem como impactar em seus ativos financeiros indexados a juros, afetando seu fluxo de caixa e resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Dessa forma, a flutuação das taxas de juros e da inflação no Brasil poderá afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. A moeda brasileira foi desvalorizada periodicamente no passado em relação ao dólar dos Estados Unidos, no entanto, o ano de 2025 foi marcado por uma forte desvalorização do dólar americano frente ao real. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de câmbio real x dólar americano era de R\$ 5,5 para US\$ 1,00, se valorizando em 11,15% em relação ao dólar americano, em comparação com 31 de dezembro de 2024.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos seus custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Adicionalmente, a Companhia ganha receitas, paga despesas, ativos próprios e incorre em passivos em países que não usam a moeda oficial brasileira. Como suas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, deve converter receitas e despesas, bem como ativos e passivos em reais às taxas de câmbio em vigor durante ou no final de cada período do relatório. Portanto, aumentos ou diminuições no valor do real em relação a outras moedas nos países em que opera afetarão seus resultados operacionais e o valor dos itens do balanço denominados em moedas estrangeiras. A Companhia pode não conseguir reduzir os riscos inerentes às exposições a flutuações de moeda estrangeira, o que poderá afetá-la de maneira adversa.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, após isso, o Brasil sofreu sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após alguns anos de oscilação na nota de risco de crédito soberano do Brasil, em junho de 2023 é que Standard & Poor eleva a perspectiva para positiva (BB-, positiva) pela primeira vez desde a pandemia (COVID-19). Ainda em 19 de dezembro de 2023 a agência de avaliação elevou o rating de BB- para BB, estável. Na data de apresentação deste Formulário, a nota de crédito soberano do Brasil era BB estável, Ba1 estável e BB estável, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente. .

A Companhia não pode garantir que as agências de crédito manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Em 2025, o governo dos Estados Unidos anunciou a imposição de tarifas adicionais de até 50% sobre determinados produtos brasileiros, no contexto de política comercial de viés protecionista. Embora parte dos produtos tenha sido posteriormente excluída ou tenha tido a aplicação postergada, medidas dessa natureza podem reduzir a competitividade de exportações brasileiras, afetar cadeias produtivas, pressionar margens de empresas exportadoras e gerar volatilidade cambial. A adoção de políticas tarifárias mais restritivas ou medidas de retaliação comercial pode impactar o ambiente macroeconômico brasileiro e o mercado de capitais, inclusive por meio de redução de investimentos estrangeiros e aumento da percepção de risco-país.

Adicionalmente, o avanço institucional do Acordo Mercosul-União Europeia, formalizado em 2025/2026 e em processo de ratificação na data de publicação deste Formulário de Referência, pode alterar de forma relevante o fluxo de comércio exterior brasileiro. Embora o acordo tenha potencial para ampliar acesso a mercados e reduzir tarifas gradualmente, sua implementação pode exigir adequações regulatórias, padrões de conformidade técnica e ambiental mais rigorosos e maior exposição da indústria nacional à concorrência europeia. A transição para esse novo ambiente competitivo pode gerar impactos diferenciados entre setores, afetando cadeias de valor, custos operacionais e estratégias de investimento.

Além disso, fatores geopolíticos internacionais, incluindo conflitos armados, tensões comerciais entre grandes economias, restrições a exportações estratégicas e disputas diplomáticas, podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais.

Nesse contexto, a escalada de tensões entre os Estados Unidos e a Venezuela ao longo de 2025, incluindo sanções econômicas, operações militares no Caribe e mudanças no regime político venezuelano, representa fator adicional de incerteza regional. A Venezuela detém uma das maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, e eventuais interrupções na produção, bloqueios comerciais ou reestruturação do setor petrolífero podem afetar a oferta global de energia e influenciar preços internacionais de petróleo e derivados. Movimentos abruptos nos preços de energia podem pressionar a inflação global, impactar taxas de juros e gerar volatilidade cambial, com reflexos na economia brasileira.

Adicionalmente, instabilidades políticas e militares na América do Sul podem afetar fluxos migratórios, relações diplomáticas, comércio regional e a percepção de risco geopolítico do continente, influenciando decisões de investimento estrangeiro no Brasil. A Companhia não pode prever a duração, extensão ou desdobramentos de tais eventos, nem seu eventual impacto sobre os mercados financeiros internacionais e domésticos.

Por fim, importante mencionar que a Companhia, assim como parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China). Nesse contexto, desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022, o conflito evoluiu para um cenário prolongado de guerra de desgaste, com sucessivas rodadas de sanções econômicas impostas por países ocidentais, reconfiguração de fluxos comerciais e crescente polarização geopolítica. Em 2025, apesar de iniciativas diplomáticas esporádicas, não há perspectiva concreta de solução definitiva do conflito, permanecendo elevado o grau de incerteza quanto à estabilidade das cadeias globais de suprimento, aos mercados de energia, fertilizantes e commodities agrícolas, bem como às condições macroeconômicas internacionais.

Adicionalmente, a escalada das tensões entre Irã e Estados Unidos, incluindo ataques militares, sanções econômicas e ameaças de restrição ao tráfego no Estreito de Ormuz, pode gerar volatilidade nos mercados internacionais, especialmente nos preços de petróleo, energia e câmbio. Eventuais agravamentos do conflito podem impactar negativamente a economia global, aumentar a percepção de risco em mercados emergentes e afetar o mercado de capitais brasileiro.

Os resultados financeiros e o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras podem ser influenciados, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente.

Outros fatores que podem influenciar a economia brasileira são os conflitos geopolíticos que se estendem na atualidade, como os do leste europeu ou no continente asiático. Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem afetar adversamente a Companhia e seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado e diretamente, o mercado de ações.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, majorando o ônus tributário por ela suportado e promovendo um impacto adverso na Companhia.

Os Órgãos Federais do Brasil têm frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pela Constituição Federal ou pelo Poder Executivo Federal. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua.

O Poder Legislativo Federal brasileiro já aprovou a reforma tributária dos tributos indiretos, que cria novos tributos – a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – e, gradativamente, extingue determinados tributos atualmente existentes. A transição para o novo sistema será gradual, iniciando-se em 2026 e prorrogando-se até 2033. A expectativa é que no ano de 2026 ainda não haja impacto efetivo de aumento da carga tributária, devendo tal impacto ter início em 2027. As regras de IBS e CBS poderão também afetar o fluxo de caixa das empresas sem razão da previsão de mecanismos de antecipação de recolhimento automático de tributos quando da liquidação financeira das operações praticadas pela Companhia.

Além disso, no ano findo em 31 de dezembro de 2025 foi promulgada a Lei 15.270/2025, que, dentre outras medidas, restituiu a tributação de dividendos pelo Imposto de Renda, na forma do Imposto de Renda devido na fonte pelas pessoas jurídicas que distribuam lucros a seus acionistas pessoas físicas. A nova tributação de dividendos pode impactar negativamente a Companhia, ao passo que os dividendos por ela distribuídos aos seus acionistas pessoas físicas podem ser onerados pelo Imposto de Renda.

Ainda, os impactos da decisão proferida pelo STF, em fevereiro de 2023, reconhecendo a possibilidade de reverter decisões transitadas em julgado proferidas por tribunais brasileiros em matéria tributária caso a corte venha a ter posterior interpretação distinta ainda permeiam na forma de riscos aos nossos negócios futuros da Companhia. Pois isso poderia nos expor a passivos fiscais imediatos no cenário de mudança do entendimento do STF sobre matéria tributária já pacificada envolvendo o setor e as operações praticada pela Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. As perspectivas de negócios da Companhia e seu crescimento dependem da capacidade da Companhia de antecipar e adaptar-se à evolução de novas tecnologias, tendências do mercado, demandas dos clientes e padrões da indústria.
2. A Companhia e seus fornecedores estão sujeitos a falhas e interrupções em seus serviços, sistemas e software, incidentes de segurança cibernética, e outros eventos similares, o que poderá impactar adversamente a Companhia.
3. Podemos não ser capazes de implementar com sucesso nossa ambiciosa estratégia de crescimento.
4. A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de suas soluções digitais.
5. Nossas estratégias comerciais são baseadas em projeções e suposições que podem ser comprovadamente imprecisas, e podemos não ser lucrativos por um número indeterminado de anos.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Riscos de mercado: descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são associados à taxa de juros e à taxa de câmbio observadas no cenário macroeconômico e preços de ações.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas subsidiárias (“Grupo”) ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial de suas operações no exterior, originados a partir das diferenças entre as moedas funcionais de suas subsidiárias estrangeiras e o Real. As moedas funcionais das subsidiárias no exterior são, principalmente: Peso Argentino (“ARP”), Peso Colombiano (“COP”) e Peso Mexicano (“MXM”).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual o Grupo poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos do Grupo indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração do Grupo não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas.

A Administração do Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo efetuou testes de sensibilidade para cenários dos juros (CDI em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI de 14,33% a.a. A estimativa de CDI tem como base projeções do mercado futuro B3 S.A. Qualquer redução dos respectivos cenários abaixo resultaria no impacto contrário.

Consolidado (em milhares de Reais)	31/12/2025	Taxa Provável	Provável	25%	50%
		(i)	(i)	(i)	(i)
Aplicações financeiras + restritas vinculadas ao CDI	103.433	14,33%	14.822	18.528	22.233
Impacto Líquido (i)	103.433	14,33%	14.822	18.528	22.233

(i) Corresponde ao impacto anual (isto é, próximos 12 meses de juros), que afetaria o resultado e o patrimônio líquido, se a mudança tivesse ocorrido já em 31 de dezembro de 2025 e não houvesse impacto de outros fatores.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos: descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme as normas contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos e pela Administração, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos e pela Administração como processos com chance de perda provável. Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2025, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Processo nº 1033513-40.2017.8.26.0100	
a. Juízo	28ª Vara Cível do Foro Central Cível da Capital do estado de São Paulo/SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	12/04/2017
d. Partes no processo	Ativo: Bionexo do Brasil S.A.
	Passivo: GTPlan Prestação de Serviços de Informática Ltda. – EPP; Nimbi S.A.; Keila Andrade Dias; Thiago Fernandes Fialho; e Gláucio José Rezende
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 774.192,16 (valor atualizado da causa em 31.12.2025)
f. Principais fatos	A Bionexo ajuizou demanda com pedido liminar para que: (i) fosse declarada a inexistência de relação jurídica que autorize qualquer das partes contratantes a rescindir o Memorando de Entendimentos com base em não cumprimento de metas fixadas de comum acordo com consequente declaração de ilegalidade da notificação de rescisão do contrato enviada pela GTPlan; (ii) fosse anulada a venda das 2.251 quotas de emissão da GTPlan de Thiago Fernandes Fialho e Gláucio José Rezende para Nimbi S.A. e Keila Andrade Dias, bem como fosse reconhecido o direito ao exercício de preferência pela Bionexo; e (iii) fossem os Réus condenados ao pagamento de indenização por prejuízos causados em decorrência de alegada violação das cláusulas de não competição e exclusividade no âmbito do Memorando de Entendimentos firmado entre as partes; e (iv) fosse declarada a possibilidade de compensação do valor de R\$242.046,96, devidamente atualizados, adiantados à GTPlan pela Bionexo. Em janeiro de 2022 a GTPlan manifestou-se sobre a petição da Bionexo e posteriormente foi proferida decisão encerrando a fase de instrução e intimando às partes para apresentação de razões finais. Em junho de 2022, foi proferida sentença julgando os pedidos parcialmente procedentes. Em junho de 2022, a Bionexo opôs embargos de declaração contra a sentença e, em julho de 2022, proferida decisão rejeitando os embargos de declaração. Em agosto de 2022, Bionexo, GTPlan e demais réus interpuseram apelações e todas as partes apresentaram contrarrazões às apelações. Em outubro de 2022 os autos foram recebidos no Tribunal. Em outubro de 2022, as partes foram intimadas a indicarem se concordam com o julgamento virtual das apelações. Em novembro de 2023, as apelações interpostas pela Bionexo e pela GTPlan foram parcialmente providas. No mesmo mês ambas as partes opuseram embargos de declaração. Em março de 2024, a Bionexo apresentou resposta aos embargos de declaração da GTPlan e outros. No mesmo mês, GTPlan e outros apresentaram resposta aos embargos de declaração da Bionexo. Em 16/07/2024, ambos os embargos apresentados foram rejeitados. Em 12/08/2024, Bionexo e GTPlan e outros interpuseram seus respectivos Recursos Especiais, os quais foram inadmitidos em 16/12/2024, em face dos acórdãos que julgaram os embargos de declaração. Em 10/02/2025, Bionexo e GTPlan interpuseram agravos em sede de Recurso Especial. Em 21/03/2025, foi mantida a inadmissão dos recursos especiais, com determinação de remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça. Em 15/04/2025, os autos foram remetidos ao STJ, onde aguardam julgamento de agravos em recurso especial.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1033513-40.2017.8.26.0100	
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença</u>: parcialmente procedente para reconhecer como rescindido por justa causa o Memorando de Entendimentos, condenando à requerida a restituir à requerente todos os valores depositados à título de adiantamentos devidamente corrigidos. <u>Embargos Declaração</u> (Bionexo): rejeitados <u>Apelação</u> (Bionexo): parcialmente provida <u>Apelação</u> (GTPlan): desprovida <u>Recurso Especial</u> (Bionexo): inadmitido; <u>Recurso Especial</u> (GTPlan): inadmitido Agravos em recurso especial (Partes): pendente de julgamento no STJ.
h. Estágio do processo	Aguardando decisão dos Agravos em Recurso Especial opostos pela Bionexo e GTPlan
i. Chance de perda	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Risco da GTPplan rescindir o contrato por justa causa com base no item 11.3.4. do memorando de entendimentos, e concessão da tutela cautelar, nos termos do art. 305 do CPC.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto financeiro (devolução de multa executada provisoriamente pela Bionexo em virtude de descumprimento da liminar pelos réus; possibilidade de a Bionexo arcar com potenciais perdas e danos sofridos pelos réus durante o período em que a liminar permaneceu vigente).

Processo nº 0018417-89.2020.8.16.0030	
a. Juízo	1ª Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/07/2020
d. Partes no processo	Ativo: Ministério Público do Estado do Paraná
	Passivo: Raymundo Marques Machado; Nelci Inês Mai Velasco; Márcio Augusto Medeiros; Bionexo S.A. ("Companhia"); Maurício de Lazzari Barbosa.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.436.591,57 (valor atualizado da causa em 31.12.2025)
f. Principais fatos	Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Alega-se que a dispensa por inexistência de licitação nº 03/2017, Processo Administrativo nº 021/2017 não poderia ter ocorrido na forma adotada, o que importou em enriquecimento ilícito, dano ao erário e em violação aos princípios que regem a Administração Pública, caracterizando os atos ímprobos previstos no art. 9º, inciso XI, 10, inciso VIII, e 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92. O objeto do sobredito procedimento era a contratação de empresa especializada na prestação de serviços e fornecimento de licença de uso das plataformas BIONEXO e PUBLINEXO para auxiliar nas compras públicas e especialmente nos processos de licitação da Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu. A Companhia foi citada em 18/05/2022. A companhia apresentou sua defesa. Em fevereiro de 2023 foi expedida carta precatória para citação do Sr. Maurício e em maio de 2023 ele apresentou sua defesa. Em julho de 2023 o Sr. Raimundo Marques apresentou sua defesa. Em março de 2024 foi proferido despacho para que as Partes especifiquem as provas que desejam produzir e se manifestem sobre possibilidade de conciliação. No mesmo mês, o Sr. Maurício requereu o julgamento antecipado e manifestou desinteresse na possibilidade de conciliação. Posteriormente, em 03/02/2025 a Fundação Municipal também peticionou informando o desinteresse na produção de provas.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve sentença de mérito. O processo passou por fase saneadora, houve fixação dos pontos controvertidos, deferimento e produção de prova testemunhal, realização de audiência de instrução e julgamento em 12/08/2025 e apresentação de alegações finais por todas as partes. Em março de 2026 foi juntado acórdão da ação penal que absolveu corréu pelos mesmos fatos. Os autos encontram-se conclusos para sentença.
h. Estágio do processo	Aguardando manifestação de interesse de produção de provas por parte dos Réus.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Risco de impacto negativo para a imagem da Companhia e proibição de contratar com o Poder Público, além do dano patrimonial.
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	Perda financeira para a Bionexo correspondente aos valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio, bem como a proibição de contratar com o poder público por prazo que varia entre 4 e 14 anos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo 1111451-77.2018.8.26.0100	
a. Juízo	1ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	29/10/2018
d. Partes no processo	Ativo: GTPlan Prestação de Serviços de Informática Ltda. – EPP
	Passivo: Bionexo do Brasil Soluções Digitais EIRELI (atual Bionexo S.A.); Salutare Solución Integral Em Salud S.A.C. e Rodrigo Spessoto Aranda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.673.659,76 (valor atualizado da causa em 31.12.2025)
f. Principais fatos	Trata-se de ação com pedido tutela provisória para obtenção da declaração de rescisão de contrato celebrado entre o autor e a Bionexo do Brasil S.A. (antiga denominação da Companhia), bem como busca e apreensão de software na sede da Bionexo; ao final, requer-se a confirmação da tutela provisória (com declaração de rescisão do contrato e busca e apreensão do software) e a condenação dos réus ao pagamento de indenização por concorrência desleal. A tutela de urgência pleiteada pelo autor foi rejeitada por decisão transitada em julgado. Em fevereiro de 2019, os réus apresentaram suas contestações, tendo Rodrigo e Salutare apresentado reconvenções. Em março de 2019, a GTPlan apresentou réplica e contestação às reconvenções. Em abril de 2019, a Salutare informou a concessão de tutela provisória nos autos de ação ajuizada perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro para suspensão do registro do software da GTPlan requerendo a suspensão do feito em razão de prejudicialidade externa. No mesmo mês a GTPlan requereu o indeferimento da suspensão do processo e a Salutare reiterou o pedido de suspensão. Em julho de 2019, a GTPlan informou que a tutela provisória concedida nos autos da ação ajuizada perante a Justiça Federal foi suspensa em sede de agravo de instrumento. Em março de 2020, foi proferida decisão acolhendo a preliminar de impugnação do valor da causa fixando-o em R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), determinando à GTPlan o recolhimento da diferença das custas judiciais. Em julho de 2021, a Salutare apresentou réplica à contestação da GTPlan à reconvenção. Na sequência, a GTPlan apresentou sua tréplica. Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão julgando extinta a reconvenção apresentada pela Salutare em razão da existência de convenção de arbitragem, e determinando a suspensão da ação por um ano.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
h. Estágio do processo	1ª instância
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impossibilidade de utilização do software em questão/ Perda (busca e apreensão) do software/ Dano patrimonial (devido pagamento de indenização à parte autora).
k. Análise de impacto em caso de perda do processo	i. Impossibilidade de utilização do software em questão pela Bionexo; ii. Busca e apreensão de referido software; e iii. Pagamento de indenização à autora pelo que deixou de auferir com a comercialização do seu próprio software, uma vez que a Bionexo estaria comercializando outro software – valor estimado mínimo de R\$1.200.772,51 (data-base: julho de 2020). Porém, a Bionexo poderia pleitear indenização pelos prejuízos sofridos perante terceiro, com fundamento em direito de regresso previsto contratualmente.

Processo nº 5010219-51.2019.4.02.5101	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária da Capital do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	25/02/2019
d. Partes no processo	Polo Ativo: Bionexo S.A. (“Companhia”), Salutare Solución Integral em Salud S.A.C., Salog S.A. e
	Polo Passivo: Define Consultoria e Desenvolvimento em Informática LTDA; GTPlan Prestação de serviço de Informática LTDA.; e INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 115.995,30 (valor atualizado da causa em 31.12.2025)
f. Principais fatos	Foi ajuizada ação requerendo: (a) a nulidade do registro de programa de computador nº BR 5120170011800, sob o título “software de planejamento e gestão de demanda, estoques, compras e operações GTPLAN”, de titularidade da ré GTPLAN Prestação de Serviços de Informática Ltda.; e (b) a abstenção, pelas empresas réus, em definitivo, de uso, comércio, exploração comercial e/ou licenciamento do software em questão, ou

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5010219-51.2019.4.02.5101	
	de qualquer outro programa de computador que seja derivado do Módulo de Planejamento do software SIGAH, cujos direitos foram integralmente cedidos às autoras, sob pena de pagamento de multa diária. As autoras alegam que o software BR 5120170011800 reproduz, ou ao menos é derivado, do Módulo de Planejamento do software SIGAH, o qual foi desenvolvido a pedido delas e cedido pelas rés DEFINE e GTPLAN, juntamente com todos os direitos patrimoniais a ele correlatos, em nível mundial, pelo que ilegal o registro no INPI desse software, ainda que se trate de derivações da obra original, sem a prévia autorização das partes autoras.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Em 1º de outubro de 2024, a ação foi julgada procedente para: (a) declarar a nulidade do registro de software nº BR 5120170011800, titularizado pela ré GTPLAN Prestação de Serviços de Informática Ltda.; e (b) condenar as rés GTPLAN Prestação de Serviços de Informática Ltda. e DEFINE Consultoria e Desenvolvimento em Informática Ltda. à abstenção de uso, comércio, exploração comercial e/ou licenciamento do software em questão, ou de qualquer outro programa de computador que seja derivado do Módulo de Planejamento adquirido pela SELOG, sob pena de imposição de multa diária e outras medidas legais. Embargos de Declaração: Em 18/10/2024, a GTPlan opôs embargos de declaração, os quais foram recentemente rejeitados pelo juiz federal, confirmando os termos da sentença de forma a condenar a GTPLAN, tendo reforçado que no território brasileiro a GTPLAN não pode usar, comercializar, explorar comercialmente e/ou licenciar o software de Planejamento e tão pouco seus softwares derivados. Esclareceu ainda que, caso a GTPLAN descumpra a sentença, a Bionexo poderá requerer a aplicação de multa, bem como a adoção de outras medidas coercitivas para que haja o seu devido cumprimento. Para corroborar com os elementos dispositivos da decisão, foi determinada a intimação do INPI para proceder à anotação em sua Revista de Propriedade Intelectual de que o registro de software nº BR 51 2017 001180 0 (realizado pela GTPLAN) está com efeitos suspensos até o trânsito em julgado do processo judicial. As autoras protocolaram pedido de cumprimento provisório de sentença, em 26/11/2024. No dia 10/01/2025 foi proferida decisão determinando que o INPI registrasse a suspensão dos efeitos do software até o trânsito em julgado. Em 04.02.2025 o INPI se manifestou informando que procedera com a referida anotação. Em 10/02/2025, as Rés interpuseram apelação contra a sentença. Esse recurso foi recebido no TRF da 2ª Região apenas no efeito devolutivo, tendo sido negado o efeito suspensivo pretendido pelas Rés. A GTplan recorreu da decisão e em 20.02.2025 teve o seu pedido de efeito suspensivo indeferido, reforçando a sentença de 1º grau. Em 24.04.2025 o Tribunal (TRF 2ª Região) impôs multa diária de R\$ 50.000,00 à GTPlan em caso de descumprimento futuro da tutela de evidência já concedida à BIONEXO.
h. Estágio do processo	Julgado em 1ª instância.
i. Chance de perda	Remoto
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Desde janeiro de 2022 a Companhia é titular, de maneira exclusiva, dos direitos patrimoniais do Módulo de Planejamento do software SIGAH incluindo, mas não se limitando, aos direitos de reprodução, transformação e licenciamento em favor de terceiros no Brasil, Colômbia, Espanha, México e Argentina. Portanto, o processo é relevante para manter a exclusividade da Companhia com relação ao software SIGAH.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a GTPLAN poderia continuar utilizando o Módulo de Planejamento do <i>software</i> SIGAH. No entanto, já foi proferida sentença deferindo o pedido e, portanto, a GTPLAN deverá deixar de utilizar a ferramenta, conforme descrito acima.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Na data deste Formulário de Referência, não há valores provisionados para os processos descritos no item 4.4 acima.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos: em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Ação Penal nº 0018362-41.2020.8.21.0001

Maurício de Lazzari Barbosa ("**Maurício**") e outros são partes na ação penal nº 0018362-41.2020.8.21.0001 movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná perante a 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, instaurada em 27 de julho de 2020. O Ministério Público ofereceu denúncia em face dos réus sob a alegação de que os corréus agiram em concurso de agentes para deflagração de procedimento de dispensa por inexigibilidade de licitação pública fora das hipóteses previstas em lei, ou sem observar as formalidades pertinentes para contratação de software da Companhia. Maurício é réu na referida ação em decorrência de seu cargo de administrador e representante legal da Companhia na época dos fatos.

Houve oferecimento de acordo de não persecução penal aos réus, sendo que o Maurício de Lazzari Barbosa e os demais réus recusaram. Maurício apresentou resposta à acusação em 01 de agosto de 2022, tendo todos os demais réus também apresentado suas respectivas respostas às acusações posteriormente.

Maurício apresentou defesa em 01 de agosto de 2022, tendo todos os demais réus também apresentado suas respectivas defesas. Houve recebimento da denúncia do Ministério Público pelo juiz em 05 de maio de 2023.

Foi realizada audiência de instrução em 08/11/2024 com a oitiva das testemunhas e dos Réus.

Posteriormente, as Partes apresentaram alegações finais.

No dia 20/02/2025, foi proferida a sentença, julgando improcedente a denúncia para o fim de absolver os Réus uma vez que os documentos que instruíam o procedimento de contratação direta pareciam embasar razoavelmente a hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, da Lei nº 8.666/1993, entendendo o juízo pela absolvição dos Réus com base na atipicidade da conduta (Art. 386, III, CPP).

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui uma política de gerenciamentos de riscos formalmente aprovada. Apesar disso, conta com práticas e procedimentos internos para gerenciamento de riscos.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. Os riscos para os quais se busca proteção

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui uma política de gerenciamento de riscos formalmente aprovada.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, de modo a prevenir potencial impacto adverso em suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo liderado pelo Diretor Financeiro, assessorado pela Diretoria, o Departamento de Controladoria e de todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas.

O Departamento de Compras é responsável pelas compras da Companhia e pela inclusão das ordens de compra no Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP). Depois da ordem aprovada, o Departamento Fiscal deve efetivar o lançamento do documento fiscal, enviando, na data do vencimento, o arquivo do pagamento ao banco. O Departamento de Tesouraria é responsável também pela conciliação bancária.

Adicionalmente, com relação às práticas de controles internos: (i) a Companhia segue as práticas contábeis adotadas no Brasil (“**BR GAAP**”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“**IASB**”); (ii) as informações contábeis são registradas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (iii) os lançamentos manuais respeitam o *4-eye principle*; (iv) as conciliações contábeis são controladas em sistemas internos utilizados pela Companhia; (v) o fechamento contábil apenas é concluído após justificativa para as variações relevantes de todas as contas contábeis; e (vi) o balanço e a demonstração do resultado do exercício são revisados mensalmente pelo Departamento de Controladoria.

A Diretoria acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente: (a) a alta administração, composta pelo Conselho de Administração e a Diretoria; (b) área de Compliance; (c) Departamento de Controladoria; e (d) as demais áreas de negócios, no que couber.

Abaixo, um resumo das atribuições dos órgãos em referência no que diz respeito à elaboração de demonstrações financeiras e manutenção de controles internos adequados:

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância da manutenção de processos e controles internos que possam contribuir para mitigar os riscos existentes; e
- **Diretoria Financeira:** responsável pela revisão das demonstrações financeiras e pela coordenação e supervisão das atividades de contabilidade e controladoria da Companhia.

Além disso, ao final de cada exercício social, os auditores externos emitem uma carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Posteriormente, a Companhia monitora os pontos identificados pelo auditor independente e implementa melhorias nos controles internos a fim de sanar eventuais falhas ou incorreções.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O monitoramento da eficiência dos controles internos da Companhia é realizado pela Administração, dentre outras atribuições, na supervisão e acompanhamento das atividades de controles internos e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, monitorando a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Anualmente, os Auditores Independentes emitem o “Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos” como resultado do entendimento acerca dos controles internos que consideram relevantes para

5.2 Descrição dos controles internos

o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. O propósito deste trabalho é estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.

Nos termos do Ofício-Circular nº 1/2022-CVM/SNC/GNA, item 16, os Auditores Independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, a Companhia informa que o relatório referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está em processo de elaboração.

Como resultado dessa avaliação, foram identificadas deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Deficiência	Recomendação
Fragilidade no controle de concessão de acessos	Para melhorar os controles de concessão de acessos, recomendamos a definição de um controle centralizado, com aprovações bem definidas e baseadas em workflow, além da implementação de um parâmetro que registre a data de criação e alteração de todos os usuários e perfis. Adicionalmente, recomendamos que a atividade de criação e alteração de acessos seja limitada a funcionários de TI e/ou do time de Gestão de Acessos.
Fragilidade no controle de revogação de acessos	Recomendamos a implementação do registro do parâmetro "Last Logon" no sistema, de modo que o último acesso de cada colaborador seja devidamente registrado. Essa medida permitirá verificar se os acessos foram utilizados após a comunicação de desligamento através de controles de monitoramento e revisão, auxiliando na identificação de possíveis acessos indevidos e assegurando maior rastreabilidade e controle no processo de desativação de contas.
Fragilidade no controle de revisão de acessos	Recomendamos que um controle de revisão periódica de acessos seja implementado, de forma a possibilitar a consulta das bases originais de usuários utilizadas na execução do controle, bem como, a inspeção das evidências de extração destes documentos. É importante que estas evidências demonstrem o passo-a-passo de como estas listas foram geradas, quais filtros foram aplicados e o totalizador de registros retornados. A revisão periódica de perfil de acesso deve contemplar 100% das contas ativas e seus perfis de acesso na aplicação, banco de dados e sistemas operacionais que suportam o Oracle Net Suite, a fim de possibilitar que cada gestor valide se as contas de acesso e seus respectivos perfis estão aderentes ao cargo exercido pelo profissional. É importante que haja segregação de funções entre revisores e revisados, de forma a assegurar a independência da revisão e identificação de possíveis acesso indevidos ou não autorizados. Lembrando que está revisão deve contemplar não somente os usuários finais, mas também as contas de sistemas, contas de serviços e contas nativas das aplicações. Para estes casos, deve se nomear um responsável geral (TI) que deve validar o perfil de acesso de cada conta e sua necessidade de utilização. Adicionalmente, deve-se formalizar e documentar toda e qualquer análise realizada durante a fase de revalidação destes acessos. Esta documentação deve conter os detalhes da análise realizada pelo departamento de Gestão de Acessos, TI e do Gestor Imediato. Indicando se o perfil de acesso deve ser mantido, alterado, excluído, bem como, o motivo pelo qual o seu acesso não se faz mais necessário.
Fragilidade no controle de usuários privilegiados	Para melhorar os controles de gestão de acessos privilegiados, recomendamos a revisão dos acessos atuais, mantendo os perfis de administração de usuários e parametrização dos sistemas apenas para os colaboradores responsáveis por essas atividades. Deve-se manter uma segregação entre usuários responsáveis por negócios e administradores de sistemas. Adicionalmente, recomendamos que o acesso a transações críticas de TI seja limitado a funcionários que efetivamente necessitem dessas atividades.
Fragilidade no controle de mudanças	Recomendamos a implementação de um processo formal de gestão de mudanças para o sistema Oracle NetSuite, que inclua a categorização das mudanças em diferentes tipos, como mudanças normais, emergenciais e urgentes. As mudanças normais devem passar por um ciclo completo de aprovação, teste e validação, enquanto mudanças emergenciais devem ser tratadas de forma prioritária, mas sempre com o devido controle e documentação, e mudanças urgentes devem ser claramente definidas e acompanhadas de justificativas e controles rigorosos. Cada categoria de mudança deve ter critérios específicos para a aprovação e implementação, assegurando que as alterações sejam realizadas de forma controlada e segura. Além disso, é essencial que todas as mudanças sejam registradas de forma detalhada, com informações sobre a natureza da mudança, os responsáveis, os testes realizados e os resultados obtidos, criando um histórico auditável e rastreável. O processo também deve assegurar que as mudanças sejam testadas em ambientes de homologação antes de serem aplicadas ao ambiente de produção, para minimizar riscos de falhas.

5.2 Descrição dos controles internos

Deficiência	Recomendação
	É fundamental que o processo de gestão de mudanças assegure que os desenvolvedores responsáveis pelo desenvolvimento de mudanças não sejam os mesmos que possuem permissões para implementar essas mudanças em ambientes de produção. Isso garante a segregação de funções e minimiza o risco de erros ou alterações não autorizadas. A implementação de uma clara separação entre as equipes de desenvolvimento e as de implementação também fortalece a governança e a segurança do sistema. É importante implementar mecanismos de monitoramento contínuo para detectar impactos indesejados ou não previstos, permitindo uma resposta rápida e eficiente a qualquer incidente. Essas ações ajudarão a assegurar que o sistema Oracle NetSuite permaneça estável, seguro e em conformidade com as políticas internas e regulatórias.
Ausência de documentação formal do processo de migração de sistemas críticos	Recomendamos que, em futuras migrações de sistemas no ambiente da Bionexo, seja estabelecido um processo formal de documentação e governança para todas as etapas da migração. Esse processo deve incluir, obrigatoriamente, a elaboração de um planejamento detalhado, com definição de escopo, cronograma, papéis e responsabilidades, assegurando que todos os envolvidos compreendam suas funções e expectativas. Além disso, é essencial que seja desenvolvido um plano de testes abrangente, cobrindo a validação de dados, funcionalidades e desempenho antes e após a migração, com evidências documentadas das validações realizadas. Também é necessário criar um plano de saneamento de dados, determinando como serão tratadas inconsistências e assegurando a integridade e a acurácia dos dados mestres. Um plano de migração estruturado deve ser elaborado, contendo a estratégia de transferência, prioridades de módulos e testes previstos para verificar a implementação conforme planejado. Por fim, deve-se instituir avaliações pré e pós-migração, com revisões documentadas para validar resultados em cada etapa do processo, bem como um plano de criação de usuários e perfis que contemple a definição e aprovação de acessos, mitigando riscos relacionados a permissões inadequadas ou à falta de segregação de funções. A adoção dessas medidas contribuirá para fortalecer a governança de TI, assegurar a rastreabilidade e reduzir riscos operacionais e de segurança em futuras migrações.
Deficiência significativa relativa ao monitoramento dos processos junto ao jurídico	Que a Companhia implemente protocolos claros e tempestivos de comunicação entre as áreas jurídica e contábil, assegurando que informações relevantes sobre processos judiciais e administrativos sejam atualizados e devidamente refletidos nas demonstrações financeiras.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Nos termos do Ofício-Circular nº 1/2022-CVM/SNC/GNA, item 16, os Auditores Independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, a Companhia informa que o relatório referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está em processo de elaboração.

No entanto, seguem abaixo os comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Deficiência	Comentários dos Diretores
Fragilidade no controle de concessão de acessos	Será criado um processo de melhoria para o controle centralizado das solicitações de acesso ao Netsuite. Esse processo será aplicado tanto para liberação de acesso, quanto para alteração de um papel de usuário existente. Todos os usuários precisarão abrir chamado no Jira, fila NetSuite - Jira Service Management. O Jira terá um workflow de aprovação, que enviará para o Gestor da pessoa solicitante, um pedido de aprovação na própria ferramenta. Esta atividade de criação, e alteração de acessos será limitada a funcionários de TI (Time de Suporte e time de Sistemas Internos). Obs: Já foi aberto chamado junto ao fornecedor da Bionexo responsável pelo Jira, para criar os workflows necessários.
Fragilidade no controle de revogação de acessos	Será criado um processo de melhoria para o controle centralizado das solicitações de revogação de acesso ao Netsuite. Para solicitar a revogação de acesso, o usuário (que pode ser o gestor ou outra pessoa endereçada pelo gestor) precisará abrir chamado no Jira, fila NetSuite - Jira Service Management. O Jira terá um workflow de aprovação, que enviará para o Gestor da pessoa cujo acesso será revogado, um pedido de aprovação na própria ferramenta. Esta atividade de revogação de acessos será limitada a funcionários de TI (Time de Suporte e time de Sistemas Internos). Além do pedido de solicitação por chamado, teremos a revogação de acesso automática, mediante o desligamento do funcionário. Colocaremos o Netsuite no SSO, e mediante o

5.2 Descrição dos controles internos

Deficiência	Comentários dos Diretores
	processo de desligamento do login realizado pelo time de Suporte, o acesso ao Netsuite será inativado. Será criada uma consulta no Netsuite, que busque o registro do parâmetro "Last Logon" no sistema, de modo que o último acesso de cada colaborador seja anexado ao chamado de revogação de acesso.
Fragilidade no controle de revisão de acessos	Criação e implantação de processo para a revisão periódica dos acessos ao sistema Netsuite com as seguintes características: - A cada 3 meses será disparado a execução de uma Busca Salva do Netsuite, que traga a lista de usuários ativos com nome, e-mail, gestor, cargo e perfil de acesso; - Nesse mesmo dia será disparada a consulta ao LG (sistema de RH da empresa) para trazer os funcionários ativos na empresa com sua respectiva área; - Será feito, pela área de Suporte de TI, o primeiro cruzamento dos dados, e será gerado automaticamente um chamado para cada gestor em uma nova fila do Jira (a ser criada). O gestor receberá a mensagem do Jira para validar a planilha, e colocar no chamado se tudo está ok, se não estiver quais serão as mudanças necessárias. - Após mudanças, o gestor receberá a nova lista. Se ok, ele aprovará dentro do workflow do Jira. - Será consolidado o resultado dos chamados, e o time de TI fará os ajustes necessários nos acessos dos funcionários dentro do Netsuite.
Fragilidade no controle de usuários privilegiados	Criação e implantação de processo para a revisão periódica dos Usuários Privilegiados do sistema Netsuite: - A cada 3 meses será disparado a execução de uma Busca Salva do Netsuite, que traga a lista de usuários privilegiados (Administradores) com nome, e-mail, gestor, cargo e perfil de acesso; - O especialista de Sistemas Internos receberá um chamado na fila do Jira (mesma indicada no item anterior); - Ele deverá validar se as pessoas ainda precisam ou devem estar como ADM do sistema. Caso seja necessário, fará a retirada / mudança do perfil
Fragilidade no controle de usuários privilegiados	A Bionexo implementará um processo formal de gestão de mudanças para o sistema Oracle NetSuite. Será desenhado um processo simplificado em cima do modelo ITIL, com as devidas documentações e comitês de aprovação.
Ausência de documentação formal do processo de migração de sistemas críticos	Criação de um processo formal de documentação e governança para todas as etapas da migração.
Deficiência significativa relativa ao monitoramento dos processos junto ao jurídico	A Companhia formalizará o processo entre as áreas Jurídica e Contábil para garantir o reconhecimento tempestivo de créditos tributários advindos de ações judiciais com trânsito em julgado e reconhecimento de passivos contingentes. (i) O relatório mensal enviado pelo jurídico deverá ser revisado pelo Gestor Jurídico responsável pelas contingências, (ii) trimestralmente o escritório deverá enviar uma declaração de conformidade e atualidade das informações prestadas na planilha e, (iii) será criado controle centralizado com atualização de valores e alertas para decisões com impacto contábil, incluindo evolução de teses, que possam impactar a companhia. A Contabilidade estruturará modelo padrão de memória de cálculo, que integrará o dossiê de suporte. Também será promovido treinamento conjunto para reforçar os critérios técnicos de reconhecimento, conforme o CPC 25.

5.3 Programa de integridade

5.3. Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia conduz seus negócios de forma honesta e respeitosa e demanda de seus colaboradores que atuem em conformidade com todas as leis, regulamentos e normativos internos aplicáveis aos seus negócios.

Em consonância com seus valores e sua missão, a Companhia formalizou suas práticas e procedimentos voltados à integridade corporativa em um Código de Ética, principal diretriz normativa interna que orienta todos os demais procedimentos e políticas.

- O Código de Ética estabelece os valores que devem guiar todas as condutas de seus colaboradores, as quais devem estar sempre de acordo com a legislação vigente e com as boas práticas de mercado. Entre os principais temas tratados pelo Código de Ética estão:
- Diretrizes de Conduta no âmbito da: (i) segurança no ambiente de trabalho, (ii) ativos e recursos, (iii) informações confidenciais, (iv) propriedade intelectual, (v) mídias sociais, (vi) participação religiosa, sindical e política, e (vii) comunicação com a imprensa.
- Relacionamento com: (i) clientes, (ii) concorrentes, (iii) terceiros - fornecedores e prestadores de serviços, (iv) setor público, e (v) sindicato.
- Conflito de interesses no âmbito: (i) de refeições de negócios, (ii) relacionamento amoroso e familiar, (iii) oferta e recebimento de brindes e presentes, (iv) eventos patrocinados por terceiros, (v) atividades paralelas, (vi) indicação de profissionais e fornecedores.

Além disso, o Código de Ética trata de prevenção ao assédio moral e sexual, proteção de dados pessoais, fusões e aquisições, doações filantrópicas e patrocínios, livros contábeis, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, responsabilidade ambiental e manutenção da ética.

Além do Código de Ética, a Companhia conta ainda com uma Política Anticorrupção, cujo objetivo é reforçar as diretrizes corporativas de combate à corrupção, fornecendo padrões comportamentais aos colaboradores da Companhia e terceiros com quem se relaciona para que possam agir de acordo com seus princípios e valores. A Política Anticorrupção trata detalhadamente de temas como vedação à corrupção ativa e passiva, relacionamentos com agentes públicos, conduta em licitações, bem como relacionamento com clientes do setor público e melhores práticas de prestação de serviço.

Quanto à concessão de brindes, presentes e entretenimento a entes privados, a Companhia possui norma interna específica complementar ao Código de Ética, qual seja, uma Política de Brindes, Presentes e Hospitalidade. Segundo a norma em referência, é totalmente vedado aos colaboradores ofertar, solicitar ou receber qualquer tipo de brinde, presente ou entretenimento (incluindo refeições) que possa configurar, direta ou indiretamente, vantagem indevida. Ademais, a Política de Doações e Patrocínios estabelece uma série de requisitos para a realização deste tipo de contribuição, dentre os quais estão (i) a existência de propósito legítimo e alinhado aos interesses da Bionexo e em benefício da comunidade; (ii) a inexistência de vínculos do beneficiário com agentes públicos, candidatos ou partidos políticos, bem como parentes ou pessoas próximas que atuam na administração; e (iii) qualquer doação ou patrocínio será precedido de procedimento de *due diligence* de *Compliance* e análise reputacional.

A Companhia possui também Política de Conflito de Interesses, cujo objetivo é orientar a conduta dos colaboradores da Companhia e terceiros com os quais se relaciona em situações que envolvam potenciais conflitos entre interesses pessoais e corporativos. A Política de Conflito de Interesses abrange desde situações internas, como relacionamentos entre colaboradores, a casos envolvendo clientes e agentes públicos. Nesse sentido, a Companhia requer ainda que seus colaboradores preencham Formulário de Conflito de Interesses no momento de sua admissão, de modo a facilitar a identificação e monitoramento de relacionamentos com fornecedores, outros colaboradores e/ou órgãos e agentes públicos que possam originar conflitos de interesse.

5.3 Programa de integridade

As contratações de fornecedores, prestadores de serviço e terceiros da Companhia, bem como a realização de doações e patrocínios, são precedidas de procedimentos de *due diligence* realizados pela área de *Compliance* visando a identificação de potencial relacionamento com pessoas politicamente expostas, conflitos de interesse ou processos, inquéritos ou condenações potencialmente desabonadoras.

Ao adotar os mecanismos de integridade supracitados, a Companhia objetiva: (i) promover a cultura da transparência, ética e conformidade; (ii) consolidar todas as iniciativas de conformidade, em especial as de anticorrupção; e (iii) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados pelos colaboradores.

As Políticas e normas internas da Companhia são reavaliadas bianualmente ou conforme necessário, o que ocorrer primeiro, de modo a mantê-las atuais, eficientes e adequadas à realidade da Companhia e aos riscos aos quais está submetida.

A Companhia entende que seus mecanismos e práticas voltados à integridade são adequados ao seu perfil e aos riscos aos quais está sujeita, conforme detalhamento no item 4.1 deste Formulário de Referência.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Os órgãos da Companhia responsáveis pelas funções de *Compliance* e integridade corporativa possuem as seguintes atribuições:

- **Conselho de Administração:** responsável por disseminar a importância de uma cultura de ética e integridade que possa contribuir para mitigar os riscos existentes, bem como pela revisão periódica e aprovação do Código de Ética.
- **Área de Compliance:** a Área de *Compliance* se reporta imediatamente ao Conselho de Administração e imediatamente à Comissão de Ética, no tocante ao programa de integridade da Companhia, de modo a resguardar a independência do exercício de suas atividades.

Compete à Área de *Compliance*, dentre outras matérias, no tocante à integridade corporativa:

- (a) Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
- (b) Propor ao Conselho de Administração novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes;
- (c) Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos neste Código;
- (d) Auxiliar o Conselho de Administração no tratamento e apuração das comunicações recebidas através do Canal Confidencial, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Conselho de Administração para determinação das medidas disciplinares aplicáveis;
- (e) Conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente;
- (f) Analisar os casos não previstos no Código de Ética e definir como proceder;
- (g) Avaliar as situações de descumprimento do Código de Ética;
- (h) Revisar o Código de Ética e sugerir atualizações ao Conselho de Administração sempre que necessário;
- (i) Garantir adaptações nos regulamentos, procedimentos e processos existentes associados ao Código de Ética e normas anticorrupção da Companhia, bem como propor novas diretrizes sempre que necessário;
- (j) Viabilizar as atividades de reforço da cultura ética, quando necessário;

5.3 Programa de integridade

(k) Apurar os casos de violação ao Código de Ética, às normas anticorrupção, da legislação e regulamentos aplicáveis e outros normativos que estejam relacionados à ética e ao *Compliance*, reportando-se ao Conselho de Administração quanto a tais atividades;

(l) Gerir o Canal Confidencial e direcionar as ocorrências relatadas para a devida investigação; e

(m) Identificar casos de descumprimento legal, dar ciência ao Conselho de Administração sobre a importância de encaminhar a situação às autoridades competentes.

A Área de *Compliance* foi instituída em agosto de 2019 e, embora sua criação não tenha sido formalmente aprovada, está plenamente operante desde então.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2021. O Código de Ética define os objetivos, visão e valores da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores, bem como diretrizes de relacionamento com terceiros e clientes. O Código de Ética é aplicável indistintamente a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, empregados, estagiários e aprendizes (em conjunto, "Colaboradores").

O Código de Ética se aplica também aos parceiros de negócios, clientes, investidores, representantes e quaisquer terceiros com quem a Companhia se relaciona.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis a casos de violação ao Código de Ética ou às demais normas internas da Companhia estão previstas no próprio Código. Sempre que uma irregularidade for identificada, o Comitê de ética poderá concluir pela aplicação de sanção ao infrator, podendo ser:

- Advertência por escrito;
- Suspensão;
- Demissão sem e com justa causa; e/ou
- Ações judiciais cabíveis.

Ressalta-se que as diretrizes deste Código de Ética não se aplicam somente aos colaboradores da Companhia, mas também aos seus terceiros e parceiros de negócios. Qualquer descumprimento das diretrizes do Código de Ética estará sujeito à responsabilização legal e rescisão imediata do contrato firmado com a Bionexo.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2021, e está disponível para consulta em seu website: <https://bionexo.com/ri> (neste website, clicar em "*Governança Corporativa*") e em seguida clicar em "*Estatuto Social, Políticas e Compliance*").

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui Canal Confidencial administrado por empresa terceirizada e cuja finalidade é o recebimento de denúncias ou relatos de descumprimento às leis, regulamentos ou normativos internos aplicáveis à Companhia. O Canal Confidencial pode ser acessado pelo telefone gratuito 0800 9420463, mediante acesso direto à plataforma da operadora do Canal (<https://www.canalconfidencial.com.br/bionexo/>) e, ainda, por e-mail (compliance@bionexo.com) diretamente à Área de *Compliance*.

5.3 Programa de integridade

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal Confidencial da Companhia está aberto para o recebimento de denúncias de Colaboradores e de quaisquer terceiros, que poderão ou não se identificar, sendo-lhes em todo caso garantido o anonimato.

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A Companhia garante o anonimato do denunciante e repudia veementemente em seu Código de Ética e em sua Política de Reporte de Denúncias e Não Retaliação qualquer tipo de retaliação e/ou constrangimento contra aqueles que comunicam de boa-fé suas preocupações ou dúvidas sobre má conduta ou que forneçam assistência ou informações em um processo investigativo. Todas as comunicações com os denunciante anônimos são realizadas unicamente através do Canal Confidencial.

iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Área de *Compliance* da Companhia é responsável pela apuração dos relatos recebidos através do Canal Confidencial, o que se dará de forma confidencial e sigilosa. A Área de *Compliance* realizará uma primeira análise e verificação dos relatos apresentados, submetendo-os, com suas recomendações, à Comissão de Ética ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, para deliberação. A Área de *Compliance* reportará suas atividades de apuração de denúncias de violações às leis, regulamentos e normativos internos à Comissão de Ética ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, que deliberará sobre os casos considerados mais graves.

Nesse sentido, cumpre à Área de *Compliance* da Companhia gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal Confidencial, além de conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente ao Conselho de Administração.

Para assegurar a razoabilidade das ações e decisões do processo de apuração de denúncias, se uma alegação comunicada representar potencial violação perpetrada por um colaborador integrante do processo de gestão do Canal de Comunicação, em nenhuma circunstância, ele, sua equipe ou ainda o seu gestor, terão acesso aos registros da alegação. Nessa hipótese, as atividades de apuração e deliberações serão designadas a outras equipes, conforme estabelecido em normas internas. Em casos específicos, a Companhia poderá ainda designar a apuração a parceiros externos de modo a garantir a condução de uma investigação imparcial e independente.

A Área de *Compliance* se reportará ao Conselho de Administração no que diz respeito às suas atividades de apuração de violação às leis, regulamentos e normativos internos aplicáveis à Companhia.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, pois não foram confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não há.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
APUS PARTICIPAÇÕES S.A.						
03.381.364/0001-57	Brasil	Sim	Não	03/02/2021		
Não						
11.728.734	4,137	0	0,000	11.728.734	4,137	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BAZAR II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA – RESPONSABILIDADE LIMITADA						
65.789.211/0001-09	Brasil	Sim	Não	02/04/2026		
Não						
14.101.901	4,974	0	0,000	14.101.901	4,974	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BNXO BCTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR - RESP						
43.103.044/0001-50	Brasil	Sim	Sim	02/04/2026		
Não						
161.468.040	56,954	0	0,000	161.468.040	56,954	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MAURICIO DE LAZZARI BARBOSA						
074.797.828-02	Brasil	Sim	Não	03/02/2021		
Não						
11.378.544	4,013	0	0,000	11.378.544	4,013	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.						
	Cingapura	Sim	Não	30/12/2020		
Sim	Bruno de Luca Zanatta		Física	007.542.839-33		
41.007.292	14,464	0	0,000	41.007.292	14,464	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA						
27.123.654/0001-69	Brasil	Sim	Não	30/12/2020		
Não						
43.822.845	15,457	0	0,000	43.822.845	15,457	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
283.507.356	100,000	0	0,000	283.507.356	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
APUS PARTICIPAÇÕES S.A.				03.381.364/0001-57		
MAURICIO DE LAZZARI BARBOSA						
074.797.828-02	Brasil	Não	Sim	03/02/2021		
Não						
11.377.754	100,000	0	0,000	11.377.754	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
TOTAL						
11.377.755	100,000	0	0,000	11.377.755	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	02/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	4

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

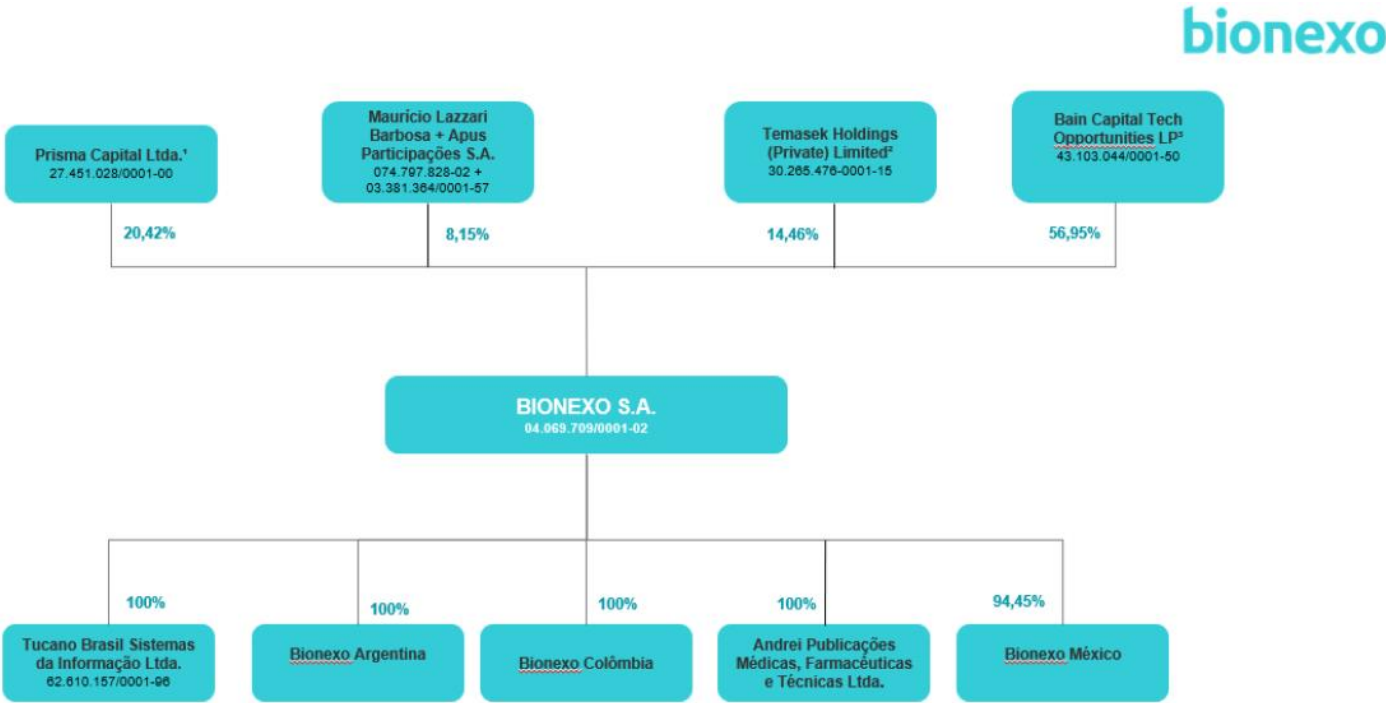
Quantidade ordinárias	98.932.038	34,896%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	98.932.038	34,896%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ANDREI PUBLICAÇÕES MÉDICAS, FARMACÊUTICAS E TÉCNICAS LTDA.	62.958.491/0001-35	100
BIONEXO COLÔMBIA S.A.	00.000.000/0000-00	100
BIONEXO DE MÉXICO, SOCIEDAD ANÔNIMA DE CAPITAL VARIABLE	00.000.000/0000-00	94,45
BIONEXO.COM S.A.U.	00.000.000/0000-00	100
TUCANO BRASIL SISTEMAS DA INFORMAÇÃO LTDA.	62.610.157/0001-96	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



1: **Prisma Capital Ltda.** representa as ações detidas pela Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o Bazar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada (Prisma PE)
2. **Temasek Holdings (Private Limited)**: representa as ações detidas pela Orien Investments PTE. Ltd
3. **Bain Capital Tech Opportunities LP**: representa as ações do Bnxx Bcto Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento No Exterior – Responsabilidade Limitada

6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes

Esclarecimentos sobre o item 6.1/6.2 deste Formulário de Referência

Considerações sobre o Sr. Mauricio de Lázzari Barbosa e APUS Participações S.A.

A Companhia esclarece os acionistas (i) Sr. Mauricio de Lázzari Barbosa, e (ii) APUS Participações S.A., com participação acionária descrita no item 6.1/6.2 deste Formulário de Referência, devem ser considerados como acionistas que agem em conjunto e/ou representam o mesmo interesse, considerando que o Sr. Mauricio de Lázzari Barbosa detém 100% da participação acionária da APUS Participações S.A.

Considerações sobre o Prisma Bazar Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Bazar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada (em conjunto, “Prisma”)

Em complementação às informações prestadas nas seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o Prisma não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Para fins deste Formulário de Referência, o Prisma Bazar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o Bazar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada (Prisma PE) são considerados em conjunto, tendo em vista que, nos termos dos acordos de acionistas e de voto vigentes, atuam de forma coordenada e exercem seus direitos societários, inclusive de voto, de maneira conjunta.

O Prisma é gerido discricionariamente pela Prisma Capital Ltda.

O Prisma integra o grupo de acionistas minoritários da Companhia, atuando de forma coordenada com Orjen Investments Pte. Ltd. (Temasek), Apus Participações S.A. e Maurício de Lazzari Barbosa, nos termos dos acordos de acionistas e de voto vigentes.

Considerações sobre o BN XO BCTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (“BN XO BCTO”)

Em complementação às informações prestadas nas seções 6.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a BRL Trust Investimentos Ltda. exerce a administração fiduciária e a gestão do BN XO BCTO e cumpre a política de investimentos do fundo em conformidade com o disposto em seu regulamento e na regulamentação aplicável, e com amparo em recomendações emitidas pelo seu comitê de investimento, composto por membros eleitos em assembleia geral de cotistas do BN XO BCTO. O fundo não possui cotista que o controle, direta ou indiretamente, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista que, direta ou indiretamente, (i) seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, destacamos que os cotistas do BN XO BCTO são veículos de investimento existentes e organizados de acordo com as Leis de Delaware, Estados Unidos da América, e das Ilhas Cayman, conforme aplicável, geridos, nos termos dos seus documentos constitutivos, pela Bain Capital, LP e/ou suas afiliadas, em observância ao mandato, poderes, deveres e obrigações que lhes foram atribuídos pelos investidores internacionais que participam e investem na referida estrutura, nenhum deles detendo participação que seja direta ou indiretamente superior a 10% (dez por cento) das cotas de emissão do BN XO BCTO. Ressaltamos ainda que, nos termos dos documentos constitutivos dos cotistas do fundo, a Bain Capital, LP e/ou suas afiliadas, no exercício dos poderes de representação que lhes foram outorgados por esses veículos, têm poderes para eleger os membros do comitê de investimento do BN XO BCTO, que delibera acerca de recomendações associadas às propostas apresentadas pelo gestor do fundo relativas aos investimentos e desinvestimentos realizados pelo BN XO BCTO.

O BN XO BCTO é controlador da Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Órgãos da administração: descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Conselho Fiscal, se instalado; (iv) Comitê de Finanças; e (v) Comitê de Gente e Governança. O Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

(a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de indicação formalmente aprovada.

(b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. A periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Conselho de Administração realizará, no mínimo, uma vez a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês, do Presidente do Conselho e dos Diretores da Companhia.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e dos Diretores serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

ii. Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, cada um dos comitês de assessoramento e da Diretoria, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração, dos membros dos comitês de assessoramento, incluindo os membros do Comitê de Auditoria, são:

- (a) Assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas;
- (b) Contribuição ativa no procedimento decisório; e
- (c) Comprometimento com o exercício das suas funções.

Na avaliação enquanto órgão colegiado, os critérios de avaliação do Conselho de Administração são agrupados em:

- (a) Separação de papéis e relacionamento entre Conselho de Administração e Diretoria Executiva;
- (b) Atribuições e papéis do Conselho de Administração;
- (c) Composição e dedicação;
- (d) Atuação dos membros;
- (e) Funcionamento e processos;
- (f) Comitês de assessoramento;
- (g) Ética, governança e sustentabilidade;
- (h) Presidência do Conselho de Administração;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(i) Contexto e atual momento; e

(j) Avaliação geral.

Por sua vez, os mecanismos de avaliação de desempenho da Diretoria, como órgão colegiado e de seus membros individualmente, são os seguintes:

(a) exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;

(b) contribuição para o resultado do exercício; e

(c) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo. Já o Diretor Presidente será avaliado de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com a estratégia da Companhia.

iii. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até a data deste Formulário de Referência, tais serviços de assessoria externa não haviam sido contratados.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflitos de interesses, aplicando à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

(d) Por órgão:

iv. Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável.

(e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Atualmente, a Companhia não possui objetivos, compromissos ou políticas formais relativas à diversidade em seus órgãos de administração. Entretanto, a Companhia permanece atenta e sensível ao tema, levando-o em consideração para a formação de lideranças diversas e composição de seus órgãos da administração.

(f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Para além dos mecanismos para gerenciamento de riscos e das políticas descritas no item 5 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui mecanismos específicos para a avaliação, gerenciamento e supervisão de riscos e oportunidades relacionados ao clima. Adicionalmente, a Companhia entende que tais riscos e oportunidades são considerados pela sua administração no âmbito da orientação e condução dos negócios da Companhia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	2	8	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	7
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	0	0	0	0	0	0	10

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	7
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 10	0	0	10

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Conselho de Administração: em relação especificamente ao conselho de administração, indicar

(a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração Comitê de Auditoria

Comitê de Auditoria

Atualmente a Companhia não possui Comitê de Auditoria instalado. Os membros do Comitê de Auditoria Não Estatutário da Companhia terão seus mandatos iniciados a partir da realização de uma oferta pública inicial de ações da Companhia.

Quando instalado, competirá ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- (a) Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (b) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (c) Avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (d) Acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (e) Supervisionar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- (f) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; e
- (g) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (h) Receber e tratar informações, inclusive sigilosas, acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, atentando para a proteção do denunciante e a confidencialidade da informação.

Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (i) as reuniões realizadas, suas atividades, os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

(b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria a avaliação do trabalho da auditoria independente, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas no item acima.

(c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui um canal próprio para recebimento de críticas relacionadas a temas e práticas ASG, mas dispõe de canal de denúncias, por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem relatar dúvidas e relatos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética da Companhia e da legislação vigente, inclusive em relação às matérias ASG previstas no Código de Ética, através do endereço (<https://www.canalconfidencial.com.br/bionexo/>).

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome CARLOS EDUARDO ANNINBELLI BARON **CPF:** 058.904.499-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 28/02/1986

Experiência Profissional: Carlos Eduardo A. Baron é economista formado pela FAE Business School em Curitiba e possui MBA pela IE Business School na Espanha. Carlos é um profissional com 17 anos de experiência, no Brasil e na Europa, tendo atuado por cerca de 7 anos em diversas áreas financeiras da antiga ALL – América Latina Logística (atual Rumo Logística S.A.), por 8 anos na Restaurant Brands International (RBI), onde foi CFO da EMEA (Europa, Oriente Médio e África) e CEO do Burger King Alemanha, e por 2 anos como CFO da MadeiraMadeira. O Sr. Carlos Eduardo Anninbelli Baron não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/05/2026	AGO 2029	Diretor Financeiro		26/05/2026		03/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome DARREN JASON ABRACHAMSON

CPF: 000.000.000-00

Passaporte: 505739631

Nacionalidade: Estados Unidos

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 25/04/1981

Experiência Profissional:

O Sr. Abrahamson ingressou na BN XO BCTO em 2005 e é Diretor Administrativo da equipe BN XO BCTO Tech Opportunities. Antes de sua função atual, o Sr. Abrahamson foi Diretor Administrativo na Vertical de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações e membro da equipe de Private Equity da América do Norte. O Sr. Abrahamson trabalhou nos escritórios de Boston e Londres e se concentra em investimentos nos setores de software, cibersegurança, serviços de informação e tecnologia financeira. O Sr. Abrahamson cursou MBA da Harvard Business School, onde foi bolsista da Baker Scholar. Ele se formou com honra em economia pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia.O Sr. Abrachamson não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Não	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome DIMITRIUS ROGERIO DE OLIVEIRA **CPF:** 149.098.998-63 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 04/02/1973

Experiência Profissional: O Sr. Dimitrius Possui mais de 30 anos de experiência nos setores de tecnologia e serviços, nos quais liderou atividades de vendas, pós-vendas e operações. Na Atento, desde 2018, atuou como Diretor Regional no Brasil e, posteriormente, como Diretor Regional para a América do Sul, sendo nomeado CEO em 2022. Anteriormente, foi vice-presidente de operações da Mutant, fornecedora líder de soluções digitais de CX no Brasil. Também foi Diretor Comercial Global da Atento e Diretor de Negócios Multissetor Brasil, entre 2015 e 2017. O executivo acumula passagem ainda por empresas nacionais e multinacionais como Contax, Lucent, Avaya, Ericsson, Nokia-Siemens e Genesys. Dimitrius é formado em engenharia elétrica pela Universidade de Mogi das Cruzes no Brasil, MBA em Marketing pela ESPM – Escola de Propaganda e Marketing. Possui também especialização em construção e liderança de organizações centradas no cliente pela Harvard Business School, especialização em Digital Transformation pela IE Business School, além de especialização em Liderança pela Business School São Paulo (BSP). Declara ainda que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, a qualquer condenação em processo administrativo perante a CVM, o BACEN ou a SUSEP, nem a qualquer condenação final e irrecorrível, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para o exercício de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Sim	02/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome JOSIMAR GOMES

CPF: 098.629.406-38

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 13/09/1989

Experiência Profissional:

Graduou-se em Ciências da Computação pela Universidade Paulista (UNIP-SP) em 2012 e adquiriu o título de pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP em 2015. Consolidou sua carreira na Bionexo, empresa da qual faz parte desde 2015, atuando em diversas funções-chave dentro do campo das finanças, ascendendo gradualmente para posições de liderança até alcançar a diretoria em 2020. Com experiência em áreas e temas como planejamento financeiro e comercial, pricing, controladoria e tesouraria, participou ativamente de processos de fundraising, auditoria, IPO, M&A, captação de dívida, estruturação de processos, times e áreas, estratégias de precificação e implantação de soluções de tecnologia. O Sr. Josimar Gomes não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/05/2026	AGO 2026	Outros Diretores	Diretor de Relações com Investidores e Diretor de M&A	26/05/2026		30/12/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MARCELO PECHINHO HALLACK

CPF: 085.753.937-07

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 02/05/1981

Experiência Profissional:

Fundador da Prisma Capital (em 2017), uma gestora de investimentos alternativos. Antes disso, foi sócio do Banco BTG Pactual entre 2008 e 2016 e Head da divisão de Private Equity (2015-2016), onde participou e liderou investimentos e foi conselheiro de diversas empresas, incluindo Estapar, Rede D'Or São Luiz e Eneva. Antes, Marcelo trabalhou em private equity na Kohlberg Kravis Robert (NY) de 2006 a 2008, e também trabalhou na divisão de Investment Banking da Goldman Sachs (NY) entre 2003 e 2006. Marcelo é graduado em economia por Stanford University. O Sr. Marcelo Pechinho Hallack não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Vice Presidente Cons. de Administração		02/04/2026	Sim	30/12/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MARIANA MOURA WYATT **CPF:** 315.989.168-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 03/06/1982

Experiência Profissional: Graduada em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getulio Vargas com MBA pela Columbia Business School. A Mariana iniciou sua carreira na área de Fusões e Aquisições do Banco ABN AMRO. Em 2006, juntou-se ao time do Citi, onde participou de diversos projetos de fusões e aquisições e de mercado de capitais. De 2011 a 2013, trabalhou na mesma área pelo Goldman Sachs de onde saiu para juntar-se a Temasek Brasil Consultoria e Participações Ltda, uma subsidiária integral da Temasek Holding (Private) Limited (“Temasek”). A Mariana é Diretora de Investimentos da Temasek, Membro do Conselho de Administração da Bionexo, Membro Observador do Conselho de Administração da SimCo e Membro do Comitê Estratégico da Smartfit. Ela também foi Membro do Comitê de Finanças do Burger King do Brasil. A Sra. Mariana Moura Wyatt não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Não	30/12/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MAURICIO DE LAZZARI BARBOSA **CPF:** 074.797.828-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 14/12/1960

Experiência Profissional: É formado em engenharia de produção pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Atuou na indústria farmacêutica Merck Sharp & Dohme (MSD) por 13 anos, chegando a Diretor de Operações. É co- fundador da Bionexo e liderou ativamente o processo de crescimento da Companhia ao longo dos últimos 20 anos. Em 2019, Maurício fundou a Apus Capital que tem como foco investir em soluções e projetos de saúde onde existe potencial de combinação estratégica entre Saúde e Health tech. O Sr. Mauricio de Lázzari Barbosa não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Presidente do Conselho de Administração		02/04/2026	Não	30/12/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome MICHAEL PATRICK GRANDFIELD **CPF:** 000.000.000-00 **Passaporte:** 548623216 **Nacionalidade:** Estados Unidos **Profis são:** Executivo **Data de Nascimento:** 10/06/1988

Experiência Profissional: O Sr. Grandfield ingressou na Bain Capital em 2012 e atua como Partner na equipe de Bain Capital Tech Opportunities. O Sr. Grandfield trabalha no escritório de Boston e concentra-se em investimentos em software, TI para saúde e tecnologia financeira. O Sr. Grandfield estudou na University of Virginia, onde foi um Echols Scholar e recebeu um BS in Commerce with distinction. O Sr. Grandfield não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara ainda que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, a qualquer condenação criminal, a qualquer condenação em processo administrativo perante a CVM, o BACEN ou a SUSEP, nem a qualquer condenação final e irreversível, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para o exercício de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Sim	02/04/2026

Nome MICHEL DAVID FREUND **CPF:** 237.897.418-33 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 18/06/1969

Experiência Profissional: O Sr. Freund é sócio operacional da BNXO BCTO Private Equity, trabalha extensivamente no Brasil, apoiando o portfólio local da BNXO BCTO e avaliando novas oportunidades. Antes de ingressar na BNXO BCTO Private Equity, Michel esteve na CVC Capital Partners, onde foi membro sênior da Equipe de Operações, atuou como Diretor Associado na McKinsey & Company, onde se concentrou no crescimento viabilizado pela tecnologia e nas transformações operacionais nas indústrias da FIG, farmacêutica, transporte e mídia. O Sr. Freund iniciou sua carreira no Grupo L'Oréal, foi promovido a vice-presidente de marketing na plataforma de terceirização online Smarterwork e vice-presidente de vendas e marketing das Américas na software house LocatioNet. O Sr. Freund formou-se com honra no mestrado em Engenharia Comercial pela Solvay Business School em Bruxelas e possui MBA pela Harvard Business School. O Sr. Michel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Não	23/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RODRIGO CURY SAMPAIO DE MIRANDA PAVAN

CPF: 354.277.468-54

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 02/06/1986

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getúlio Vargas. Rodrigo iniciou sua carreira na área de Banco de Investimento do Merrill Lynch, em 2006, focado em operações de fusões e aquisições e mercado de capitais. Em 2008, foi contratado para a área de Private Equity do BTG (que, após a aquisição do Pactual, passou a se chamar Banco BTG Pactual), onde trabalhou por quase 10 anos. No BTG Pactual, Rodrigo participou de transações em diferentes setores, incluindo saúde, varejo, industrial e de serviços, até sair da instituição no início de 2017. Após a aquisição da Bionexo pela Prisma Capital em março de 2017, foi trabalhar na companhia à frente da área Comercial e de Novos Negócios, até retornar à gestora em abril de 2019.

Hoje, é sócio da Prisma Capital, membro do Comitê de Investimentos, e conselheiro da Petromais. O Sr. Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Sim	30/12/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome SOLANGE PLEBANI

CPF: 947.618.099-49

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administradora

Data de Nascimento: 03/03/1977

Experiência Profissional:

Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), possui MBA em Administração de Empresas pela Univali, MBA em Marketing pela FURB, mestrado em Administração de Empresas pela FURB e programa executivo pelo MIT. Possui 25 anos de experiência em tecnologia de informação em saúde. Foi sócia da empresa de tecnologia Wheb Sistemas, a qual desenvolveu o sistema de gestão em saúde Tasy (2001-2010). Após a venda da Wheb Sistemas para a Philips, se tornou executiva da empresa, sendo líder do negócio de software na América Latina até 2015, em seguida assumiu a posição de liderança global da categoria de EMR, em seguida do portfólio de software clínico, além de acumular a posição de Head de Inovação de Software (2015 – 2021). Atualmente, é membro suplente independente do nosso Conselho de Administração. A Sra. Solange não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	26/05/2026	AGO 2029	Diretor Presidente / Superintendente		26/05/2026		05/08/2025
Conselho de Administração	02/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		02/04/2026	Sim	02/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: ALINE CRISTINA LIMA KÜNZEL

CPF: 319.767.828-13

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dora de
Empresas

**Data de Nas
cime
nto:** 04/10/1983

Experiência Profissional:

Co-fundadora da 23S Capital, uma casa de investimentos de Private Equity. Seu primeiro fundo tem Votorantim S.A. e Temasek como investidores. Integrante da equipe que lidera e executa políticas de governança e compliance. Responsável pelo relacionamento institucional com Votorantim e Temasek. Responsável pelas áreas financeira e tributária, incluindo definição de processos, políticas e estruturação de investimentos (mercados de capitais e privado) minoritários em empresas de alto crescimento. Na Temasek International, responsável pelo departamento financeiro e governança dos escritórios da Temasek no Brasil e Bruxelas. Membro-chave do projeto de implantação do sistema Workday globalmente. Responsável pela estruturação financeira e tributária de investimentos (mercados de capitais e privado) minoritários em empresas de alto crescimento. Experiência: MedSênior: investimento minoritário em um plano de saúde para a população sênior. Membro do Comitê Financeiro. Argo: investimento minoritário em um projeto de transmissão de energia. Integrante da equipe que realizou o investimento e o desinvestimento via venda privada. BKB: investimento minoritário na master franquía do Burger King no Brasil. Integrante da equipe que realizou o investimento e o desinvestimento via mercado de capitais. Hidrovias do Brasil: investimento minoritários em uma empresa de soluções logísticas integradas. Integrante da equipe que realizou o desinvestimento via mercado de capitais. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027			28/04/2025	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

JOAQUIM PEDRO ANDRES RIBEIRO

CPF:

002.272.786-82

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Empresário

Data de Nascimento:

06/12/1975

Experiência Profissional:

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro formou-se na Universidade de Harvard, em Cambridge, Estados Unidos em 1998. Trabalha no Grupo Technos desde 2008 ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027	Comitê de Gente e Governança		28/04/2025	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: LUÍS OTÁVIO MATIAS MORALES

CPF: 299.398.358-09

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Advogado

Data de Nascimento: 20/01/1981

Experiência Profissional:

Advogado - Diretor Jurídico & Compliance - Executivo Jurídico e membro de comitês de assessoramento à alta liderança e Conselhos de Administração. Graduado em Direito pela Universidade Paulista, com LL.M. Direito Societário pelo Insper. Vivência profissional em empresas multinacionais (Grupo sueco Sandvik - indústria metalúrgica; Kelly Group - empresa norte-americana de recrutamento, seleção e outsourcing). Ocupa a posição de Diretor Jurídico & Compliance na Bionexo desde março de 2021. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027			28/04/2025	30/04/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027	Comitê de Gente e Governança		28/04/2025	28/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: MARIANA MOURA WYATT

CPF: 315.989.168-23

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dora

**Data de Nas
cime
nto:** 03/06/1982

Experiência Profissional:

Graduada em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getulio Vargas com MBA pela Columbia Business School. A Mariana iniciou sua carreira na área de Fusões e Aquisições do Banco ABN AMRO. Em 2006, juntou-se ao time do Citi, onde participou de diversos projetos de fusões e aquisições e de mercado de capitais. De 2011 a 2013, trabalhou na mesma área pelo Goldman Sachs de onde saiu para juntar-se a Temasek Brasil Consultoria e Participações Ltda, uma subsidiária integral da Temasek Holding (Private) Limited (“Temasek”). A Mariana é Diretora de Investimentos da Temasek, Membro do Conselho de Administração da Bionexo, Membro Observador do Conselho de Administração da SimCo e Membro do Comitê Estratégico da Smartfit. Ela também foi Membro do Comitê de Finanças do Burger King do Brasil. A Sra. Mariana Moura Wyatt não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027	Comitê de Gente e Governança		28/04/2025	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: PATRÍCIA PIÑERO DE SOUZA

CPF: 028.022.327-70

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Diretora de Gente e Gestão

Data de Nascimento: 17/02/1974

Experiência Profissional:

Executiva de Recursos Humanos com + 25 anos de experiência generalista, com carreira construída em organizações de médio e grande porte, nacionais e multinacionais de capital aberto, nos setores de tecnologia e serviço de meios de pagamento, telecomunicações e identificação, e em indústria automotiva, atuando nos mais diversos subsistemas de RH, em cargos de responsabilidade ascendente, acrescidas de exposição nacional, regional e global. Graduada em Psicologia, com MBA em Recursos Humanos e formação internacional em coaching pela Lambent (membro da ICC – International coaching Community). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027	Comitê de Gente e Governança		28/04/2025	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:RAFAEL KELLERMANN BARBOSA

CPF:331.524.408-12

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Economista

Data de Nascimento:13/02/1985

Experiência Profissional:

Graduado em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina, possui mestrado em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP e MBA pela Darden School of Business, na Universidade da Virgínia. Antes da Bionexo, trabalhou como consultor de projetos do Banco Mundial na Amazônia brasileira por quatro anos, sendo responsável pela implementação e monitoramento de políticas públicas de saúde e desenvolvimento social. No setor privado, atuou na Bessemer Venture Partners em investimentos com mais de US\$5 bilhões em ativos e como Consultor de Inovação para o IIC (Inter-American Investment Corporation). Ingressou na Bionexo em 2015 como Gerente de Novos Negócios e depois liderou o time de Produtos por dois anos, antes de ser nomeado CEO, em janeiro de 2019. O Sr. Rafael Kellermann Barbosa é atualmente Presidente do Conselho Fiscal de entidade beneficente CEBUDV Núcleo Lupunamanta. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027			28/04/2025	30/04/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027	Comitê de Gente e Governança		28/04/2025	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: RODRIGO CURY
SAMPAIO DE MIRANDA
PAVAN

CPF: 354.277.468-54

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dor

**Data de Nas
cime
nto:** 02/06/1986

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pela EAESP - Fundação Getúlio Vargas. Rodrigo iniciou sua carreira na área de Banco de Investimento do Merrill Lynch, em 2006, focado em operações de fusões e aquisições e mercado de capitais. Em 2008, foi contratado para a área de Private Equity do BTG (que, após a aquisição do Pactual, passou a se chamar Banco BTG Pactual), onde trabalhou por quase 10 anos. No BTG Pactual, Rodrigo participou de transações em diferentes setores, incluindo saúde, varejo, industrial e de serviços, até sair da instituição no início de 2017. Após a aquisição da Bionexo pela Prisma Capital em março de 2017, foi trabalhar na companhia à frente da área Comercial e de Novos Negócios, até retornar à gestora em abril de 2019. Hoje, é sócio da Prisma Capital, membro do Comitê de Investimentos, e conselheiro da Petromais. O Sr. Rodrigo Cury Sampaio de Miranda Pavan não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027			28/04/2025	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: SOLANGE PLEBANI

CPF: 947.618.099-49

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dora

**Data
de
Nas
cime
nto:** 03/03/1977

Experiência Profissional:

Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), possui MBA em Administração de Empresas pela Univali, MBA em Marketing pela FURB, mestrado em Administração de Empresas pela FURB e programa executivo pelo MIT. Possui 25 anos de experiência em tecnologia de informação em saúde. Foi sócia da empresa de tecnologia Wheb Sistemas, a qual desenvolveu o sistema de gestão em saúde Tasy (2001-2010). Após a venda da Wheb Sistemas para a Philips, se tornou executiva da empresa, sendo líder do negócio de software na América Latina até 2015, em seguida assumiu a posição de liderança global da categoria de EMR, em seguida do portfólio de software clínico, além de acumular a posição de Head de Inovação de Software (2015 – 2021). Atualmente, é membro suplente independente do nosso Conselho de Administração. A Sra. Solange não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	05/08/2025	AGO de 2027			05/08/2025	05/08/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/08/2025	AGO de 2027	Comitê de Gente e Governança		05/08/2025	05/08/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: VINICIUS MAZZOLA POLI DE FIGUEIREDO

CPF: 444.085.148-70

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 06/02/1997

Experiência Profissional:

Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo – USP. Vinicius iniciou sua carreira no time de investimentos da Temasek no Brasil, onde trabalhou de 2018 a 2022. Em 2022, juntou-se ao time da 23S Capital como Vice Presidente de Investimentos, posição que ocupa atualmente. Vinicius é Membro do Comitê de Finanças da Vitru, Membro dos Comitês de Finanças e Tecnologia da MedSênior e Membro do Comitê de Finanças da Bionexo. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN e da SUSEP, e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2025	AGO 2027			28/04/2025	30/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MAURICIO DE LAZZARI BARBOSA	074.797.828-02	BIONEXO S.A	04.069.709/0001-02	
Membro efetivo do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RAFAEL KELLERMANN BARBOSA	331.524.408-12	BIONEXO S.A	04.069.709/0001-02	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Diretor Presidente.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
N/A				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

RODRIGO CURY SAMPAIO DE MIRANDA PAVAN	354.277.468-54	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

PRISMA CAPITAL LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.

Administrador do Emissor

MARIANA MOURA WYATT	315.989.168-23	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.	00.000.000/0000-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O membro do conselho de administração da Companhia tem relação de subordinação com a 23S Capital que é prestadora de serviços da ORJEN INVESTMENTS PTE. LTDA., acionista da Companhia.

Administrador do Emissor

MAURICIO DE LAZZARI BARBOSA	074.797.828-02	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

APUS PARTICIPAÇÕES S.A.	03.381.364/0001-57		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO PECHINHO HALLACK	085.753.937-07	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRISMA CAPITAL LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

Exercício Social 31/12/2024

<u>Administrador do Emissor</u>			
RODRIGO CURY SAMPAIO DE MIRANDA PAVAN	354.277.468-54	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRISMA CAPITAL LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARIANA MOURA WYATT	315.989.168-23	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.	00.000.000/0000-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
O membro do conselho de administração da Companhia tem relação de subordinação com a 23S Capital que é prestadora de serviços da Orjen INVESTMENTS PTE. LTD., acionista da Companhia.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURICIO DE LAZZARI BARBOSA	074.797.828-02	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
APUS PARTICIPAÇÕES S.A.	03.381.364/0001-57		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO PECHINHO HALLACK	085.753.937-07	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRISMA CAPITAL LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia			

Exercício Social 31/12/2023

<u>Administrador do Emissor</u>			
RODRIGO CURY SAMPAIO DE MIRANDA PAVAN	354.277.468-54	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PRISMA CAPITAL LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
MARIANA MOURA WYATT	315.989.168-23	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ORJEN INVESTMENTS PTE. LTD.	00.000.000/0000-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O membro do conselho de administração da Companhia tem relação de subordinação com a 23S Capital que é prestadora de serviços da Orjen INVESTMENTS PTE. LTD., acionista da Companhia.			
Administrador do Emissor			
MAURICIO DE LAZZARI BARBOSA	074.797.828-02	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
APUS PARTICIPAÇÕES S.A.	03.381.364/0001-57		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
MARCELO PECHINHO HALLACK	085.753.937-07	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
PRISMA CAPITAL LTDA	27.451.028/0001-00		
N/A	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A Prisma Capital faz a gestão do PRISMA BAZAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, um dos acionistas controladores da Companhia			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, com cobertura para a Companhia, controladas e subsidiárias, cujo limite máximo de garantia é de R\$ 20 milhões.

Em 29 de janeiro de 2026, a Companhia negociou a renovação do seguro, mantendo o limite máximo de garantia em R\$ 20 milhões, tendo sido estabelecido o prêmio em R\$ 25.828,56, cuja vigência encerrará em 29 de janeiro de 2027.

A Companhia entende ser do seu melhor interesse a contratação de cobertura securitária para pagamento ou reembolso das quantias devidas ou pagas a terceiros a título de indenizações no âmbito de reclamações contra seus administradores, visto que - diante da maior previsibilidade quanto às consequências pessoais a que estejam sujeitos em virtude do exercício de suas atribuições - espera atrair melhores profissionais para os cargos e conferir-lhes maior independência para o exercício de suas funções, dando-lhes os instrumentos necessários à tomada de decisões baseadas no melhor interesse da Companhia.

A Companhia não prestou compromisso de indenidade em benefício de seus diretores e administradores.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos três últimos exercícios sociais e do exercício social em curso: (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGOE	29/04/2026	100%	Não
AGE	28/04/2026	100%	Não
AGE	02/04/2026	100%	Não
AGE	27/02/2026	100%	Não
AGE	23/01/2026	100%	Não
AGE	05/08/2025	100%	Não
AGE	30/05/2025	100%	Não
AGOE	28/04/2025	100%	Não
AGE	06/03/2025	100%	Não
AGE	20/02/2025	100%	Não
AGOE	30/04/2024	100%	Não
AGE	11/10/2023	100%	Não
AGE	18/09/2023	100%	Não
AGOE	28/04/2023	100%	Não
AGE	31/03/2023	100%	Não
AGE	31/03/2023	100%	Não

Melhores práticas de governança corporativa segundo o IBGC

O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Remuneração: descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de remuneração formalmente aprovada. Apesar disso, a Companhia adota como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar o Pessoal-Chave da Administração na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciam o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos ao Pessoal-Chave da Administração.

Por meio de suas diretrizes e práticas de remuneração, a Companhia busca alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado, evitando conflitos de interesses.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, bem como a calibração dos critérios para eventual pagamento de bônus anual ou premiação aos Diretores de acordo com os critérios pré-estabelecidos.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os administradores poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características. O Conselho de Administração pode solicitar pesquisas de mercado de consultorias especializadas no tema, para auxiliar na análise das práticas de remuneração não só do segmento de atuação da Companhia, mas também de outros setores e ainda contar com informações comparadas de outras companhias abertas que atuem no mesmo segmento ou de mesmo porte para subsidiar sua decisão.

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associadas ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição. A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que o pagamento de remuneração variável baseada em indicadores financeiros alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da empresa, à medida que estão engajados com a cultura para os resultados positivos e crescimento da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração fixa e variável dos Administradores são revisadas pelo Conselho de Administração e em sede de Assembleia Geral, anualmente, de forma a mantê-las adequadas às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

c) Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor Conselho de Administração**

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa, que tem como objetivo a remuneração direta pelos serviços prestados, sendo revista anualmente, a critério da Assembleia Geral, sendo adequada às práticas de mercado, quando aplicável; (ii) para determinados membros do Conselho de Administração, plano de assistência médica, sendo esse opcional e assistência odontológica. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa que tem como objetivo a remuneração direta pelos serviços prestados, sendo revista e atualizada anualmente, a critério do Conselho de Administração, sendo adequada às práticas de mercado, para posições de complexidade similar, quando aplicável; (ii) remuneração variável, composta por bônus, anual e baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos anualmente, que têm como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais de mercado, ajustada de acordo com desempenho da companhia e individual sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) remuneração baseada em ação, composta pelo plano de Phantom Shares, conforme descritos no item 8.4; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica aos diretores e dependentes cobertos, vale refeição, auxílio creche, celular, estacionamento e seguro de vida.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não está instalado. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, os membros receberão somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Os membros dos Comitês não são remunerados.

Diretoria Não-Estatutária

Os membros da Diretoria não-estatutária têm sua remuneração dividida em: (i) remuneração fixa alinhada às práticas de mercado para posições de complexidade similar; (ii) remuneração variável, composta por bônus anual e baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos anualmente, que têm como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais de mercado, ajustada de acordo com desempenho da companhia e individual sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado; (iii) remuneração baseada em ação, composta pelo plano de Phantom Shares, conforme descritos no item 8.4; e (iv) pacote de benefícios composto de plano de assistência médica, odontológica aos diretores e dependentes cobertos, vale refeição, auxílio creche, celular, estacionamento e seguro de vida.

8.1 Política ou prática de remuneração

- sua proporção na remuneração total nos três últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

Exercício Social de 2025	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	82%	18%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	42%	04%	27%	27%	100%
Diretoria Não Estatutária	56%	09%	25%	10%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Exercício Social de 2024	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	85%	15%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	85%	10%	0%	5%	100%
Diretoria Não Estatutária	81%	11%	3%	6%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%
Exercício Social de 2023	Remuneração Fixa	Benefícios diretos e indiretos	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações (incluindo opções)	Total
Conselho de Administração	86%	14,8%*	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	69%	9%	24%	0%	100%
Diretoria Não Estatutária	66%	9%	11%	2%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

* Nota: 14,8% da linha dos benefícios diretos e indiretos da diretoria não estatutária refere-se a benefícios mantidos após a saída devido pacote de desligamento.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral Ordinária, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração tem a competência de determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, conforme definido no parágrafo anterior, além de avaliar a prática de mercado aplicável.

O Conselho de Administração vincula a remuneração variável da Diretoria Executiva a resultados, incluindo metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor para a Companhia no longo prazo, conforme descrito no “item c” abaixo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não é baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos administradores será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A Diretoria Estatutária e a Diretoria Não Estatutária possuem também uma parcela variável que está vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração fixa mensal não está baseada em desempenho individual dos Administradores, mas em práticas e pesquisas de mercado.

Apenas a remuneração variável paga à Diretoria referente ao Bônus é baseada em indicadores de desempenho e estratégicos. Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração variável são: desempenho individual e metas corporativas atreladas aos resultados da Companhia, que são estabelecidas previamente quando da elaboração do orçamento anual.

Os indicadores estratégicos, por sua vez, são: (i) ARR (*Annual Recurring Revenue*); (ii) indicadores de EBITDA, sendo que o EBITDA é o gatilho determinante para o pagamento da remuneração variável a todos os colaboradores da Companhia e à Diretoria; (iii) Churn (taxa de cancelamento de ARR). Além destes, o CFO possui os indicadores: (i) Expansão de ARR via repasse de inflação e reajuste; (ii) volume transacionado no produto Biopay; (iii) Margem Ebitda pré-bônus; Além dos indicadores estratégicos, o CEO possui o indicador de Volume Transacionado empresa como um todo.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros dos Comitês não recebem remuneração pela Companhia, uma vez que já recebem por outros cargos ocupados na Companhia e não há remuneração adicional em razão da participação em Comitês.

Ainda, determinados membros do Conselho de Administração não são remunerados, uma vez que são representantes dos acionistas controladores.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conforme tratado no Item 8.4 abaixo, a Companhia possui um plano de incentivo na modalidade *Performance Phantom Shares* ("Plano de Incentivo"), em que alguns membros da Diretoria (estatutária e não estatutária, a depender do programa) e alguns colaboradores chave são beneficiários. Esse programa possui disposições específicas que condicionam a realização de eventos de liquidez da Companhia ou alteração de controle acionário da Companhia à antecipação do recebimento de bônus ou aquisição de ações, conforme o caso, pelos respectivos beneficiários. Para mais informações, vide item 8.4 deste Formulário Referência.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00		11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	3.611.433,60		4.691.433,60
Benefícios direto e indireto	307.132,00	275.629,10		582.761,10
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.305.634,67		2.305.634,67
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram definidos de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram definidos de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.387.132,00	6.192.697,37		7.579.829,37

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	2,58		10,58
Nº de membros remunerados	4,00	2,58		6,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	2.227.176,49		3.307.176,49
Benefícios direto e indireto	192.373,44	258.486,22		450.859,66
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.967.469,72		1.967.469,72
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.954.667,17		1.954.667,17
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram definidos de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram definidos de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.272.373,44	6.407.799,60		7.680.173,04

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	2,58		10,58
Nº de membros remunerados	4,00	2,58		6,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	2.227.176,49		3.307.176,49
Benefícios direto e indireto	192.373,44	258.486,22		450.859,66
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	120.000,00		120.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.272.373,44	2.605.662,71		3.878.036,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00		11,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	1.831.620,32		2.911.620,32
Benefícios direto e indireto	175.849,74	182.462,99		358.312,73
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	647.965,74		647.965,74
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram definidos de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foram definidos de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.255.849,74	2.662.049,05		3.917.898,79

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	3,00		11,00
N° de membros remunerados	0,00	3,00		3,00
Esclarecimento	Não há			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1152817,34		1.152.817,34
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3458452,01		3.458.452,01
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2305634,67		2.305.634,67
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2305634,67		2.305.634,67
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	2,58		10,58
N° de membros remunerados	0,00	2,58		2,58
Esclarecimento	Não há remuneração variável prevista.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	983919,84		983.919,84
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2951759,52		2.951.759,52
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1967839,68		1.967.839,68
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1967469,72		1.967.469,72
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	2,58		10,58
N° de membros remunerados	0,00	2,58		2,58
Esclarecimento	Não há remuneração variável prevista.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	765254,81		765.254,81
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2295764,42		2.295.764,42
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1530509,61		1.530.509,61
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00

Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
--	------	------	--	------

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00		11,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,58		2,58
Esclarecimento	Não há remuneração variável prevista.			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	597517,22		597.517,22
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1792551,65		1.792.551,65
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1195034,43		1.195.034,43
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações: em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) Termos e condições gerais

Plano de Incentivo 2024

Em 30 de abril de 2024, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a criação do Programa de Pagamento Baseado em Instrumentos Patrimoniais com Liquidação em Caixa - *Phantom Shares* (“Plano de Incentivo 2024” ou “Plano”), baseado na modalidade de Performance *Phantom Shares*, sendo elegíveis para a outorga de ações fictícias (“*Phantom Shares*”) os profissionais selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração, dentre os administradores, empregados e prestadores de Serviços da Companhia e de suas controladas (“Elegíveis ao Incentivo”).

O Plano de Incentivo 2024 tem por objeto a outorga, aos Participantes, de direito ao recebimento de bônus pecuniário calculado com base na valorização da Companhia, apurada na forma da Cláusula 3.10 do Plano de Incentivo 2024, desde que haja evento de liquidez, observados os requisitos e as condições previstas no Plano de Incentivo 2024 e as definições do Conselho de Administração para cada um dos Participantes (“Incentivo”).

São objetivos do Plano de Incentivo 2024: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais, das metas empresariais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo ao Participante receber o Incentivo, nos termos, condições e modos previstos neste Plano, incentivando dessa forma a integração dos Participantes à Companhia e o alinhamento dos interesses de administradores, empregados e acionistas da Companhia; e (ii) possibilitar à Companhia a contratação e manutenção de administradores, executivos, empregados, membros de órgãos técnicos ou consultivos, prestadores de serviços relevantes e consultores, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se beneficiarem com a valorização da Companhia e auferirem vantagem financeira.

É premissa declarada do Plano de Incentivo 2024, aceita pelos Participantes, de que a outorga do Incentivo envolve risco mútuo (assumido pela Companhia e pelos Participantes), atrelado à ocorrência ou não de valorização da Companhia e a um decurso de tempo razoável em que situações não previsíveis podem ocorrer.

A Companhia poderá, a qualquer momento, independentemente de qualquer formalidade, inclusive de aviso ou de notificação, realizar quaisquer atos societários, envolvendo uma ou mais reorganizações societárias, de qualquer natureza, e substituir as Ações, como referência para o cálculo do Bônus, por quaisquer outros valores mobiliários de sociedade (i) que controle ou que absorva a Companhia ou (ii) que seja controlada pela Companhia. O Plano de Incentivo 2024, igualmente, não impedirá a realização de qualquer operação de Oferta Pública Inicial de Ações (“IPO”) que vier a envolver a Companhia no futuro, que não precisará de qualquer autorização, de qualquer natureza, dos Participantes.

O Conselho de Administração aprovará, a seu exclusivo critério, dentre os indicados pelo Diretor Presidente e elegíveis ao do Plano de Incentivo 2024, os Participantes e as respectivas quantidades de *Phantom Shares* em cada um dos Incentivos outorgados, bem como indicará como será calculado o Bônus para cada um dos Participantes, na forma deste Plano.

A adesão dos Participantes ao Programa ocorre mediante celebração, com a Companhia, de Contrato de Outorga, que estabelece as condições para aquisição dos direitos às *Phantom Shares*, inclusive a Condição de Serviço e, consequentemente, ao Prêmio, observados os termos e condições previstos no Plano de Incentivo 2024.

Os Contratos de Outorga relativos ao Plano de Incentivo 2024 foram celebrados entre os meses de agosto e setembro de 2024, após deliberação do Conselho de Administração acerca dos beneficiários e das condições aplicáveis às respectivas outorgas.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Incentivo 2024 foi aprovado na reunião do conselho de administração, realizada em 29 de fevereiro de 2024 e na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia e tampouco há qualquer limitação prevista.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não serão outorgadas opções de compra de ações da Companhia.

(e) Condições de aquisição de ações

Plano de Incentivo

Muito embora o Plano de Incentivo não preveja a “aquisição de ações”, uma vez recebida a outorga do incentivo, o Participante somente poderá fazer jus ao recebimento do Bônus ou Prêmio se tiver permanecido como administrador, empregado ou colaborador/prestador de serviços da Companhia durante todo o “Período de Vesting” ou do “Prazo de Carência” do respectivo incentivo, ininterruptamente, até o exercício do incentivo e o recebimento do Bônus ou Prêmio.

Conforme definido no Plano de Incentivo 2024, além do cumprimento de outras condições e obrigações previstas no Plano de Incentivo 2024, notadamente o disposto na Cláusula 10 do Plano de Incentivo 2024, o Participante estará apto ao exercício do Incentivo nas seguintes hipóteses:

(i) Se, até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting ocorrer um Evento de Liquidez que implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer integralmente o Incentivo, independentemente de ter cumprido todo o Período de Vesting. No caso de exercício do Incentivo antes do fim do Período de Vesting, por força da ocorrência de um Evento de Liquidez, a notificação referida na Cláusula 3.8 do Plano de Incentivo 2024, deverá ser enviada dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do Evento de Liquidez. Caso contrário, o Participante deverá aguardar o fim do Período de Vesting para poder exercer o Incentivo; ou

(ii) Se, até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting ocorrer Evento de Liquidez que não implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer parcialmente o Incentivo, proporcionalmente ao percentual de Ações de titularidade dos Controladores que forem Alienadas naquele Evento de Liquidez (i.e., se o Evento de Liquidez acarretar Alienação de 50% das Ações de titularidade dos Controladores, então, o Participante poderá exercer o Incentivo sobre 50% de suas *Phantom Shares*), no prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do Evento de Liquidez, mediante envio da notificação referida na Cláusula 3.8. Nessa hipótese, o Participante reservará o direito de exercer o Incentivo sobre as *Phantom Shares* remanescentes (não englobadas no exercício parcial do Incentivo), no caso de ocorrência de novos Eventos de Liquidez, na forma da Cláusula 3.8.1. 3.9 do Plano de Incentivo 2024.

O Bônus será calculado a partir do resultado da (i) diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial, (ii) multiplicado pelo número de *Phantom Shares* disponível ao Outorgado, observado o disposto na Cláusula 3.4 do Plano de Incentivo 2024, descontando-se, ao final, o IRPF incidente.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não prevê qualquer desembolso por parte do Participante para o recebimento das *Phantom Shares*.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os prazos de exercício previstos nos Contratos de Adesão são estabelecidos pelo Conselho de Administração e levam em consideração práticas de mercado e alinhamento de longo prazo dos interesses dos Beneficiários aos dos acionistas.

Plano de Incentivo 2024

Além do cumprimento de outras condições e obrigações previstas no Plano de Incentivo 2024, notadamente o disposto na Cláusula 10 do Plano de Incentivo 2024, o Participante estará apto ao exercício do Incentivo nas seguintes hipóteses:

(i) Se, até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting ocorrer um Evento de Liquidez que implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer integralmente o Incentivo, independentemente de ter cumprido todo o Período de Vesting. No caso de exercício do Incentivo antes do fim do Período de Vesting, por força da ocorrência de um Evento de Liquidez, a notificação referida na Cláusula 3.8 do Plano de Incentivo 2024, deverá ser enviada dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do Evento de Liquidez. Caso contrário, o Participante deverá aguardar o fim do Período de Vesting para poder exercer o Incentivo; ou

(ii) Se, até 5 (cinco) anos depois do término do Período de Vesting ocorrer Evento de Liquidez que não implique Transferência do Controle, o Participante poderá exercer parcialmente o Incentivo, proporcionalmente ao percentual de Ações de titularidade dos Controladores que forem Alienadas naquele Evento de Liquidez (i.e., se o Evento de Liquidez acarretar Alienação de 50% das Ações de titularidade dos Controladores, então, o Participante poderá exercer

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

o Incentivo sobre 50% de suas *Phantom Shares*), no prazo de até 30 (trinta) dias contados da ocorrência do Evento de Liquidez, mediante envio da notificação referida na Cláusula 3.8. Nessa hipótese, o Participante reservará o direito de exercer o Incentivo sobre as *Phantom Shares* remanescentes (não englobadas no exercício parcial do Incentivo), no caso de ocorrência de novos Eventos de Liquidez, na forma da Cláusula 3.8.1. 3.9 do Plano de Incentivo 2024.

O Bônus será calculado a partir do resultado da (i) diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial, (ii) multiplicado pelo número de *Phantom Shares* disponível ao Outorgado, observado o disposto na Cláusula 3.4 do Plano de Incentivo 2024, descontando-se, ao final, o IRPF incidente.

(h) Forma de liquidação

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia.

(i) Restrições à transferência das ações

Item não aplicável ao Plano de Incentivo, tendo em vista que não serão emitidas ações da Companhia.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano de Opções e o Plano de Incentivo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral da Companhia. Qualquer alteração da legislação e regulamentação aplicável às sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra poderá ensejar a revisão integral do Plano, observadas as disposições contidas nos respectivos programas.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de Desligamento do Beneficiário/Participante (por “Desligamento” entende-se a rescisão, encerramento ou extinção do vínculo do Beneficiário/Participante com a Companhia), os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, conforme estabelecido nos respectivos programas e contratos individuais.

Plano de Incentivo 2024

Nos termos do Plano Incentivo 2024, se, a qualquer tempo, o Participante:

(i) for desligado da Companhia ou de suas Controladas por vontade destas, sem Justa Causa ou por mútuo acordo, mediante dispensa, destituição ou rescisão unilateral ou antecipada do contrato empregatício ou de prestação de serviços pela Companhia ou por suas Controladas o Participante fará jus ao recebimento ao valor correspondente às *Phantom Shares* que já tenham se tornado exequíveis (“vested”) até a data de seu desligamento, por até 05 anos após o término do contrato, em caso de evento de liquidez. Alternativamente, a exclusivo critério e discricionariedade do Conselho de Administração, no momento de pagamento das verbas rescisórias ou devidas em razão do desligamento, poderá haver o pagamento antecipado do valor devido em razão das *Phantom Shares* exequíveis (“vested”), calculadas de acordo com o valor teórico a elas atribuído, conforme metodologia de cálculo disponibilizada no Anexo I ao Plano de Incentivo 2024.

Se, no entanto, não houver evento de liquidez em até 05 anos do término do contrato, o direito ao recebimento do valor correspondente às *Phantom Shares* de que trata o item acima estará extinto de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, Prêmio ou pagamento ao Participante. A parcela remanescente das *Phantom Shares* do Participante que não se tornaram *Phantom Shares* Exequíveis até a data de seu desligamento serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, Prêmio ou pagamento ao Participante.

O direito ao Prêmio previsto no Plano de Incentivo 2024 ficará condicionado ao cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 10.5 do Plano de Incentivo 2024 e da Condição para Pagamento do Prêmio, de modo que o Participante somente receberá o Prêmio se não tiver violado as obrigações constantes da Cláusula 10.5 do Plano de Incentivo 2024 e a Condição para Pagamento do Prêmio tiver sido cumprida, exceto se aprovado de forma diversa pelo Conselho de Administração.

(ii) vier a falecer ou sua incapacidade permanente seja declarada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS): O Participante ou seus sucessores farão jus ao recebimento ao valor correspondente às *Phantom Shares* que já tenham se tornado exequíveis (“vested”) até a data de seu desligamento, calculadas de acordo com o “fair value” a elas atribuído. A parcela remanescente das *Phantom Shares* do Participante que não se tornaram *Phantom Shares*

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Exequíveis nos termos desta Cláusula serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização, Prêmio ou pagamento ao Participante ou aos seus sucessores; ou

(iii) (a) desligar-se da Companhia ou de suas Controladas por vontade própria do Participante mediante pedido de demissão ou renúncia ao cargo ou rescisão unilateral ou antecipada pelo Participante do respectivo contrato empregatício ou de prestação de serviços, ou (b) for desligado da Companhia ou de suas Controladas por vontade da Companhia ou de suas Controladas, por Justa Causa, mediante dispensa, destituição do cargo ou rescisão motivada do contrato de prestação de serviços, todas as *Phantom Shares* Não Exequíveis e as *Phantom Shares* Exequíveis na data do seu Desligamento serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a qualquer Prêmio, indenização e/ou pagamento ao Participante.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não há plano de opções de compra de ações vigente no exercício social corrente e não havia nos exercícios sociais encerrados em 2025, 2024 e 2023.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Outorga de opções de compra de ações

Não aplicável, visto que não há plano de opções de compra de ações vigente no exercício social corrente e não havia nos exercícios sociais encerrados em 2025, 2024 e 2023.

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções em aberto

Não aplicável considerando que a Companhia não possui plano de opções em vigor e, portanto, não há opções em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, visto que não há plano de opções de compra de ações vigente no exercício social corrente e não havia nos exercícios sociais encerrados em 2025, 2024 e 2023.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Entrega de ações: em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano de Incentivo 2024

O Plano de Incentivo foi aprovado na: (i) reunião do conselho de administração, realizada em 29 de fevereiro de 2024; e (ii) na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024.

A adesão dos Participantes ao Programa ocorre mediante celebração, com a Companhia, de Contrato de Outorga, que estabelece as condições para aquisição dos direitos às *Phantom Shares*, inclusive a Condição de Serviço e, consequentemente, ao Prêmio, observados os termos e condições previstos no Plano de Incentivo 2024.

Os Contratos de Outorga relativos ao Plano de Incentivo 2024 foram celebrados entre os meses de agosto e setembro de 2024, após deliberação do Conselho de Administração acerca dos beneficiários e das condições aplicáveis às respectivas outorgas.

Plano de Incentivo 2024 (*Phantom Shares*)

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	1,00	3,00
Nº de membros remunerados	1,00	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Plano de Incentivo 2024 (*Phantom Shares*)

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Plano de Incentivo 2024 (*Phantom Shares*)

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

Plano de Incentivo 2024 (*Phantom Shares*)

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	2,5
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	N/A

8.10 Outorga de ações

8.10. Outorga de ações: em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Plano de Incentivo 2024 (Phantom Shares)

O Plano de Incentivo foi aprovado na: (i) reunião do conselho de administração, realizada em 29 de fevereiro de 2024; e (ii) na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024.

Outorgas de ações previstas para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00
Data da outorga	N/A	N/A
Quantidade de ações outorgadas (A)	N/A	N/A
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga (B)	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	N/A

Outorgas de ações do exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0,00	1,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Data da outorga	N/A	03/08/2025
Quantidade de ações outorgadas (A)	N/A	2.820.262
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	Indeterminado
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga (B)	N/A	6,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	17.654.840

Outorgas de ações do exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	0,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Data da outorga	N/A	01/01/2024
Quantidade de ações outorgadas (A)	N/A	6.016.560
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	01/01/2033
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga (B)	N/A	6,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	37.663.665

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	2,58	
N° de membros remunerados	0,00	1,00	
N° de ações	0	2.820.262	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	6,26	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	6,26	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus a essa remuneração		

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	2,58	
N° de membros remunerados	0,00	2,58	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não faziam jus a essa remuneração.		

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	3,00	
N° de membros remunerados	0,00	3,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não há.		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

(a) Modelo de precificação Plano de Opções

No caso do Plano de Ações, o valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo “Black & Scholes” de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos, de acordo com os parâmetros descritos no Item 8.12 (b) deste Formulário de Referência.

Plano de Incentivo (Phantom Shares) 2024

O Valor Referencial Inicial: significa o valor de 1 (uma) ação da Companhia, correspondente a R\$ 6,26 (seis reais e vinte e seis centavos), de acordo com a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2023.

Bônus = (Valor Teórico da Ação – Valor Referencial Inicial) x Phantom Shares Disponíveis - IRPF

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Opções

No caso do Plano de Ações, para efeito do cálculo do valor justo das opções foram considerados os seguintes parâmetros:

Preço das ações na outorga:	R\$ 39,48 (*)
Preço médio de exercício de cada tranche:	R\$ 45,00
Volatilidade esperada do preço da ação:	38,82% a.a.
Taxa de retorno livre de risco:	8,00% a.a.
Vencimento médio remanescente:	10 meses

(*) O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas em decorrência do exercício da opção será de R\$ 39,48 por ação, menos os dividendos pagos por ação desde 12 de abril de 2018, corrigido por 100% da variação acumulada da taxa D1-Over (COI), calculado de forma *pro rata temporis*, desde 12 de abril de 2018 até a data de integralização ou pagamento integral.

Plano de Incentivo (Phantom Shares) 2024

No caso do Plano de Incentivo (Phantom Shares) 2024, o valor do bônus devido aos participantes é calculado com base na valorização das ações de emissão da Companhia em eventual Evento de Liquidez, correspondente à diferença entre o Valor Referencial Final e o Valor Referencial Inicial, multiplicada pela quantidade de Phantom Shares atribuídas ao participante, deduzido o IRPF. Para fins do cálculo do valor justo do plano, foram considerados os seguintes parâmetros:

Valor Referencial Inicial	R\$ 6,26 (*)
Período de Vesting	4 anos, com aquisição proporcional de 25% ao ano
Evento de Liquidez considerado:	Alienação de Controle ou IPO
Prazo estimado remanescente:	4 anos

(*) O Valor Referencial Inicial corresponde ao valor de 1 (uma) ação de emissão da Companhia, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2023. O pagamento do bônus está condicionado à ocorrência de Evento de Liquidez e ao cumprimento das condições previstas no respectivo plano e contrato de outorga.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

8.12 Precificação das ações/opções

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Desvio padrão médio indicado para empresas do segmento "Healthcare Information and Technology" informadas na base de dados "Standard deviations in equity and firm values" baixada do site <http://www.damodaran.com>, com data base de 05 de janeiro de 2021.

Plano de Incentivo (Phantom Shares)

Não aplicável, tendo em vista que não se trata de um modelo de opção de ações, não havendo volatilidade esperada.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Participação em sociedades: informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Exercício social encerrado em 31/12/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Bionexo S.A.	283.507.357	0	0	283.507.357

8.14 Planos de previdência

8.14. Planos de previdências: em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações

Não aplicável, visto que a Companhia não patrocina plano de previdência complementar em benefício de seus diretores e administradores.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	2,58	2,58	3,00	8,00	8,00	8,00
Nº de membros remunerados	2,58	2,58	3,00	4,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.576.031,57	1.265.004,76	1.596.082,70	629.981,69	624.692,29	616.394,67
Valor da menor remuneraçãoReal	1.128.088,26	610.563,15	359.873,31	183.600,00	180.000,00	61.200,00
Valor médio da remuneraçãoReal	2.425.758,95	868.554,24	997.025,86	327.809,42	318.093,36	251.171,95

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	Campo deve ser preenchido quando a remuneração média é maior que a remuneração máxima.
31/12/2024	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses	
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2024	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2023	O valor da maior remuneração anual individual de cada órgão foi recebido por membros que exerceram suas funções na Companhia por 12 meses. Para apuração do valor da menor remuneração anual individual de cada órgão, foram desconsiderados os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Mecanismos de indenização: descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 8.1, não há qualquer arranjo contratual específico nem qualquer instrumento que estruture mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções.

Entretanto, quando houver destituição de estatutários, a Companhia, a seu exclusivo critério, poderá manter o benefício do plano de saúde por período a ser avaliado individualmente, podendo tal benefício ser mantido por prazo superior ao mínimo originalmente previsto, de 6 meses a contar da data de destituição do estatutário, a depender das circunstâncias da saída do administrador.

Adicionalmente, em situações de destituição, a Companhia, a seu exclusivo critério e dependendo do caso, pode optar por oferecer benefícios adicionais ou apoio na transição profissional do administrador, tais como assistência na contratação de serviços de consultoria especializada em transição de carreira ou a manutenção de determinados equipamentos utilizados no exercício das funções. Tais benefícios não representam, em regra, impacto financeiro relevante para a Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Remuneração de partes relacionadas: em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício social corrente 31/12/2026	15%	85%	0%
Exercício social encerrado em 31/12/2025	18%	82%	0%
Exercício social encerrado em 31/12/2024	33%	67%	0%
Exercício social encerrado em 31/12/2023	29%	71%	0%

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que os administradores e diretores da Companhia não receberam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas nos três últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes sobre a seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2023	01/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços relacionados à (i) auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"); e (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2025, preparadas de acordo com a NBC TG 21 (R3) / IAS 34 e normas expedidas pela CVM.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração dos auditores independentes paga em 2025 para os serviços relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e à revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do exercício fiscal de 2025 foi de R\$942.077,89.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

Para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus Auditores Independentes, a Companhia prevê que é competência do Conselho de Administração deliberar sobre sua escolha e destituição que irá fiscalizar sua atuação e a ocorrência de quaisquer dos eventos mencionados acima. Ainda, a Companhia informa que não há nenhuma outra remuneração a ser paga aos auditores independentes contratados além da remuneração pelos serviços descritos no item 9.1/2 deste Formulário de Referência.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	16	32	0	0	0
Não-liderança	184	215	0	0	0
TOTAL = 447	200	247	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	40	3	5	0	0	0
Não-liderança	12	243	52	90	1	0	1
TOTAL = 447	12	283	55	95	1	0	1

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	5	37	6
Não-liderança	149	234	16
TOTAL = 447	154	271	22

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	1	47	0
Não-liderança	2	397	0
TOTAL = 447	3	444	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	1	0	34	13	0
Não-liderança	0	38	11	278	71	1
TOTAL = 447	0	39	11	312	84	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	17	22	0	0	0
Centro-Oeste	2	9	0	0	0
Sudeste	157	155	0	0	0
Sul	24	60	0	0	0
Exterior	0	1	0	0	0
TOTAL = 447	200	247	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	2	18	8	11	0	0	0
Centro-Oeste	0	6	1	4	0	0	0
Sudeste	9	192	43	67	0	0	1
Sul	1	66	3	13	1	0	0
Exterior	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL = 447	12	283	55	95	1	0	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	9	28	2
Centro-Oeste	7	4	0
Sudeste	101	194	17
Sul	37	44	3
Exterior	0	1	0
TOTAL = 447	154	271	22

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrição dos recursos humanos

(b) Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Atividade	31/12/2025	
	Localização Geográfica: SP	Total
Limpeza e Copa	4	4
Advocacia	0	0
Contabilidade	0	0
Departamento Pessoal	0	0
Tecnologia	10	10
Consultoria Corporativa	0	0
Total	14	14

(c) Índice de rotatividade

31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
31,75%	24,53%	27,75%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Alterações relevantes: comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não aplicável.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: (i) remuneração em linha com o mercado; (ii) condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; (iii) definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e (iv) o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”) da Companhia referente ao exercício social de 2025, nos termos do Estatuto Social. O Conselho também ratificou os atos previamente praticados pela Diretoria e demais representantes legais relacionados à implementação do referido PLR, incluindo as negociações conduzidas com o sindicato da categoria profissional competente no Estado de São Paulo. A íntegra do plano encontra-se arquivada na sede da Companhia.

(b) Política de benefícios

Nossos colaboradores são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo ocupado, sempre respeitando as condições mínimas estabelecidas na convenção coletiva. Tais benefícios são disponibilizados aos colaboradores a partir do momento de sua admissão, sem quaisquer distinções de decorrência de tempo de serviço.

- Assistência Médica - Plano de saúde 100% custeado pela empresa, para colaboradores, cônjuges e filhos, com cobrança de coparticipação para consultas, pronto socorro, terapias e exames simples;
- Assistência Odontológica - Plano odontológico 100% custeado pela empresa, para colaboradores, sendo permitida a inclusão de dependentes legais, custeados na sua integralidade, pelo próprio colaborador;
- Seguro de Vida - Todos os colaboradores são elegíveis ao seguro de vida, tendo cobertura de 24 vezes a sua remuneração, limitado a R\$ 1 milhão, adicionando-se a este benefício cobertura de auxílio funeral limitado a R\$ 7 mil para o titular, cônjuge e filhos e cesta básica no valor de R\$ 1.200,00;
- Vale refeição e Vale alimentação - A Companhia credita mensalmente o valor de R\$ 704,00 para que seus colaboradores possam realizar as suas refeições;
- Auxílio Home Office - Como estamos atuando em modelo híbrido, 3 dias presenciais no escritório e 2 dias remoto, oferecemos R\$ 104,00 de benefício home office, pagos mensalmente, em cartão de benefício flexível;
- Auxílio Telefonia - A Companhia oferece para seus líderes, a partir do cargo de Gerente, que não atua com clientes o valor de R\$146,00. Para os colaboradores que possuem contato com clientes é disponibilizado a linha telefônica;
- Benefício Flexível - A Companhia concede ainda o valor de R\$ 299,00 por mês, pagos em um cartão de benefício flexível, que pode ser usado nas categorias de alimentação, refeição, mobilidade, educação, cultura, home office e saúde, de acordo com o desejo do colaborador;
- Mobilidade - Oferecemos o benefício de mobilidade, onde o colaborador pode optar por VT (transporte público), fretado ou Estacionamento. Como estamos na modalidade híbrido, o colaborador recebe o valor correspondente aos dias trabalhados presencialmente no escritório, creditados no cartão de benefício, na categoria de mobilidade;
- Auxílio Creche - A Companhia concede a todos os seus colaboradores, o auxílio creche no valor que varia de R\$ 630,00 a R\$ 720,00, de acordo com a idade, para filhos de até 6 (seis) anos de idade, mediante envio de comprovante;

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- Day off de aniversário - A Companhia concede a todos os seus colaboradores, um dia de folga remunerado, para comemoração desta data especial. O dia de folga pode ser escolhido de acordo com a conveniência do colaborador e deve ser alinhado com seu gestor imediato;
- Programa de Saúde Mental - Todos os colaboradores e seus dependentes diretos, possuem acesso ao programa de saúde mental, contando com atendimento especializado para conversar em um ambiente seguro e confidencial, de forma remota e 100% custeado pela Companhia;
- TotalPass - Com intuito de proporcionar mais qualidade de vida, disponibilizamos aos colaboradores e seus dependentes, uma plataforma que oferece acesso a academias e parceiros focados no bem-estar total: atividade física, orientação nutricional, entre outros, sendo este um benefício optativo, cujos serviços e valores variam de acordo com o plano escolhido;
- Licença Maternidade e Paternidade estendias - Pensando no bem-estar de seus colaboradores, que terão mais tempo para se adaptar à nova realidade familiar, a Companhia concede licença maternidade de 6 (seis) meses e paternidade de 20 (vinte) dias;
- Incentivo a Treinamento e Desenvolvimento - A Companhia disponibiliza para todos os seus colaboradores, plataforma que oferece mais de 6 (seis) mil cursos de graduação, pós-graduação, idiomas, mentoria e muitos outros, 100% custeado pela empresa, com intuito de manter os colaboradores capacitados;
- Horário flexível e modelo híbrido - A Companhia adota o modelo de trabalho híbrido com 3 dias de frequência no escritório, para todos os seus colaboradores residentes na cidade de SP e na região metropolitana de SP. Para os residentes nas demais regiões, o modelo de trabalho é home office integral dando flexibilidade aos colaboradores e permitindo que os mesmos mantenham equilíbrio entre vida profissional e pessoal;
- Plano de saúde para PETS - De acordo com pesquisas, os pets ganham cada vez mais espaço nos lares das famílias brasileiras e nada melhor que garantir a saúde e o bem-estar desses membros. Oferecemos 4 opções de plano de saúde pet, sem subsídio da Companhia;
- InvestPass - A Companhia disponibiliza para todos os seus colaboradores uma plataforma para controle e acompanhamento financeiro além de consultorias para investimento ou organização financeira pessoal;
- New Value - A Companhia disponibiliza para todos os seus colaboradores uma plataforma associada a parceiros de loja digital com descontos exclusivos; e
- OnHappy - A Companhia disponibiliza para todos os seus colaboradores uma plataforma compra de viagens com descontos especiais além de cashback.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:

A Companhia possui plano de opções aplicável a diretores não estatutários e plano de incentivo aplicável a diretores não estatutários e gerentes, cujos detalhes estão descritos no item 8.4 deste Formulário de Referência, mas não houve outorga até o momento.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
170.800,00	10.412,00	16,40
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Relações entre emissor e sindicatos

O sindicato ao qual os colaboradores da Companhia estão vinculados é o Sindicato de Processamento de Dados da cidade de São Paulo.

A Companhia acredita que mantém um bom relacionamento com o sindicato que representa seus colaboradores, respeitando o direito de livre associação ao sindicato e de negociação coletiva com o mesmo, seguindo os preceitos das convenções coletivas de trabalho.

A Companhia esclarece ainda que não tem histórico de paralisação ou greve e não possui relacionamento com sindicatos.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras informações relevantes

Em setembro de 2024, anunciamos a aquisição de 100% do capital social da Tradimus S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.325.433/0001-70, incorporando ao time da Bionexo 30 novos colaboradores.

Em outubro de 2024, tomamos a decisão de mudar o modelo de trabalho da empresa. Desde a pandemia, tivemos a oportunidade de trabalhar remotamente e aprendemos muito sobre flexibilidade, produtividade e o poder de adaptação em tempos desafiadores. No entanto, com o avanço da nossa estratégia e com os aprendizados acumulados, acreditamos que era chegado o momento de adotar um modelo de trabalho que equilibre os benefícios do trabalho remoto e presencial.

Por esta razão, anunciamos com 90 dias de antecedência, que a partir de 13 de janeiro de 2025, entraria em vigor o Modelo de Trabalho Híbrido, definido como ideal para promover maior eficiência, produtividade, colaboração e conexão. Este modelo consiste em 3 dias de trabalho presencial (no escritório ou em visitas a clientes) e 2 dias de trabalho remoto.

Em agosto de 2025, a Companhia anunciou a eleição de Solange Plebani para o cargo de Diretora Presidente da Bionexo. A executiva possui mais de 25 anos de experiência no setor de tecnologia da informação em saúde, com atuação em posições de liderança na Philips e participação no desenvolvimento do sistema de gestão hospitalar Tasy, reforçando a estratégia da Companhia de fortalecimento de sua atuação em tecnologia e inovação para o setor de saúde.

Em setembro de 2025, anunciamos a aquisição de 100% do capital social da Overmind Consultoria e Serviços em Informática Sociedade Empresarial Ltda, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.938.145/0001-80.

Em outubro de 2025, anunciamos a aquisição de 100% do capital social da Andrei Publicações Médicas, Farmacêuticas e Técnicas Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.958.491/0001-35.

Em dezembro de 2025, anunciamos a aquisição de 100% do capital social Tucano Brasil Sistemas da Informação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.610.157/0001-96, sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.938.145/0001-80.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2021, aplicável à Companhia e às suas controladas.

A Política tem por objetivo assegurar que as transações com partes relacionadas e demais situações de potencial conflito de interesses sejam realizadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, em condições de mercado, observando os princípios de competitividade, conformidade, transparência e equidade.

A definição de Partes Relacionadas adotada pela Companhia observa o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), conforme aprovado pela CVM. A Política estabelece procedimentos para identificação, análise e aprovação dessas transações, incluindo (i) obrigação de comunicação prévia de potenciais conflitos; (ii) declaração de impedimento e abstenção de voto por parte de administradores ou membros do órgão deliberativo que possuam conflito de interesses; e (iii) registro do impedimento em ata.

As transações são classificadas de acordo com seu montante e natureza, sendo previamente aprovadas pela Diretoria quando até R\$ 5.000.000,00 e pelo Conselho de Administração quando superiores a esse valor, sempre com exclusão da parte interessada da deliberação. A Política prevê, ainda, hipóteses de transações vedadas e a possibilidade de contratação de laudos ou pareceres independentes, quando aplicável.

A Companhia observa as obrigações de divulgação previstas na legislação societária e nas normas da CVM, inclusive quanto à divulgação no Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras.

A Política encontra-se disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://bionexo.com/ri>) e no Sistema Empresas.NET, da CVM, na categoria “Política de Transações entre Partes Relacionadas”.

A Companhia entende que sua Política e práticas estão alinhadas às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa aplicável a Companhias Abertas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há transações com partes relacionadas vigentes no exercício social corrente. As operações celebradas no último exercício social foram integralmente liquidadas antes do encerramento do exercício.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2. Itens “n” e “o”****(n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui Transações com Partes Relacionadas na data deste Formulário de Referência.

(o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui Transações com Partes Relacionadas na data deste Formulário de Referência.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/04/2026		06/04/2026	862.683.557,37
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
283.507.356		0	283.507.356

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/04/2026		06/04/2026	862.683.557,37
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
283.507.356		0	283.507.356

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
02/04/2026		06/04/2026	862.683.557,37
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
283.507.356		0	283.507.356

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
15/02/2021		N/A	0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
250.000.000		0	250.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiados no tocante a:

Não aplicável, visto que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures Conversíveis
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão
Data de emissão	23/01/2026
Data de vencimento	27/04/2029
Quantidade	475.000.000
Valor nominal global R\$	475.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	475.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Emissão foi realizada por meio de colocação privada, sem esforços públicos de distribuição ou intermediação por integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos da Cláusula 3.1 da Escritura de Emissão. Dessa forma, as Debêntures não foram objeto de registro de distribuição perante a CVM ou a ANBIMA, tampouco serão depositadas ou registradas para negociação em mercado organizado, nos termos das Cláusulas 3.1 e 3.2 da Escritura de Emissão.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Debêntures são conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos da Cláusula 6.7 da Escritura de Emissão. A conversão poderá ser realizada a critério do Debenturista, mediante envio de comunicação escrita à Emissora ("Solicitação de Conversão"), observado o cumprimento das condições previstas na Escritura de Emissão. A partir do recebimento da Solicitação de Conversão, a Emissora obriga-se a fazer com que seus acionistas realizem, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral destinada a deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia necessário à implementação da conversão, mediante emissão das ações ordinárias correspondentes ("Ações da Conversão"), as quais deverão ser integralmente subscritas e integralizadas pelo Debenturista mediante a conversão das Debêntures objeto da conversão, nos termos do artigo 166, inciso III e parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. A data da conversão será considerada como a data de envio da Solicitação de Conversão pelo Debenturista ("Data de Conversão"), sendo que, uma vez efetivada a conversão, as Debêntures convertidas serão automaticamente canceladas, independentemente de aviso adicional ou qualquer outra formalidade. Adicionalmente, a Escritura de Emissão prevê mecanismos destinados a assegurar a efetiva implementação da conversão. Nesse sentido, o não cumprimento, pela Emissora, da obrigação de convocar e realizar a assembleia necessária à implementação da conversão ensejará a possibilidade de execução específica da obrigação de fazer, nos termos dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil. Como reforço às obrigações assumidas no âmbito da conversibilidade, a Emissora e seus acionistas outorgaram, em caráter irrevogável e irretratável, procurações em causa própria em favor do Debenturista, nos termos dos artigos 684 e 685 do Código Civil, conferindo poderes para praticar todos os atos necessários à implementação da conversão das Debêntures em ações, inclusive para deliberar sobre o aumento de capital e formalizar os atos societários correspondentes, conforme previsto na Cláusula 6.7.5.2 da Escritura de Emissão.
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Resgate Antecipado Facultativo: Nos termos da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade, e não menos da totalidade, das Debêntures. O valor do resgate corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados pro rata temporis desde a última Data de Capitalização até a data do efetivo pagamento, bem como do eventual Prêmio de Reembolso e demais valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

Amortização Antecipada Facultativa: Nos termos da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar amortização antecipada facultativa parcial das Debêntures, observada a necessidade de que a amortização abranja proporcionalmente todas as Debêntures em circulação e respeite o limite máximo de amortização de 98% do Valor Nominal Unitário das Debêntures. O valor da amortização corresponderá ao montante amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados pro rata temporis até a data do efetivo pagamento.

Resgate Antecipado Obrigatório: Nos termos da Cláusula 7.2.1 da Escritura de Emissão, na ocorrência de Evento de Liquidez para Pré-Pagamento, a Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures em Circulação. O valor do resgate corresponderá ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, eventuais Encargos Moratórios, Prêmio de Evento de Liquidez, Prêmio de Reembolso e demais valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. (d) **Amortização Antecipada Obrigatória:** Nos termos da Cláusula 7.2.2 da Escritura de Emissão, na ocorrência de Evento de Liquidez para Pré-Pagamento em Subsidiária ou Ativo, ou de Evento de Liquidez para Pré-Pagamento envolvendo exclusivamente captação primária de recursos em valor inferior ao saldo atualizado das Debêntures em Circulação, deverá ser realizada amortização extraordinária antecipada parcial das Debêntures em montante equivalente à integralidade dos recursos líquidos decorrentes do respectivo evento.

Características dos valores mobiliários de dívida

As Debêntures são da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, nos termos da Escritura de Emissão. **Garantia fidejussória:** Em razão do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, a Tucano do Brasil Sistemas de Informação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.610.157/0001-96, passou a figurar como fiadora das Debêntures, obrigando-se, de forma irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, em caráter solidário com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações garantidas, nos termos do artigo 821 e seguintes do Código Civil. **Garantia real:** As Debêntures contam com garantia real de alienação fiduciária da totalidade das quotas, presentes e futuras, representativas de 100% do capital social da Tucano do Brasil Sistemas de Informação Ltda., de titularidade da Bionexo S.A., bem como de todos os frutos, rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, haveres e demais direitos econômicos relacionados às referidas quotas, nos termos do “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças”. A alienação fiduciária foi constituída em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações decorrentes da Escritura de Emissão e demais documentos da operação.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia Geral de Debenturistas. Na hipótese de haver mais de um titular de Debêntures, os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas. Convocação. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pela Emissora ou pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, conforme o caso. Quórum de Instalação. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum. Quórum de Deliberação. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas, incluindo, sem limitação, waivers, declaração de vencimento antecipado e alterações dos termos e condições das Debêntures, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Não há. Autorização societária: assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 23 de janeiro de 2026 e reunião de sócios da Tucano do Brasil Sistemas de Informação Ltda. realizada em 30 de abril de 2026, no âmbito do Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão. Código ISIN das Debêntures: Não aplicável, tendo em vista que as Debêntures foram objeto de colocação privada e não foram registradas para negociação em mercado organizado. Ticker: Não aplicável. Remuneração das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente da Sobretaxa (“Juros Remuneratórios”), calculados conforme fórmula constante da Cláusula 6.17.2 da Escritura de Emissão. Para fins da Escritura de Emissão, “Sobretaxa” significa: (i) durante o período compreendido entre a Data de Integralização (exclusive) e o 1º (primeiro) aniversário da Data de Integralização (inclusive), 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) ao ano; (ii) durante o período compreendido entre o 1º (primeiro) aniversário da Data de Integralização (exclusive) e o 2º (segundo) aniversário da Data de Integralização (inclusive), 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano; e (iii) durante o período compreendido entre o 2º (segundo) aniversário da Data de Integralização (exclusive) e a Data do Vencimento (inclusive), 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) ao ano. Observado o disposto na Cláusula 6.18 da Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios serão incorporados mensalmente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, passando a integrar o principal das Debêntures para todos os fins e efeitos, incluindo, sem limitação, para cálculo dos Juros Remuneratórios, Juros Moratórios, Encargos Moratórios, prêmios, encargos, multas, penalidades, vencimento antecipado e quaisquer outros valores devidos nos termos da Escritura de Emissão.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures Conversíveis	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Não aplicável. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes nesta seção.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Solange Plebani	Diretor Presidente	Registrado	
JOSIMAR GOMES	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

SOLANGE PLEBANI, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 3.334.564, inscrita no CPF/MF sob o nº 947.618.099-49, com endereço comercial na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, conjunto 71 e 72, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretora Presidente da **BIONEXO S.A.**, companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 02592-5, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, conjuntos 71 e 72, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 04.069.709/0001-02, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.300.442.113 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (a) reviu o formulário de referência; (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Solange Plebani
Diretora Presidente

13.1 Declaração do diretor presidente

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 29 de maio de 2026. Versão v1.48.0.

Item 13.1 - Bionexo (LdR 15.05.2026) - SOLANGE PLEBANI.docx

Documento número #f5a93a24-d32c-4ecc-9a5e-a5249767b584
Hash do documento original (SHA256): b640717ee53ecf69e4c9b256a83837cff7f0c05558bcca50ded4cf7de0111285

Assinaturas



Solange Plebani

CPF: 947.618.099-49

Assinou em 29 mai 2026 às 13:32:16

Log

28 mai 2026, 17:32:18	Operador com email mbelmudes@bionexo.com na Conta ed967020-57ff-4dce-9d02-f9575b6cce9e criou este documento número f5a93a24-d32c-4ecc-9a5e-a5249767b584. Data limite para assinatura do documento: 27 de junho de 2026 (17:32). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
28 mai 2026, 17:36:59	Operador com email mbelmudes@bionexo.com na Conta ed967020-57ff-4dce-9d02-f9575b6cce9e adicionou à Lista de Assinatura: splebani@bionexo.com para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Solange Plebani.
29 mai 2026, 13:32:16	Solange Plebani assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail splebani@bionexo.com. CPF informado: 947.618.099-49. IP: 200.201.136.202. Componente de assinatura versão 1.1452.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
29 mai 2026, 13:32:17	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número f5a93a24-d32c-4ecc-9a5e-a5249767b584.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº f5a93a24-d32c-4ecc-9a5e-a5249767b584, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

JOSIMAR GOMES, brasileiro, convivente em união estável, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.536.890 (SSP/MG), inscrito no CPF sob o nº 098.629.406-38, com endereço comercial na Avenida Juscelino Kubitschek, 1.830, conjuntos 71 e 72, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **BIONEXO S.A.**, companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 02592-5, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, conjuntos 71 e 72, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 04.069.709/0001-02, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.300.442.113 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (a) reviu o formulário de referência; (b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

JOSIMAR GOMES

Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 01 de junho de 2026. Versão v1.48.0.

Item 13.1 - Bionexo (LdR 28.05.2026) - Declaração - Josimar.pdf

Documento número #488e7d1f-47f5-49a4-9c31-1a1a3629e888
Hash do documento original (SHA256): 9eab5b1f8a268dacc278ead2c3731af55749bc5edadd0f83a30ca0e5b49dc30b

Assinaturas

Josimar Gomes
CPF: 098.629.406-38
Assinou em 01 jun 2026 às 11:41:48

Log

28 mai 2026, 17:18:04	Operador com email mbelmudes@bionexo.com na Conta ed967020-57ff-4dce-9d02-f9575b6cce9e criou este documento número 488e7d1f-47f5-49a4-9c31-1a1a3629e888. Data limite para assinatura do documento: 27 de junho de 2026 (17:18). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
28 mai 2026, 17:19:12	Operador com email mbelmudes@bionexo.com na Conta ed967020-57ff-4dce-9d02-f9575b6cce9e alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 27 de julho de 2026 (11:31).
28 mai 2026, 17:19:12	Operador com email mbelmudes@bionexo.com na Conta ed967020-57ff-4dce-9d02-f9575b6cce9e adicionou à Lista de Assinatura: jgomes@bionexo.com para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Josimar Gomes.
01 jun 2026, 11:41:48	Josimar Gomes assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail jgomes@bionexo.com. CPF informado: 098.629.406-38. IP: 177.174.248.196. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -26.89353217771403 e longitude -49.07688232093194. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1452.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
01 jun 2026, 11:41:49	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 488e7d1f-47f5-49a4-9c31-1a1a3629e888.



Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 488e7d1f-47f5-49a4-9c31-1a1a3629e888, com os efeitos

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 01 de junho de 2026. Versão v1.48.0.

prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.